

LING

**A interdisciplinaridade e a
especificidade linguística:
teorias e práticas**

Letícia Marcondes Rezende

Odair Luiz Nadin

Marina Célia Mendonça

Claudia Zavaglia

Anna Flora Brunelli

(Org.)

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

**A INTERDISCIPLINARIDADE
E A ESPECIFICIDADE
LINGUÍSTICA:
TEORIAS E PRÁTICAS**

SÉRIE
TRILHAS LINGUÍSTICAS
n° 26 – 2014

**Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Univ Estadual Paulista,
Campus Araraquara**

Reitor: Julio Cezar Durigan

Vice-reitora: Marilza Vieira Cunha Rudge

Diretor: Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Cláudio César de Paiva

Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Coordenadora: Rosane de Andrade Berlinck

SÉRIE TRILHAS LINGUÍSTICAS Nº 26

Comitê Editorial

Cibele Krause-Lemke (UNICENTRO)

Erotilde Goreti Pezatti (UNESP-IBILCE)

Frantomé Pacheco (UFAM)

Gladis Massini-Cagliari (UNESP-FCLAr)

Marianne Carvalho Bezerra Cavalcante (UFPB)

Marize Mattos Dall-Aglio Hattner (UNESP-IBILCE)

Roberto Gomes Camacho (UNESP-IBILCE)

Comissão Editorial da Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Alessandra Del Ré

Anise de Abreu G. D'Orange Ferreira

Arnaldo Cortina

Bento Carlos Dias da Silva

Cristina Martins Fargetti

Luiz Carlos Cagliari

Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

Rosane de Andrade Berlinck

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Normalização: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

**A INTERDISCIPLINARIDADE
E A ESPECIFICIDADE
LINGUÍSTICA:
TEORIAS E PRÁTICAS**

Leticia Marcondes Rezende
Odair Luiz Nadin
Marina Célia Mendonça
Claudia Zavaglia
Anna Flora Brunelli
(Org.)

**CULTURA
ACADÊMICA** 
Editora

Copyright © 2014 by FCL-UNESP Laboratório Editorial
Direitos de publicação reservados a:
Laboratório Editorial da FCL

Rod. Araraquara-Jaú, km 1
14800-901 – Araraquara – SP
Tel.: (16) 3334-6275

E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
Site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

In817 A interdisciplinaridade e a especificidade linguística : teorias e práticas /
Organizado por: Letícia Marcondes Rezende; Odair Luiz Nadin;
Marina Célia Mendonça; Claudia Zavaglia; Anna Flora Brunelli. –
São Paulo, SP : Cultura Acadêmica, 2014.
242 p. ; 21 cm. – (Série Trilhas Linguísticas; 26)

ISBN 978-85-7983-576-6

I. Linguística. 2. Semiótica e literatura. 3. Línguas.
I. Rezende, Letícia Marcondes. II. Nadin, Odair Luiz.
III. Mendonça, Marina Célia. IV. Zavaglia, Claudia. V. Brunelli, Anna Flora.
VI. Série.

CDD 410

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Os organizadores	7
<i>Variabilidade das línguas e invariância: escolhas efetuadas pelas teorias</i>	
José Borges Neto	13
<i>An enunciative definition of coordination: a methodological account</i>	
Lucie Gournay	27
<i>Context, cognition and grammar: the active-passive alternation in functional discourse grammar</i>	
Evelien Keizer.....	49
<i>Entre o variável e o categórico: a concordância verbal e a colocação pronominal em variedades do português</i>	
Silvia Rodrigues Vieira	75
<i>Orações comparativas prototípicas e não-prototípicas</i>	
Violeta Virginia Rodrigues	99
<i>O trabalho interpretativo das grandes mídias</i>	
Jauranice Rodrigues Cavalcanti.....	117
<i>Análise de textos verbo-visuais: polifonia, intertextualidade e polémica na divulgação da parada LGBT de Maringá/2012</i>	
Edson Carlos Romualdo.....	135
<i>Desenvolvimento humano, sustentabilidade e envelhecimento: uma abordagem interdisciplinar</i>	
Maria Cristina Hennes Sampaio.....	157

<i>Estudos (sócio)linguísticos, (sócio)terminológicos, do léxico e da tradução especializada – particularismos lexicais do francês da Suíça</i> Maria Emília Pereira Chanut	169
<i>Hipertexto, metáfora e metonímia: o sujeito e a produção do texto em meio digital</i> Émerson de Pietri	183
<i>Processos de leitura no ensino de língua</i> Marília Blundi Onofre.....	199
<i>Les modaux de l'anglais: de la recherche a l'enseignement</i> Lionel Dufaye	215
<i>Sobre os autores e organizadores</i>	237

APRESENTAÇÃO

Os textos que constituem este livro foram apresentados em (ou “retomam”) conferências e palestras realizadas durante o III e IV Seminários de Linguística da UNESP (SELIN), organizados pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da FCL da UNESP de Araraquara e pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE da UNESP de São José do Rio Preto, nos anos de 2011 e 2012. Nossa intenção, ao organizarmos este livro, foi a de reunir textos que respondessem de diversos modos ao tema “A interdisciplinaridade e a especificidade linguística: teorias e práticas”. Assim, nesta coletânea, encontram-se pontos de convergência e diferenças entre distintas áreas e disciplinas linguísticas, bem como as suas especificidades.

É um fato bastante conhecido de todos os linguistas o de que a Linguística se afirmou como ciência no início do século XX, definindo objeto de estudo e metodologia de pesquisa. Essa afirmação, que exigiu delimitação de foco de interesse, ao mesmo tempo necessitou, de modo coerente, negar a interdisciplinaridade. Ou, em outras palavras, houve necessidade de se fazer uma partilha entre aquilo que é especificamente linguístico, derivado do ponto de vista escolhido, e os outros focos de interesse que as línguas naturais sempre suscitaram em razão da complexidade dos domínios com os quais estão também articuladas: o psíquico/mental/biológico, de um lado e o social/cultural/histórico, de outro. Tanto um lado desses domínios conexos quanto o outro clamam pela valorização da interação entre os sujeitos que usam as línguas, das suas relações com o meio sócio-histórico e, sobretudo, da dinâmica espaço-temporal que exige plasticidade e movimento para as teorias e modelos explicativos.

Tomar/Assumir a interdisciplinaridade como foco de interesse é trazer a complexidade do fato linguístico e dos sujeitos que interagem por meio da expressão linguística. Essa complexidade está na gênese das línguas e as sustenta em seu desenrolar histórico.

Gostaríamos que o conceito de interdisciplinaridade não fosse compreendido como interfaces ou acoplamentos de conhecimentos, como muitas vezes é tomado, o que o leva a ser confundido com os conceitos de multidisciplinar, pluridisciplinar etc.

Entendemos os termos “interdisciplinar” e “interdisciplinaridade” como correspondendo a um certo enfoque em relação ao conhecimento e à sua organização. Em outras palavras, o enfoque interdisciplinar, tomando por base um conhecimento específico (tal como o estudo das línguas), que poderia ser o estudo da matemática, por exemplo, precisa dar conta de questões bastante gerais que dizem respeito à natureza do homem e, portanto, ao conhecimento em geral e à sua organização. Um exemplo muito simples: hipóteses sobre o que são o pensamento ou os processos de abstração ou, ainda, a cognição (temas estes que interessam a vários domínios do conhecimento) deveriam ser pesquisados, estudados na organização específica das línguas naturais. A Linguística precisaria partir de hipóteses interdisciplinares e, portanto, de problemas-chave que preocupam outras ciências conexas e responder, com a sua matéria específica, que são as línguas naturais, a essas hipóteses interdisciplinares. A nosso ver, a Linguística, em sua história recente, quer dizer, no último século, polarizou o seu olhar: ora se restringindo a um campo específico e bem delimitado, como “a língua”, no sentido saussureano, um conceito linguístico, estável e sistêmico, ou como “a competência”, no sentido chomskyano, um conceito biológico, mas também invariável ou estável; ora abrindo o seu campo de interesse, privilegiando uma multidisciplinaridade em detrimento da materialidade linguística/discursiva.

No momento atual, o desafio parece ser procurar novamente pontos de convergência em direção a uma nova especificidade, ou seja, trabalhar ao mesmo tempo de modo interdisciplinar e linguístico/discursivo.

O que está sustentando essa discussão sobre a interdisciplinaridade e a especificidade é algo muito próximo da defesa de uma articulação entre a linguagem, atividade simbólica dos seres humanos, e as línguas naturais com o seu material específico, representacional e histórico. Quando enfatizamos a necessidade para a Linguística dessa articulação primordial (línguas, linguagem e discurso), estamos, em outros termos, salvaguardando interdisciplinaridade linguageira e especificidade linguística.

Voltando às origens da Linguística, percebemos que a negação da interdisciplinaridade constituiu exatamente a sua afirmação enquanto ciência; gerou, conseqüentemente, o afastamento de reflexões que pudessem teorizar sobre a linguagem e estabeleceu as célebres dicotomias linguísticas, pilares teóricos válidos até hoje, tanto para a linguística teórica quanto para a linguística aplicada. A reflexão dicotômica é consequência direta da falta de reflexão interdisciplinar.

Saussure, quando delimitou a linguística de outras ciências, dando-lhe uma identidade e um objeto de estudo claro e explícito, tinha diante de si o desafio da especificidade *versus* “aglomerado confuso de coisas heteróclitas e sem liame entre si”, ou especificidade *versus* “abertura de portas a várias ciências – psicologia, antropologia... – que separamos nitidamente da linguística, mas que, em razão de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um dos seus objetos”.¹ Saussure, ao privilegiar um dos lados da dicotomia, elegendo o fisiológico (audição e fonação), o social (convencional), o sistema estático (sincronia), em detrimento do psicológico, do individual, da evolução (movimento), o que culminou na oposição língua e fala e na valorização da língua em prejuízo da fala, ele fez uma opção mais ampla, que gerou o tipo de reflexão dicotômica, de que tanto a linguística teórica quanto a aplicada são ainda prisioneiras. Embora essas dicotomias já venham sendo negadas e problematizadas há algum tempo, as suas articulações ainda deixam a desejar. Uma articulação real entre essas dicotomias levaria à construção de teorias e modelos linguísticos ao mesmo tempo mais interdisciplinares e menos idealizados e, portanto, mais próximos do que seria a prá-

¹ Saussure (1975, p.24 e p.25). (T.N.)

tica linguística de produção de textos (língua oral e língua escrita), mais próximos do diálogo, dos fatores biológicos e culturais (sociológicos e psicológicos) que interferem nessa prática de línguas. Em consequência, seriam teorias mais aptas a explicar os processos de aquisição de linguagem (língua materna), o ensino e aprendizado de línguas (línguas estrangeiras), a perda da linguagem (as disfunções em geral) e também o processo de tradução. E por que essa linguística de abordagem mais plástica e dinâmica, apta a explicar os fenômenos práticos de línguas e a variação espacial e temporal dos fenômenos linguísticos, não poderia ser, ela própria, uma linguística teórica? A abordagem interdisciplinar traz, de algum modo, em seu bojo uma crítica às separações institucionais entre ensino e pesquisa, teoria e prática ou teoria e aplicação, e aos preconceitos gerados por essas divisões. Ela também força os pesquisadores a pensarem as posições políticas que sustentam a organização da linguística do ponto de vista institucional.

Hoje, a linguística contemporânea recupera a interdisciplinaridade. Pode-se notar esse movimento no florescimento de teorias e modelos, áreas e disciplinas: psicolinguística(s), sociolinguística(s), pragmática(s), funcionalismo(s), análise(s) do discurso, análise(s) da conversação, teoria(s) da enunciação etc. O que seria então, dentro dessa riqueza de propósitos e de detalhes de análise, a especificidade linguística?

Tanto os professores dos dois Programas anfitriões de Pós-Graduação em Linguística da UNESP envolvidos neste Seminário, o de Araraquara e o de São José do Rio Preto, quanto os nossos convidados de outras instituições, que gentilmente aceitaram colaborar com nossos propósitos, estão inseridos nessa riqueza de áreas e disciplinas, assim como também estão outros programas de linguística nacionais e internacionais.

Procurar pontos de convergência ou uma nova especificidade nessa riqueza que resulta da conexão entre a linguística e outros domínios é um dos objetivos da organização deste livro.

O texto de **José Borges Neto** “Variabilidade das línguas e invariância: escolhas efetuadas pelas teorias” discute a articulação da linguagem e das línguas e centraliza uma questão filosófico-metodológica central para os estudos linguísticos e também para

o nosso tema pois, de um certo modo, a polarização entre variação e invariância retoma, por outro ângulo, a mesma questão da interdisciplinaridade e especificidade linguística. A esse respeito, poderíamos argumentar que questões interdisciplinares poderiam ser responsáveis pela variação; por outro lado, a especificidade linguística sustentaria a invariância. O desafio é mais complexo e o encaminhamento de solução não pode ser assim compartimentado, pois, como cientistas e estudiosos de línguas, temos no horizonte a procura da invariância, mas essa invariância não pode ser alcançada subestimando os outros domínios nos quais a atividade linguística está imersa. Seguem os textos de **Lucie Gournay**, “An enunciative definition of coordination: a methodological account”; de **Evelien Keizer**, “Context, cognition and Grammar: the active-passive alternation in Functional Discourse Grammar”; de **Sílvia Rodrigues Vieira**, “Entre o variável e o categórico: a concordância verbal e a colocação pronominal em variedades do Português” e de **Violeta Virgínia Rodrigues**, “Orações comparativas prototípicas e não-prototípicas”. Esses quatro textos tratam de fenômenos sintático-semânticos importantes, sob a ótica da Teoria das Operações Enunciativas, do Funcionalismo, da Sociolinguística e da Teoria da Variação, respectivamente. As abordagens dos autores são todas ligadas a um fenômeno gramatical específico de língua e à sua articulação com funcionamentos dos textos em contextos, o que implica, de diversos modos, dar ênfase ao trabalho do sujeito e à variação espaço-temporal. Em seguida, há outros três textos ligados à Análise do Discurso, que inserem a dimensão histórica e cultural em suas análises de língua, o que implica também articular textos e contextos e dar ênfase ao trabalho do sujeito. São eles: “O trabalho interpretativo das grandes mídias” de **Jaurance Rodrigues Cavalcanti**; “Análise de textos verbo-visuais: polifonia, intertextualidade e polêmica na divulgação da Parada LGBT de Maringá/2012” de **Edson Carlos Romualdo**; “Desenvolvimento Humano, Sustentabilidade e Envelhecimento: uma abordagem interdisciplinar”, escrito por **Maria Cristina Hennes Sampaio**. Finalizam o livro quatro textos: um ligado à tradução e à sociolinguística, outro à linguística aplicada e outros dois ligados ao

ensino e à Teoria das Operações Enunciativas. São eles: “Estudos (socio)linguísticos, (socio)terminológicos, do léxico e da tradução especializada: Particularismos lexicais do francês da Suíça” de **Maria Emília Pereira Chanut**; “Hipertexto, metáfora e metonímia: o sujeito e a produção do texto no meio digital” de **Emerson de Pietri**; “Processos de leitura no Ensino de Língua” de **Marilia Blundi Onofre**; “Les modaux de l’anglais: de la recherche a l’enseignement” de **Lionel Dufaye**.

O conjunto dos escritos que compõe este livro evidencia a riqueza que o entrelaçamento entre a interdisciplinaridade e a especificidade do linguístico pode oferecer ao horizonte das ciências da linguagem contemporâneas. Essa pluralidade, enfim, é um convite à pesquisa.

VARIABILIDADE DAS LÍNGUAS E INVARIÂNCIA: ESCOLHAS EFETUADAS PELAS TEORIAS

José BORGES NETO

Introdução

A história dos estudos linguísticos mostra um panorama de alterações polares entre perspectivas focadas na variabilidade das línguas e perspectivas focadas na busca da invariância, com nítida preferência pelas perspectivas universalistas.

As teorias que buscam a invariância nas línguas, de certa forma, ignoram metodologicamente as evidências de variabilidade, enquanto as teorias que adotam a perspectiva, digamos, variacionista, ao contrário, dirigem seu olhar para as evidências de variação e ignoram eventuais achados de invariância. Embora o foco selecionado dirija o olhar do cientista para um dos polos – e o faça desprezar evidências relativas ao outro polo – podemos dizer, sem medo de errar, que nenhum linguista assume essa “escolha de lado” de forma tão radical que o leve a dizer que só existe variação (sem qualquer invariância) ou que nada varia. A questão, no fundo se restringe a escolhas relacionadas ao *grau* ou à *centralidade explicativa* da variabilidade/invariabilidade.

Os debates sobre a variabilidade ou invariabilidade das coisas podem ser rastreados até pelo menos a filosofia grega do séc. V a. C., nos bem conhecidos debates entre o mundo dinâmico de

Heráclito e o mundo eterno, único e imutável de Parmênides. As imagens da chama e do cristal têm sido usadas desde então como representação da controvérsia: para Heráclito o mundo é chama e para Parmênides, cristal. Parmênides, no entanto, não negava a variação, negava apenas que ela constituísse uma força explicativa, já que o mundo aparentemente variável era apenas uma ilusão, fruto das sensações e das aparências. Heráclito, por sua vez, não ignorava a unidade do mundo, apenas a considerava resultante da luta dos contrários. Ou seja, para ambos havia variação e invariância, mas para Parmênides a variação era ilusória e o mundo devia ser abordado a partir da perspectiva da invariância e, para Heráclito, a invariância era uma espécie de momento de equilíbrio da variação.

Dessa forma, podemos dizer que a questão não é empírica. Os dados brutos não nos dizem como estudá-los e, portanto, as razões para a escolha de uma ou de outra perspectiva devem ser procuradas em outro lugar que não nos fenômenos.

No século XX, o estruturalismo assumiu claramente a perspectiva da variabilidade das línguas. A metodologia estruturalista – tanto no estruturalismo europeu quanto no estruturalismo americano – assumia como posição básica que cada língua a ser analisada devia ser considerada como uma estrutura *sui generis* e que a tentativa de aplicar a uma língua recém descoberta as categorias aplicadas às línguas já conhecidas devia ser evitada. Com o surgimento da gramática gerativa, nos anos 50, a perspectiva “universalista” volta ao centro da cena: a busca da invariância passa a ser a tarefa central dos estudos linguísticos.

No entanto, nem o estruturalismo abandonou completamente a busca de universais (mesmo que fossem universais implicacionais, como os de Greenberg), nem o gerativismo passou a dizer que tudo era universal (no interior do programa gerativista, no final dos anos 1970, temos o retorno da questão da variabilidade com o modelo de Princípios e Parâmetros que, embora essencialmente “universalista”, admite a variabilidade estrutural das línguas e tenta equacionar o aparente conflito entre as duas perspectivas com a noção de parâmetro).

Estudos mais recentes, no entanto, colocam questões interessantes sobre esse “conflito”. Pesquisas no quadro do que se vem chamando de Biolinguística, por exemplo, colocam problemas interessantes sobre questões como a da complexidade variável das línguas e a relação língua e cultura. Surgidas de colaboração efetiva entre linguistas e pesquisadores de outras áreas (antropologia, biologia, psicologia, etc.) essas descobertas têm destruído muitas certezas sobre as línguas, sua natureza, sua origem e sua arquitetura.

Neste trabalho, não vou voltar a discutir posições que vêm sendo debatidas há mais de dois mil anos. Como não tenho argumentos novos a propor em favor de nenhum dos lados, nem pretendo “requestrar” argumentos antigos, vou abordar um debate atual sobre o assunto e analisar os argumentos que são propostos pelos contendores. Acredito que assim poderemos compreender melhor o que está por trás das escolhas dos cientistas e, principalmente, compreender melhor o comportamento dos cientistas diante de “ameaças” a suas posições ideológicas.

Aceitando o risco de arrumar novos inimigos, vou estudar as argumentações e contra-argumentações apresentadas, por um lado, por Daniel Everett (2005; 2009) e, por outro lado, por Andrew Nevins, David Pesetsky e Cilene Rodrigues (2009a; 2009b).

Limitações de tempo exigem que a abordagem que faço aqui seja superficial. Espero a compreensão da plateia.

Antes de seguir adiante, preciso dizer que não tomo posição no debate. Acho que ainda é cedo para que possamos dizer que algum dos lados do debate esteja com a razão. Acredito, seguindo Popper, que a boa ciência depende de debates acirrados sobre as propostas teóricas; acredito também, contrariamente a Popper, que a finalidade dos debates não deve ser a “destruição” do oponente, mas a tentativa de se chegar a algum patamar de entendimento que permita o surgimento de algum tipo de conhecimento de grau superior. Agradeço a Marcelo Dascal – e à sua teoria das controvérsias – a percepção de que os debates científicos, mais do que *guerras*, devem ser *conversações* (por mais ásperas que possam

ser), regidas por alguma forma de cooperação, que permitam, no final, algum tipo de entendimento (se não entre os contendores, entre os pósteros).

O início da controvérsia: a posição de Everett

Em linhas gerais, o debate em questão é iniciado por um texto de Daniel Everett (2005) em que são expostas algumas características incomuns da língua e da cultura pirahã¹ e proposto um princípio geral que deveria explicá-las.

O raciocínio de Everett é abduutivo²: há propriedades incomuns da língua e da cultura pirahã que requerem explicação; uma hipótese explicativa é proposta; no entender de Everett, nenhuma outra hipótese alternativa explica os dados tão bem como a que ele propõe; logo, sua hipótese é provavelmente verdadeira. Na forma de um silogismo, o raciocínio ficaria assim:

- a. D é um conjunto de dados.
- b. H explica D.
- c. Nenhuma outra hipótese explica D tão bem como H.
- d. Logo, H é provavelmente verdadeira.

Para não ficar num nível de abstração muito alto, e supondo que muitos dos ouvintes não conhecem os detalhes do debate, vou tornar um pouco mais concreta minha apresentação.

O que Everett percebe na língua pirahã é que (i) parece ser a única língua conhecida que não tem palavras para números nem mecanismos de contagem, (ii) não tem quantificadores, (iii) não tem termos para cores, (iv) não apresenta estruturas encaixadas, (v) possui o menor inventário conhecido de pronomes (e há evidências de que esse inventário foi integralmente emprestado de outras lín-

¹ O pirahã é uma língua amazônica, falada por cerca de três centenas de pessoas que habitam as margens do rio Maici, na bacia do rio Madeira.

² Mais informações sobre o raciocínio abduutivo podem ser obtidas em Walton (2004).

guas), (vi) não tem formas de pretérito perfeito, (vii) o inventário de fonemas das mulheres pirahã é o menor do mundo: apenas sete consoantes e três vogais (os homens têm uma consoante a mais), (viii) tem prosódia rica e (ix) a comunicação entre os pirahã pode ser feita por meio de assovios, murmúrios ou canto, em substituição das cadeias de fonemas. Everett também percebe que a cultura pirahã apresenta características raras: os pirahã não desenham; não possuem “mitos de criação” ou memória (coletiva ou individual) que ultrapassem uma ou duas gerações anteriores; seu sistema de parentesco é o mais simples já documentado; e os pirahã continuam monolíngues mesmo depois de dois séculos de contato com o homem branco.

Trata-se de um conjunto de propriedades extremamente incomum, que torna os pirahã, com sua língua e sua cultura, um povo com características muito especiais. Esse “exotismo” dos pirahã, no entanto, precisa ser mais bem estudado já que todo o conhecimento que temos deles provém, praticamente, do que Everett nos relata e, como recomenda a prática científica, nossa primeira atitude deve ser de dúvida. Nada mais natural, então, que trabalhos de crítica à descrição que Everett faz do pirahã, pedidos de esclarecimento sobre aspectos pontuais da descrição e textos que coloquem em dúvida seu desempenho como etnógrafo apareçam nos principais periódicos da área.

Em seu texto de 2005, Everett postula um princípio geral explicativo que reduz todas essas propriedades idiossincráticas da língua e da cultura pirahã a consequências de uma restrição cultural. Nas palavras de Everett (2005, p.622, grifo do autor):

Eu proponho que esses fatos aparentemente disjuntos da língua pirahã – propriedades surpreendentes sob qualquer perspectiva gramatical – derivam de uma única restrição cultural do pirahã, a saber, *a restrição da comunicação à experiência imediata dos interlocutores.*

Ou seja, para Everett, existiria na cultura pirahã uma restrição que impediria o acesso a fatos e eventos que não estivessem ao alcance da experiência imediata dos falantes. E esse princípio

cultural – que, seguindo Nevins, Pesetsky e Rodrigues (2009a), podemos chamar de *Princípio da Experiência Imediata* (PEI) – seria a explicação para o conjunto de propriedades idiossincráticas do pirahã.

Conforme o método abduutivo, as propriedades da língua e da cultura pirahã constituiriam os dados a serem explicados (D); o Princípio da Experiência Imediata seria a hipótese explicativa (H) que, na ausência de explicações alternativas, seria considerada “verdadeira” (temporariamente, a melhor explicação possível).

Everett ainda acrescenta que suas conclusões (e a suposta “verdade” de seu princípio) ferem de morte a proposta de gramática universal de Chomsky, que rejeita liminarmente a possibilidade de que restrições culturais possam agir no núcleo da gramática. De certa forma, Everett acredita estar falseando a proposta chomskiana e apresentando uma nova proposta que, em lugar de propor a universalidade da gramática, condiciona sua natureza a fatores de ordem cultural (variáveis, portanto).

É interessante notar, desde já, que não mais se trata de uma discussão sobre descrições de uma língua particular, mas de uma discussão sobre questões mais profundas sobre a natureza das línguas humanas (e, em consequência, uma discussão carregada de ideologia). O texto de Everett coloca em xeque o universalismo chomskiano e o substitui pela variabilidade de gramáticas submetidas pelas culturas.

Não sei se Everett está certo ou errado. Não tenho competência para avaliar suas análises do pirahã. Sei, no entanto, que Everett, no geral, seguiu o procedimento científico padrão: descreveu fatos, estabeleceu relações entre eles e propôs uma hipótese explicativa. Se sua hipótese conflita com os pressupostos de outras propostas teóricas, melhor para o desenvolvimento da ciência. Concordo com Lakatos quando ele diz que um programa de investigação científica que consegue o monopólio deve ser combatido (como todo monopólio, aliás). Concordo, também, com Nelson Rodrigues, para quem toda unanimidade é burra.

Algumas reflexões sobre os pontos em discussão

Acho que o trabalho de Everett poderia passar despercebido fora dos círculos acadêmicos ligados à área, como inúmeros outros trabalhos publicados em periódicos especializados que contestam as posições chomskianas. A repercussão que o trabalho de Everett obteve em círculos não acadêmicos, no entanto, como a atenção que recebeu da revista semanal *The New Yorker* (COLAPINTO, 2007), forçou a comunidade gerativista a uma resposta contundente – se possível, destruidora. E acho, também, que essa resposta nunca teve objetivos claramente científicos. Ela sempre me pareceu mais ligada a questões de prestígio e à defesa de posições ideológicas.

Os gerativistas poderiam ter reagido na linha do que encontramos no excelente “*Adam’s Tongue: how humans made language, how language made humans*”, de Derek Bickerton (2009). É importante destacar que Bickerton não é gerativista e que seu livro não consta das referências de nenhum texto da controvérsia.

Para Bickerton, desafiar Chomsky é uma obsessão constante dos que defendem que é a cultura que determina os comportamentos humanos.

Em texto seminal, de 2002, escrito por Chomsky em parceria com dois importantes estudiosos da cognição – Marc Hauser e W. Tecumseh Fitch – levanta-se a hipótese de que a única propriedade universal das línguas humanas, que as distingue dos sistemas de comunicação animal, é a *recursividade* (HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002). Assim, mostrar que ao menos uma língua não apresenta recursividade é falsear que seja exatamente essa a propriedade que singulariza as línguas humanas.

Ao concluir que o pirahã não apresenta estruturas encaixadas, Everett acredita ter um argumento contra a presença de recursividade nesta língua. Mas o que Bickerton mostra é que, certas ou erradas, as conclusões de Everett não têm a menor importância para as propostas gerativistas.

Segundo Bickerton, a pergunta a ser feita a Everett deveria ser: “uma criança pirahã, em condições normais de aquisição, conseguiria adquirir uma língua com recursividade?”.

Se a criança consegue, a ausência de recursividade na língua pirahã não teria maior importância do que a ausência de genitivos saxônicos em português ou de artigos em latim. A recursividade seria uma das possibilidades que a base biológica da linguagem colocaria à disposição dos seres humanos e que poderia ser ou não utilizado em cada língua particular. Não podemos esquecer que nem todas as características do inventário genético se manifestam nos indivíduos. Foi justamente para diferenciar a hereditariedade de um indivíduo do resultado que ela produz que Wilhelm Johannsen propôs, em 1911, a distinção entre genótipo e fenótipo: nem todos os organismos com um mesmo genótipo parecem ou agem da mesma forma porque a aparência e o comportamento do fenótipo são modificados por condições ambientais ou de desenvolvimento; da mesma forma, nem todos os organismos com aparências ou comportamentos semelhantes possuem o mesmo genótipo.

Se, por outro lado, a criança pirahã não conseguir adquirir uma língua com recursividade, estaríamos – ironicamente – diante de uma comprovação fortíssima de que as línguas têm uma natureza biológica. Obviamente, essa conclusão nos deixaria com a difícil questão de explicar – evolutivamente – o que separa os pirahã do restante da humanidade. Bickerton acrescenta que, neste caso, a proposta culturalista também se encontraria em dificuldades, já que teria que explicar porque uma criança pirahã não consegue adquirir uma língua com recursividade se inserida numa comunidade cuja cultura opta por incluir essa característica em sua língua.

Na suposição de que os pirahã são humanos e que uma criança pirahã consegue adquirir outras línguas, a proposta de Everett não atinge – nem fracamente – a proposta de Chomsky. A reação dos gerativistas é, portanto, exagerada (assim como a afirmação de Everett de que seus achados ferem a proposta chomskiana).

Um ponto que obscurece as questões em confronto é a própria noção de recursividade. Creio que vale a pena olhar com atenção um texto de W. Tecumseh Fitch (2010), um dos parceiros de Chomsky no texto que desencadeou todo o debate “biolinguístico”.

Em seu texto, Fitch analisa alguns conceitos de recursividade (da matemática, da ciência da computação e da linguística) e mostra que a recursividade é propriedade das gramáticas e não propriedade das línguas. Fitch mostra que é possível gerar línguas com encaixamentos sucessivos por meio de gramáticas sem recursividade e que é possível usar gramáticas com recursividade para gerar línguas sem encaixamentos sucessivos. Logo, a questão da presença ou ausência de recursividade nas línguas é uma questão fora de lugar³. Ou seja, na mesma linha do raciocínio de Bickerton, o texto de Fitch nos permite concluir que a ausência de estruturas encaixadas na língua pirahã não aponta nem para a presença nem para a ausência de recursividade na gramática do pirahã, assim como a postulação de mecanismos recursivos na gramática do pirahã não determinaria que os encaixamentos necessariamente estivessem presentes na língua.

Em síntese, parece que os contendores da controvérsia não sabem bem do que estão falando. Os dados não são confiáveis (já que não podem ser verificados – temos que aceitar as descrições de Everett por total falta de alternativas), as posições em confronto não estão sendo defendidas racionalmente, a partir de noções claras, e os argumentos em favor das posições erram o alvo.

A reação “universalista”: Nevins, Pesetsky e Rodrigues

Na prestigiosa revista *Language*, Andrew Nevins, David Pesetsky e Cilene Rodrigues (2009a) publicam um longo texto em que analisam a proposta de Everett e, com o auxílio de cerca de uma dúzia de consultores, procuram rebater ponto a ponto as evidências que Everett apresenta em favor de sua proposta.

As intenções dos autores são: mostrar que Everett analisou de forma errada as características do pirahã e que essas características não são particulares do pirahã, mas estão presentes em outras línguas (que não se submetem ao Princípio da Experiência Imediata); mos-

³ Seguindo também um raciocínio abduutivo, Fitch tenta mostrar que a postulação de recursividade nas gramáticas é a *melhor hipótese* de tratamento dos encaixamentos.

trar que não há evidências de que faltem ao pirahã estruturas encaixadas nem evidências de que o pirahã não possua quantificadores. Para os autores, enfim, o pirahã não fornece evidências para a relação causal entre cultura e estrutura gramatical afirmada por Everett.

O texto apresenta reanálises convincentes em alguns pontos, mas sua estrutura argumentativa é primária. Embora em alguns momentos os autores apelem ao que, sob seus critérios, seria a solução *mais lógica*, a lógica argumentativa (a lógica informal) passa longe do texto. Vejamos alguns poucos pontos que justificam essa minha afirmação.

O primeiro ponto a destacar é que o texto de Nevins, Pesetsky e Rodrigues é essencialmente um conjunto de negativas de negativas. Everett diz, por exemplo, que o pirahã não possui quantificadores; o falseamento dessa afirmação é, obviamente, a identificação de um quantificador no pirahã. Dizer que não há evidências de que o pirahã não possua quantificadores, como dizem Nevins, Pesetsky e Rodrigues, certamente não é o mesmo que dizer que o pirahã tem quantificadores. Se houvesse evidências de que o pirahã tem quantificadores, a afirmação de Everett estaria falseada; se não há essa evidência, chegamos a um empate: um lado diz “não há quantificadores” e o outro lado diz “você não tem evidências disso”. O argumento, sem dúvida, fragiliza a posição de Everett, mas a ausência de evidências contra essa posição é tão real quanto a suposta ausência de evidências a favor. Negar negativas é sempre difícil: como é que se nega uma afirmação como “Deus não existe” senão pela fé?

O argumento de que as características que Everett identifica no pirahã aparecem em línguas que não apresentam o Princípio da Experiência Imediata também não é válido. A lógica que o fundamenta é equivalente à que diz que a implicação “Se chove, a rua fica molhada” é falsa porque a rua fica molhada também quando não chove (quando arrebenta um cano, por exemplo). Ora, se o consequente da implicação é verdadeiro, a implicação é verdadeira, independentemente da verdade ou da falsidade do antecedente. Isso é mera lógica proposicional. O raciocínio de Everett é que a presença do PEI determina o conjunto das características idiossincráticas do pirahã (PEI → características) e a tentativa de inverter a

flecha da implicação (característica \rightarrow PEI) é um movimento ilegítimo, até porque para que a inversão pudesse ter algum valor psicológico (mesmo que não valor lógico) seria preciso mostrar que o conjunto das características “explicadas” pelo PEI estivesse presente em alguma outra língua.

Finalmente, dizer que Everett não apresenta evidências suficientes para a relação causal entre cultura e estrutura gramatical não é o mesmo que dizer essa relação não exista. Nem permite concluir que Everett não possa – mesmo a partir de evidências insuficientes – propor relação causal semelhante. Mostrar que as evidências são insuficientes, como vimos acima, fragiliza o argumento, mas não o afasta.

Enfim, o texto de Nevins, Pesetsky e Rodrigues falha completamente em seu objetivo de sustentar uma perspectiva universalista biologizante frente à “ameaça culturalista”.

Conclusão

Para que não se conclua erroneamente que estou criticando Nevins, Pesetsky e Rodrigues em apoio às posições de Everett, deixem-me mostrar alguns problemas relacionados ao uso da abdução por Everett.

Douglas Walton (2007, p.275) mostra que vários aspectos devem estar presentes na avaliação da “parte” indutiva da abdução (a “parte” que leva dos dados à hipótese). Ao propor uma hipótese explicativa para os dados, o cientista não pode deixar de considerar: (i) a confiabilidade dos dados e, particularmente, das análises que efetua dos dados; (ii) a extensão e a profundidade da busca por hipóteses alternativas (i.e., que confiança podemos ter de que todas as explicações alternativas plausíveis foram consideradas?); (iii) a plausibilidade da hipótese, em si, independentemente das hipóteses alternativas (mesmo que a hipótese proposta seja a melhor possível, ela deve ser plausível por si só); (iv) a “mensurabilidade” da hipótese proposta com as alternativas para que se possa dizer que a proposta supera decisivamente as alternativas. Além disso, o cientista não pode deixar de levar em conta alguns aspectos mais tipica-

mente “pragmáticos”: (v) o custo de se estar errado e os benefícios de se estar certo e (vi) a necessidade de se chegar a uma proposta explicativa “final”, considerando a sempre presente possibilidade de buscar mais evidências ou de considerar novas alternativas.

Pois bem. Aparentemente, Everett acredita que seus dados e as análises que faz desses dados são confiáveis. Os outros linguistas, no entanto, **por dever de ofício**, devem ser cautelosos na aceitação de hipóteses, particularmente quando a plausibilidade das hipóteses pode ser colocada em questão porque os dados, além de incommuns, não podem ser verificados. Trata-se, portanto, por parte de Everett, de uma questão de crença.

Da mesma forma, os julgamentos de Everett sobre hipóteses alternativas não são claros. Aparentemente, a proposta gerativa para a explicação dos dados é descartada com algum fundamento, já que o próprio Everett tentou inicialmente uma análise gerativa da língua pirahã e o fato de que os dados incluem fenômenos linguísticos e fenômenos culturais. Mas não há evidências que outras propostas de análise tenham sido realmente testadas (questões como as levantadas por Bickerton, sobre a aquisição de línguas “sem PEI” por crianças pirahã, e Fitch, sobre a natureza “gramatical” da recursividade, são ignoradas por Everett). Assim, não se pode dizer nem que a hipótese de Everett é a melhor possível, nem que a busca de alternativas plausíveis tenha sido muito extensa. Certamente, Everett acredita que sua hipótese é a melhor possível e que, ao afastar a hipótese universalista chomskiana, afastou as alternativas relevantes. Mas isso, de novo, é apenas uma crença.

Enfim, sempre se poderia dizer que Everett foi precipitado em propor uma alternativa culturalista para a explicação dos dados do pirahã, assim como foi precipitado em desafiar Chomsky, atraindo para si os ódios eternos (e irracionais) dos gerativistas.

Para finalizar quero ressaltar que essa controvérsia, embora disfarçada de controvérsia científica, é apenas um embate ideológico. Acho que não precisaria ser. O debate, no entanto, coloca em cena novas interpretações para os dados linguísticos e permite que novas alternativas teóricas possam ser exploradas.

Mas é hora de encerrar.

REFERÊNCIAS

BICKERTON, D. **Adam's tongue: how humans made language, how language made humans.** New York: Hill and Wang, 2009.

COLAPINTO, J. The interpreter. **The New Yorker**, New York, 16 abr. 2007, 2007. Disponível em: <http://www.newyorker.com/reporting/2007/04/16/070416fa_fact_colapinto>. Acesso em: 4 jul. 2014.

EVERETT, D. L. Pirahã culture and grammar: a response to some criticisms. **Language**, Baltimore, v.85, n.2, p.405-442, 2009.

_____. Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã. **Current Anthropology**, Chicago, v.46, n.4, p.621-646, 2005.

FITCH, W. T. Three meanings of “recursion”: key distinctions for biolinguistics. In: LARSON, R. K.; DÉPREZ, V.; YAMAKIDO, H. **The evolution of human language: biolinguistic perspectives.** Cambridge: Cambridge University, 2010, p.73-90.

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve?. **Science**, v.298, p.1569-1579, 2002

NEVINS, A.; PESETSKY, D.; RODRIGUES, C. Pirahã exceptionality: a reassessment. **Language**, Baltimore, v.85, n.2, p.355-404, 2009a.

_____. Evidence and argumentation: A reply to Everett. **Language**, Baltimore, v.85, n.3, p.671-681, 2009b.

WALTON, D. **Dialog theory for critical argumentation.** Amsterdam: John Benjamins, 2007.

_____. **Abductive reasoning.** Tuscaloosa: The University of Alabama, 2004.

AN ENUNCIATIVE DEFINITION OF COORDINATION: A METHODOLOGICAL ACCOUNT

Lucie GOURNAY

Pour la grammaire, c'est la même chose : si on étudie les catégories, ça n'est pas du généralisable ; si on étudie les notions grammaticales en tant que fondant les catégories, c'est généralisable (CULIOLI, 1985, p.23).

Introducing the problems with the definitions of “coordination”

This paper presents a methodological account of the enunciative analysis of AND, OR and BUT. The enunciative analysis of coordinative markers can be broadly presented as being in radical opposition with the main trend analyses of ‘conjunctions’ or ‘coordinated structures’ found in linguistic literature and textbooks.

Let's consider Haspelmath's (2004) definition of coordination:

The term coordination refers to **syntactic constructions** in which **two or more units of the same type** are combined into a larger unit and still have the **same semantic relations with other surrounding elements**. The units may be words (e.g. verbs, 1a), phrases (e.g. noun phrases, 1b), subordinate clauses (e.g. 1c), or full sentences (e.g. 1d).

(1) a. My husband supports and adores Juventus Turin.

- b. My uncle or your in-laws or the neighbors will come to visit us.
- c. I realize that you were right and that I was mistaken.
- d. The pope dissolved the Jesuit Order, and all the Indian missions were abandoned. All languages appear to possess coordination constructions (or *coordinate constructions*) of some kind, but there is a lot of cross-linguistic variation. (HASPELMATH, 2004, p.1, all bolds mine).

In this definition, the term “coordination” refers to a symmetrical syntactic structure, with constituents (called *conjuncts*) that are semantically homogeneous in their relationship with contextual elements. The definition of coordination as a construction made of homogeneous units (cf. *of the same type*) comes from syntactic works (BLOOMFIELD, 1933; CHOMSKY, 1957; LAKOFF, 1971; SCHACHTER, 1977) that entirely departed from approaches found in the works of European linguists (JESPERSEN, 1927, 1931, 1940; BALLY, 1933; ANTOINE, 1955; LANG, 1977) who focused on the linkage expressed.

In the presentation of Haspelmath (2004), typically, the link comes second, once the constructional properties have been laid out. Coordinative links can be deduced from context or expressed via coordinators like AND (which is the most frequent) BUT (which only take two conjuncts) OR, FOR and SO (HASPELMATH, 2004, p.2). Yet, according to the author, not all uses of AND, BUT etc. express a coordination.

Although Haspelmath’s works deals with cross-linguistic variations, the construction approach to coordination is not satisfying, as we shall see below, when comparing close-related languages, like French and English. The aim of this paper is to present an alternative definition and analysis of coordination. In the framework of *La Théorie des Opérations Prédicatives et Énonciatives* (CULIOLI, 1990, 1999a, 1999b and followers) the term “coordination” has been used (GOURNAY, 2006) to refer to a common abstract linking instruction marked by AND, OR and BUT. This analysis allows fine-grained descriptions of linguistic variations and

it helps pedagogical transferring for translation courses, as will be illustrated in conclusion.

The overwhelming influence of the construction approach of coordination

One of the major problems encountered by linguists is the lack of clear separation between intuition, tradition and objective criteria. Studies on coordination exemplify this problem. In the following historical survey on coordination studies, I'll show that linguistic accounts of coordination echo the construction approach despite theoretical variations.

From tradition to criterion (and vice versa)

Bloomfield (1933) is an attempt to provide a scientific model for linguistic facts, taking the opposite view presented in previous philosophical, intuitive or traditional approaches. The term “coordination”, which had been used in philosophical literature to denote the relationship between the two elements of a set, emerges in linguistic literature to describe the relationship between two statements (JESPERSEN, 1927, 1931, 1940; BALLY, 1933) that are not subordinated to each other. In traditional grammar, there is a need to distinguish between subordination and coordination, but as can be seen in Jespersen (1940)¹, this distinction is not grounded on syntactic criteria, nor on lexical criteria, since the same marker can be used to denote a subordinative or a coordinative link.

The definition given by Bloomfield provides syntactic criteria. He refers to *coordinative constructions* and defines them as endocentric constructions in which two constituents are at least of the

¹ “Tone often serves to distinguish clauses from main sentences, or rather serves to show whether we have coordination or subordination. Two coordinated sentences tend to have the same intonation, in most cases dropping down towards the end, while when one statement is subordinated to another the first generally has a higher (rising) and the second a lower (falling) intonation, no matter which of them is the superior one: if he is \uparrow ill he won't \downarrow come: he won't \uparrow come if he is \downarrow ill” (JESPERSEN, 1940, p.343).

same form class. Bloomfield (1933) thus distinguishes between structures with two or more heads (called *coordinative constructions*, like “boys and girls”), and structures with only one head (*subordinative constructions*, like “Poor John”)². At this point, the term “coordinative” does not refer to sets of clauses only.

In the perspective opened up by Bloomfield, Chomsky (1957) is an attempt to provide syntactic criteria in order to generate grammatical sentences via a transformational process. Chomsky’s (1957) definition of coordination combines Bloomfield’s definition and the traditional view that coordination is a sentential phenomenon. “One of the most productive processes for forming new sentences is the process of conjunction. If we have two sentences $Z+X+W$ and $Z+Y+W$, and if X and Y are actually constituents of these sentences, then we can generally form a new sentence $Z - X+and+Y-W...$ ” (CHOMSKY, 1957, p.35).

Indeed, according to this rule, a coordinative structure like “ice cream and cake” in *Gerry likes both ice cream and cake* is a derivation of “Gerry likes ice cream and Gerry likes cake”. In other words, every coordinative structure comes from the reduction of a clausal coordination.

Reduction following the conjunction reduction rule

Chomsky’s (1957) definition raises many problems and counter-examples because structures that intuitively seem to be coordinative cannot be generated through Chomsky’s (1957) rule. So in fact, the transformational rule of coordination is not as productive as expected.

Smith (1965) regrets for instance that the conjunction reduction rule does not discriminate between the two possible interpretations in *John and Mary are married*. The interpretation “John is married and Mary is married” is a case of coordination. Yet, it is not the most frequent interpretation available and the interpreta-

² Both are endocentric, since the head belongs to the same form class as the phrase (ie. John is a noun, “Poor John” is a noun phrase).

tion “John and Mary are married together” can only be described as not being a case of coordination.

Considering the amount of problems raised by the conjunction reduction rule, Gleitman (1965) reduces the definition of coordination to symmetrical sets. A structure is called coordinative if the conjunction reduction rule applies and only if **A conj B** can be changed into **B conj A** without change of meaning. In order to reinforce the conjunction reduction rule, Gleitman reduces the scope of the term coordination so much that only a small variety of sets can actually be called coordinative.

Introduction in the debate of the concept of “semantic sameness”

Lakoff (1971) argues against Gleitman’s symmetry rule because it is too reductive. For Lakoff, it would be more satisfying to try and account for the different uses of conjunctions in the examples here:

- 1) “Do me a favor and run and get it.
- 2) George likes Peking Duck, but all linguists are fond of Chinese food!” (LAKOFF, 1971, p.138)

Those examples, which are quite acceptable in actual context, should be generated thanks to a unique complex rule. The complexity of this new rule lies in the introduction of the “common topic” (LAKOFF, 1971, p.138), a semantic criteria that accounts for the motivation of a coordination like in 1 and 2, and the inacceptability of a sentence like *I wrote my mother a letter yesterday and six men can fit in the back of the seat* which Gleitman’s rule generates.

Following Lakoff’s “common topic”, Schachter (1977) tries to account for examples that are not acceptable using the “Coordination Constituent Constraint”. Schachter shows that “the constituents of a coordinate construction must belong to the same syntactic category and have the same semantic function” (SCHACHTER, 1977,

p.90). In **What are you doing and shut the door*, the conjunction of two sentences does not generate an acceptable sentence. Same with the GPs in **John ate with his mother and with good appetite*. Those examples are evidence that semantic homogeneity between the conjuncts is required. But is it enough? That's Schachter question when considering the unacceptable sentence **John met Mary on a blind date and in 1968* knowing that the question *How and when did John meet Mary* is fully acceptable. In both cases there are two prepositional phrases coordinated, one referring to the circumstance (*on a blind date / how*) and the other to the time location (*in 1968 / when*). But the prepositional phrases can only be coordinated in the question³. For Schachter, this is evidence that some pragmatic parameter must also be taken into account.

Semantic models and the syntactic influence

Lang (1977, 1984) goes against the syntactic approach; he claims that his analysis perpetuates the studies of French speaking linguists like Bally (1933) and Antoine (1955), for whom a coordination is not a structure but a cognitive link. Indeed, according to Lang, it is not relevant to study a structure in terms of reduction, opposing sentential and clausal coordinations etc. Lang studies the linking of two linguistic units and its interpretation. The linking is often encoded by conjunctions like AND, OR, BUT.

It appears that the semantic interpretation of AND, for instance, partly depends on situational knowledge. AND encodes a basic semantic instruction but in context it is determined according to the information available. A sentence like *Mary and John are married* for instance is never ambiguous in actual context.

For Lang, it's interesting to understand the semantic motivation on which a coordinative link is based: the word "book", for instance, takes on different values depending on the conjunct it is combined with. In *I need a book or a record* BOOK refers to a "cultural

³ What Schachter does not say, but we can all see, is that John met Mary on a blind date and in 1968 would be much more acceptable as the answer to a question or a test.

object”; in *I need a book or a cigar-box* BOOK refers to a “solid object” (LANG, 1984, p.169).

Three levels of coordination are identified in Lang (1984). Thus, two linguistic items can be considered as forming a relevant set:

- when they share referential properties, (cf. *I need a book or a record*),
- when they represent ways of designating, (cf. *we had a drink in a bistro or wine shop*)
- when they illustrate a communicative principle (cf. “more sound, more meaning” in *They talked and talked*).

On the whole, Lang gives a definition of coordination that fits our intuitions since it covers almost every use of the prototypical coordinators. Yet, there are cases when a coordinator does not encode a coordinative link. Here are two examples taken from Lang (1984, p.19):

- 3) I have got to try and get him out
- 4) Get out or something will happen

In 3 and 4, according to Lang, AND is not a coordinative marker because the conjoined sentences are too asymmetrical (**I have got to get him out and try*). That means Lang paradoxically relies on syntactical properties to exclude those uses of AND from his analysis. Despite the claimed semantic and cognitive perspective, his analysis shares more or less the same corpus of examples than in Schachter (1977).

Another example of the influence of the transformational approach of coordination can be seen the pragmatic study of Blakemore and Carston (2005). The authors work in a Gricean perspective. They focus on the instruction encoded by AND in non-narrative sentences. As in Lang (1984), they claim that coordinators have minimal semantics, completed by an inferential pro-

cess which depends on pragmatics. Yet, the inferential pragmatic process is constrained by a single cognitive principle of relevance. In other words, a coordinator has an inferential role which leads the hearer to recover an implicature out of the proposition expressed in the conjuncts. AND signals that the conjuncts function together as premises in the derivation of the same cognitive effect. In *Hermione is very beautiful, and (furthermore) she comes from a wealthy family* (LANG, 1984, p.574) the two conjuncts express two distinct premises that lead to the same inferred conclusion: *You should fall for Hermione*.

Yet, the semantics of AND is more difficult to find in examples where a contradiction seems inherent to the statements expressed. It is the case in *She's seeing other men and her husband is in hospital*. The authors fail to grasp the pragmatic symmetry that accounts for the linkage of the two statements. For them, the rightful coordinator here should be BUT: the first conjunct might imply that she's having fun but in fact, the speaker contradicts this implicature because having her husband in hospital is not fun at all. According to the authors, the use of AND in *She's seeing other men and her husband is in hospital* is combined with an expression of surprise and thus denotes an emotional attitude of the speaker: those two statements are true at the time although they should not be according to mutual speaker/hearer values. Blakemore and Carston's semantics of AND does not apply in cases⁴ where there is no pragmatic "symmetry". Yet, by opposition to Lang, Blakemore and Carston do not exclude these uses of AND from their corpus: they intend to propose a new analysis of AND that could apply to these uses.

What this selective survey shows is that previous analyses of coordination are based on the logical notion of a *set*. Inside the made-up set, some type of symmetry is expected between the constituents. The definition of coordination one adopts relies on the type of symmetry one is ready to accept. But a hiatus always remains between

⁴ See also "If she gets the job, and there is a reasonable chance of it, she'll be happier" (BLAKEMORE; CARSTON, 2005, p.588).

- what the definition allows,
- what can be actually observed in naturally occurring sentences,
- what the linguist intuitively identifies as coordination.

An enunciative definition of coordinators: the case study of BUT

In the perspective developed by Culioli (1990, 1999a, 1999b *inter alii*), the aim of linguistic analysis is to understand how language and its linguistic representations work. Thus, instead of tagging linguistic items according to prototypical properties or pre-existent categories, the focus is on what can be observed in naturally occurring discourse production.

In other words, in *La Théorie des Opérations Prédicatives et Enonciatives* (TOPE), the goal is first to identify actual categorizations made in a given language, taking into account the linguistic system as it is. For instance, if there is one word with two distinct values, one assumes first that there is a linguistic motivation that underlies these two different uses. The marker BUT for instance can express opposition or exception:

- 5) She would talk about everything but the subject that matters (BUT = except)
- 6) She would talk about it but no one understood (BUT = yet)

Considering these different uses of BUT, the goal is to figure out what they have in common and explain why in English, in both contexts, the same marker emerges. That implies, among other tasks, comparing BUT with YET and analyzing the impact of indefinite EVERYTHING on BUT. So, one major premise in the TOPE framework is that semantic variations are not accidental and can be explained. That means that each marker encodes one invariant instruction that must be brought to light, taking into account the paradigm or family of markers in which it is included.

Variation and invariance

When considering the actual uses of BUT in English, it is clear that the marker has a variety of semantic values and that it is integrated into different syntactic patterns. In the series of naturally occurring examples below, BUT is either associated to the expression of restriction, exception or opposition.

- 7) These are **but** a sampling of the insults I endured⁵. (restriction)
- 8) The answer is nothing- nothing **but** empty space⁶. (exception)
- 9) His condition is serious, yes. But he made it all the way here in that state.⁷ (opposition)

The value of BUT results from the combination of BUT's core semantic value and the context in which it appears. For instance, the occurrence of indefinite pronoun NOTHING before the more definite noun phrase following BUT (cf. *empty space*) is a key element in the production of the exceptive value.

Another way of collecting data about BUT is to compare possible and impossible combinations of markers. In the following series of made-up examples, there is on focus on the distribution of BUT in contexts in which AND is acceptable.

- 10) a. *He might want money but recognition
b. He wants money but no recognition
c. *He wants money but no recognition but no favour.
d. He wants money but no recognition nor any favour.

⁵ Available at: <<http://www.definition.com.co/endure.html>>. Access on: 13 jul. 2014.

⁶ Available at: <http://www.fee.org/the_freeman/detail/the-new-science-and-the-new-faith#axzz2W6W1nYBf>. Access on: 13 jul. 2014.

⁷ Available at: <<http://www.fanfiction.net/s/5104638/8/The-Legend-of-Spyro-Age-of-Heroes-Book-III>>. Access on: 13 jul. 2014.

Examples 10a) and 10b) show that BUT when preceded by a noun phrase N1 cannot introduce another noun phrase N2, if N1 and N2 share the same truth value. Examples 10c) and d) show that two occurrences of BUT followed by a noun phrase make up an unacceptable sentence. Without any a priori on the scope or on the category of marker BUT, and only considering the linearity of language, it is still possible to bring to light formal properties that single out BUT, from AND for instance.

Comparison with other “alterity markers”

The method used to figure out the invariant meaning of BUT is based on comparative analyses. As shown in Gournay (2002), dictionaries rely on glosses to identify semantic values and syntactic identity. In 7) for instance, BUT is defined as a restrictive adverb because it is substitutable by ONLY; in 8), it is a preposition with exceptive value, because it can be replaced by EXCEPT. Yet, this somehow lacks coherence, for the natural association that exists between *he is but a boy* or *he is nothing but a boy* is not expressed. The goal of our comparative analyses is to show that all markers of alterity form a coherent paradigm of markers that can be decoded, taking into account various semantic and enunciative parameters.

Let's consider HOWEVER, compared with BUT, when used as a discourse marker. There are contexts when both can appear at sentence-initial position. It can be easily observed that HOWEVER can be followed by another contrastive marker (BELL, 2007; FRASER, 2011) when BUT cannot, but what does it mean in terms of overall semantic instructions?

This type of problematic has been addressed in other frameworks. In Bell (2007), for instance, other interesting tests are investigated:

- BUT can be followed by a question, HOWEVER is less likely to be followed by a question,
- BUT can be followed by IN FACT when *HOWEVER IN FACT is not found

- the difference between BUT/HOWEVER has to do with the encoding of point of view; with HOWEVER the opposition expressed can only be endorsed by the original speaker not the reported speaker.

The parameters usually invoked to differentiate BUT from HOWEVER are that of specificity (BUT is less specific than HOWEVER), type of contrast and endorsement (BLAKEMORE, 2002; HALL, 2007 *inter alii*). Those parameters are valid but they do not explain why HOWEVER cannot be followed by a question, as signalled in Bell (2007) and illustrated in (11):

- 11) They have money to spend. But/*? However why would they buy a new house in the same area?

In the Culiolian perspective, the goal is to provide more abstract parameters to grasp a fine-grained difference between the contrastive semantic instructions compared. BUT and HOWEVER would be treated as “landmarks” encoding different ways of generating discourse arguments, based on different modalities of shared-knowledge building.

Comparison with AND & OR

In order to discriminate BUT, it is also crucial to see if it shares any properties with AND OR. Intuitively, linguists have more or less put them together. Is there any linguistic evidence that justifies this?

In other words, is there a linguistic behaviour shared by AND, OR and BUT that can be identified? For instance, do they allow a certain type of linking that can be deduced from the way these markers behave syntactically? Are they part of a homogeneous paradigm of markers?

It seems really easier to ask oneself this question when considering markers that are related morphologically (cf. WH- markers). Yet, it is possible to identify a set of 3 invariant properties that are only shared by AND, OR and BUT:

- a. conj Y⁸
- b. conj Y
- c. *conj Y, sentence

Property a) posits that there is no need for another element like a previous X to come up with a well-formed use of the coordinator. Property b) posits that Y can be a clause, a nominal phrase, an adjective etc., any linguistic element in discourse. Property c) means that contrary to WH- markers and other markers, Y cannot be located⁹ within a domain that is built in the coming context (cf. **But I like him, he is a dentist. / He is a dentist, but I like him*).

Here are the three invariant properties shared by AND, OR & BUT only. Markers like THEN and FOR, for instance, do not abide by invariant property b). The hypothesis I make is based on actual distributional properties. I deduce from this set of properties that the function of AND, OR & BUT is not to link two elements but to locate one linguistic element (cf. Y) in the notional domain being processed (in previous context and on-going utterance). One important feature of the link constructed by AND, OR and BUT is that it is founded on a certain representation of the on-going discourse: it is seen as the produce of a linear flow with no explicit anaphoric or cataphoric pointing at previous or coming speech items. This feature is crucial in the opposition with subordinative markers, for instance (GOURNAY, 2006). Another important feature of the coordinative link defined here is that it is a speaker-based linkage: its value in phrasal or clausal uses is not made explicit but depends on contextual, prosodic and situational determination.

Once we have shown that AND, OR and BUT behave in a coherent way linguistically, relatively to the kind of determination they process, what needs to be clarified is in what way each marker in the paradigm of coordinators is specific.

⁸ Conj = conjunction.

⁹ 'Located' means referentially and pragmatically determined.

BUT and variation

I have claimed that there is a type of location that can be called *coordinative location* or *coordination* that can be inferred from the linguistic coding in English. Inside this micro-system, each marker is specified according to its sublocative linking instruction. So that, each marker is defined by:

- a common locative instruction
- a specific locative instruction

Both are defined according to the invariants inferred from the various uses of these markers. To differentiate AND, OR and BUT, there are interesting properties that can be considered.

AND and OR have uses not shared with BUT. For instance, the enumerative pattern is attested with AND and OR but not with BUT:

- 12) a. He wants money and recognition and favours.
b. He wants money but no recognition and no favour.
c. *He wants money but no recognition but no favour.

This singularity implies that it is possible to signal “sameness” to on-going discourse information, twice in a row. Yet, it is not possible to signal opposition to on-going discourse information, itself constructed as being in opposition to on-going discourse information.

Another example can be found in other phrasal uses, like in (13), where BUT is only possible when some sort of valuation can be recovered:

- 13) a. He might want money and/or recognition
b. *He might want money but recognition
c. He wants money but no recognition
d. He is dishonest but smart

With AND or OR phrasal coordination is not illicit: one element Y is introduced in discourse as being identifiable to some extent to the referential domain under construction. Marker BUT is illicit when introducing an element Y (cf. b. “recognition”) that is not established as in opposition with the referential domain under construction (cf. b. *things that one might want in relation to money*). Nonetheless, as soon as a form of radical alterity can be deduced, BUT becomes possible: in c., the emergence of NO constructs a valuation that allows the interpretation of opposition: in the domain of *things that one might want in relation to money*, “recognition” is explicitly stated as not being part of it. In d., BUT signals that “smart” represents a property that in context is in contradiction with the on-going argument (for instance, *he is too dishonest to be elected*).

There are other distributional properties which, taken together, show that what specifies AND, OR and BUT is the kind of alterity they signal. In Gournay (2006), I define 3 types of alterity: neutral, discriminating and radical. These forms of alterity are formalized in coherence with Culioli’s representation of the notional domain: Interior, Frontier and Exterior. AND introduces an item that is homogeneous with the referential domain under-construction: Y is situated at the Interior of this domain. OR signals that what follows is partly homogeneous but partly distinct from the referential domain: Y is situated at the Frontier of the domain. And finally, BUT signals that Y has to be considered as excluded from the domain under construction, and is hence formally situated on the Exterior.

Applications in translation training

In the previous part, a new definition of “coordination” is proposed. This definition implies:

- the deconstruction of traditional grammatical definitions,
- a return to linguistic data combined,

- and the founding of the analysis on a rather formalized framework that allows abstract representations.

It should be noted that the abstract formalism on which the Culiolian perspective is based can be easily backgrounded. Also, the explanations given for the use of one marker in a specific context relies on comparison and reflects linguistic multi-level complexity. Thus, there are numerous applications of this approach of grammar in the field of second language training¹⁰.

Concerning translation courses¹¹, for instance, one finds in the enunciative perspective satisfying tools to explain false equivalences. There are recurrent patterns in translation that can be identified and explained to avoid “mis-idiomaticity” in the target text.

The following examples illustrate a recurrent translation problem, based on the mistaken view that AND equals ET in French.

- 14) (...) it is only a café full of old men with caps on *playing* cards **and dropping caporal ash over them** (BURGESS, 1986, p.9).
- 14') ? Ce n'est plus qu'un café plein de vieux à casquette qui jouent aux cartes **et laissent tomber sur eux la cendre de leur caporal.**

The literal translation provided in (14') is not grammatically wrong but it lacks determinacy. Although clausal coordination by *et* is frequent, contrastive enunciative studies on coordination have shown (GUILLEMIN-FLESCHER, 1981; HOARAU, 1997) that in some contexts the coordination of two clauses in English was equivalent to the subordination of two clauses in French.

In (14), AND allows to locate the recurrent, non agentive action *dropping caporal ash* relatively to the complex referential domain « what old men like to do like playing cards ». We notice that in French in this particular context, the use of ET is less likely

¹⁰ For an example of lexical application, see Florea and Fuchs (2010).

¹¹ For an example of textbook in translation see Chuquet and Paillard (1987).

to be observed. Indeed, in French there is a constraint that bears on the coordination of verbs for non agentive processes, like *laisser tomber quelque chose*, are not easily associated with agentive processes potentially identified to “what old men like to do”. Also, (14’) exemplifies a lack of temporal determinacy. In the English version, the temporal relationship between the two processes expressed is recoverable. In French, *jouent aux cartes* and *laissent tomber sur eux...* are not temporally related. Thus, a more satisfying translation for (14) is (14’’):

14’’) Ce n’est plus qu’un café plein de vieux à casquette qui jouent aux cartes **en laissant tomber sur eux la cendre de leur caporal** (BURGESS, 1989, p.19).

Interestingly enough, in (14’’) the French published translation exemplifies a subordinated clause allowing the non agentive process to be considered as non-intentional and temporally determined by the time frame available for *jouer aux cartes*.

Since it is a relatively frequent translation process, it can be taught to young translators who usually tend to reproduce coordinative links from one language to another. This is true also with the radical alterity marker MAIS that cannot be translated using BUT in various contexts. In (15) for example, MAIS is a discourse marker, situated at the turn of speech. It denotes some alterity but not at the argumentative level.

15) – T’as le stylo?
– **Mais oui** je l’ai, répondit Tatav en exhibant un stylo à bille à quatre couleurs... (QUEFFELEC, 1985, p.122).

15’) * **But yes**, I’ve got it, replied Tatav, showing him a ball point with four different coloured inks...

15’) – **Of course** I’ve got it, replied Tatav, showing him a ball point with four different coloured inks... (QUEFFELEC, 1987, p.93).

In (15), MAIS is directly followed by the affirmative marker OUI. If the answer happened to be negative MAIS would actually remain in this context: *Mais non, je ne l'ai pas*. The use of MAIS in this salient context does not depend on the value of the answer and its possible opposition to the previous question. MAIS allows the location of the answer (cf. *oui, je l'ai*) at the Exterior of the referential domain of “what this question necessarily implies relatively to my turn of speech”. The affirmative answer confirms the main argument in the question (cf. *He has the pen*) yet the existence of the reply is evaluated, by the speaker, as irrelevant from the referential domain of necessary answers.

That is a context where MAIS and BUT differ. Once this is explained taking into account various parameters like the radical alterity constructed, the intersubjective relationship and the turn-of-speech position, it becomes easier to account for the fact that argumentative sentence-initial BUT is more frequent than sentence-initial MAIS that is semantically too broad to express mere propositional contrast.

REFERENCES

- ANTOINE, G. **La Coordination en Français**. Paris: Éditions d'Artrey, 1955.
- BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. Berne: A. Franke, 1933.
- BELL, D. Sentence-initial AND and BUT in academic writing. **Pragmatics**, San Diego, v.17, n.2, p.183-201, 2007.
- BLAKEMORE, D. **Relevance and linguistic meaning: The Semantic and Pragmatics of Discourse Markers**. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- BLAKEMORE, D.; CARSTON, R. The Pragmatics of Sentential Coordination with and. **Lingua: international review of general linguistics**, Amsterdam, v.115, p.569-590, 2005. Numéro special.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Holt, 1933. Revised from 1914 edition.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. La Haye: Mouton, 1957.

CHUQUET, H.; PAILLARD, D. **Approche linguistique des problèmes de traduction**. Paris: Gap: Ophrys, 1987.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Tome II. Paris: Ophrys, 1999a. (Collection L'Homme Dans la Langue).

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation**, Tome III. Paris: Ophrys, 1999b. (Collection L'Homme Dans la Langue).

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Tome I. Paris: Ophrys, 1990. (Collection L'Homme Dans la Langue).

_____. **Notes du séminaire de D.E.A. 1983-1984**. Éditées par le Département de Recherches Linguistiques. Paris: Université Paris VII: Université de Poitiers, 1985.

FLOREA, L. S.; FUCHS, C. **Dictionnaire des verbes du français actuel, constructions, emplois, synonymes**. Paris: Editions Ophrys, 2010.

FRASER, B. The sequencing of contrastive discourse markers in English. **Baltic Journal of English language, Literature and Culture**, Riga, v.1, p. 29-35, 2011.

GLEITMAN, L. Coordinating Conjunctions in English. **Language**, Baltimore, v.41, n.2, p.260-293, apr./jun. 1965.

GOURNAY, L. **Approche énonciative des catégories de marqueurs**: habilitation à diriger des recherches. Paris: Université Paris: Denis Diderot, 2006.

_____. Nothing but BUT. **Travaux linguistiques du CERLICO**, Rennes, n.15, p.117-140, 2002.

GUILLEMIN-FLESCHER, J. **Syntaxe comparée du français et de l'anglais, problèmes de traduction**. Paris: Gap: Ophrys, 1981.

HALL, A. Do discourse connectives encode concepts or procedures?. **Lingua: international review of general linguistics**, Amsterdam, v.117, p.149-174, 2007.

HASPELMATH, M. **Coordinating Constructions**. Amsterdam: John Benjamins, 2004.

HOARAU, L. **Etude contrastive de la *coordination* en français et en anglais**. Paris: Ophrys, 1997. (Linguistique contrastive et traduction, numéro spécial).

JESPERSEN, O. **A Modern English Grammar on Historical Principles**. v.V. London: G. Allen and Unwin & Copenhagen: Ejnar Munksgaard, 1940.

_____. **A Modern English Grammar on Historical Principles**, v.IV. London: G. Allen and Unwin & Copenhagen: Ejnar Munksgaard, 1931.

_____. **A Modern English Grammar on Historical Principles**, v.III. London: G. Allen and Unwin & Copenhagen: Ejnar Munksgaard, 1927.

LAKOFF, R. If's, And's and But's about Conjunctions. In: FILLMORE, C. J.; LANGENDOEN, D. T. (Ed.). **Studies in linguistics Semantics**. New York: Rinehart & Winston, 1971. p.114-149.

LANG, E. **The Semantics of Coordination**. v.9. Amsterdam: John Benjamins, 1984. (Studies in Language Companion Series).

_____. Analyse sémantique de la connexion coordinative. Traduit et remanié par D. Clément. **DRLAV**: revue de linguistique, Paris, n.15, p.168-187, 1977.

SCHACHTER, P. Constraints on Coordination. **Language**, Baltimore, v.53, n.1, p.86-103, 1977.

SMITH, C. Ambiguous Sentences with AND. In: REIBEL, D. A.; SCHANE, S. A. (Ed.). **Modern Studies in English**: Readings in

Transformational Grammar. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1965.

BIBLIOGRAPHY CORPUS

BURGESS, A. **Pianistes**. Traduction Carasso J-P. La Flèche: Grasset, 1989.

_____. **The Pianoplayers**, Tiptree: Arrow Books, 1986.

QUEFFELEC, Y. **The Wedding**. Traduction Coverdale, L. Sceptre Edition, 1987.

_____. **Les noces barbares**. Gallimard, 1985.

WATTERSON, B. **Something Under the Bed is Drooling**. Aleysbury: Sphere Books, 1988. (The new Calvin and Hobbes collection).

_____. **Calvin et Hobbes**. Traduction Riechert F. Tomes 1, 2 et 3. Paris: Hachette Turin, 1986.

CONTEXT, COGNITION AND GRAMMAR: THE ACTIVE-PASSIVE ALTERNATION IN FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR

Evelien KEIZER

Introduction

It is widely accepted that the grammar of a language cannot be regarded as an isolated, independently operating system, but rather as one component of a larger system of verbal interaction in which speakers' linguistic knowledge interacts with (preverbal) cognitive as well as contextual information in the production of linguistic utterances. One of the most difficult tasks of linguists is to determine how this interaction takes place and where to draw the boundary (if at all) between linguistic information and information that is non-linguistic but which nevertheless may influence the form of a linguistic utterance. These questions are particularly relevant for a theory such as Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), which envisages grammar as part of a wider context of verbal communication, while at the same including in the grammar only that conceptual and contextual information that is systematically coded in linguistic form. This means that we need a way of deciding which conceptual and contextual information fulfills this latter require-

ment (and as such needs to be represented in the grammar) and which information can be taken to influence linguistic form from outside the grammar. This paper will address these questions by examining the various factors (cognitive, discourse-pragmatic, semantic, morphosyntactic and contextual) that determine the choice between an active and a passive construction.

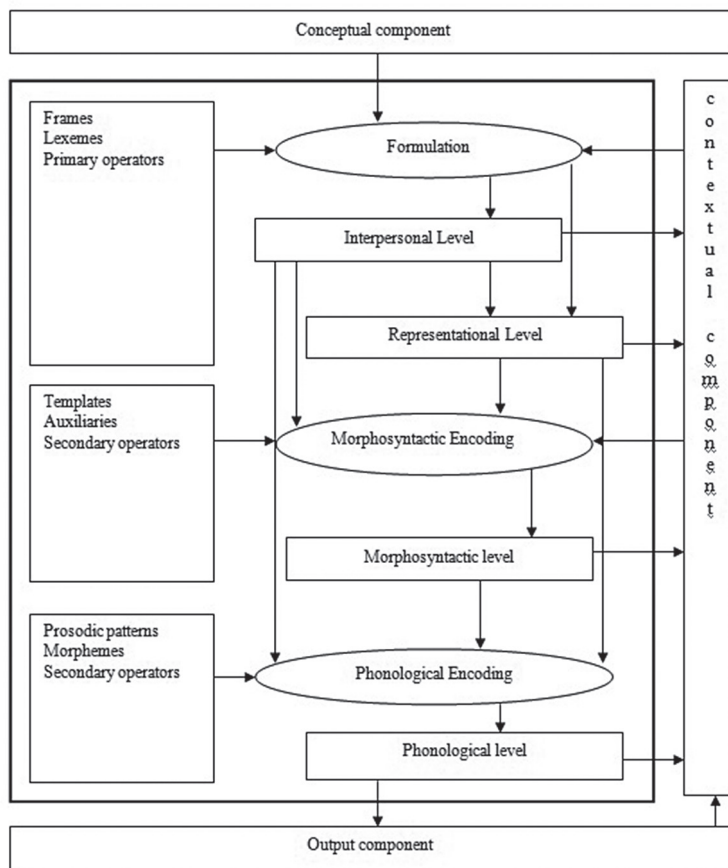
Functional Discourse Grammar: grammar, cognition and context

General overview of the model

One of the distinguishing features of Functional Discourse Grammar (FDG) is that it is top down and speaker oriented. Information relating to a speaker's communicative intentions is fed from a Conceptual Component into a Grammatical Component (first into Formulation, then from Formulation into Encoding), and from there into an Output Component (see Fig. 1). Although neither the Conceptual Component nor the Contextual Component is regarded as part of the grammar, their role in the linguistic production process is a crucial one, as the non-grammatical information they contain influences the form of linguistic utterances. Thus, the role of the Conceptual Component is to develop the speaker's communicative intentions; it can be seen as "the driving force behind the Grammatical Component as a whole" (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.7). The Contextual Component "contains a description of the content and form of preceding discourse and of the actual perceivable setting in which the speech event takes place and of the social relationships between Participants" (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.7) and interacts with the Grammatical Component at various stages during the production process.¹

¹ For a more detailed discussion of the relation between the Grammatical Component and the Contextual Component, see Hengeveld and Mackenzie (2014).

Figure 1 – FDG: general layout



Source: Hengeveld and Mackenzie (2008, p.13).

Although a number of studies have looked at the role of the other components (in particular the Contextual Component) (CONNOLLY, 2004, 2007, 2014; BUTLER, 2008; GARCÍA VELASCO, 2008; KEIZER, 2008; RIJKHOFF, 2008; CORNISH, 2009), some of the issues involved have as yet received insufficient attention. This paper is meant as a further contribution to the debate by addressing the following questions: What

is the division of labour between the Conceptual Component, the Contextual Component and the Grammatical Component? How do these components interact? If contextual information enters the grammar, how and where does it do so: directly (during Formulation or Encoding) or indirectly (via the Conceptual Component)?

Delineating the Grammatical Component

Hengeveld and Mackenzie (2008, p.2) characterize FDG as a “model of encoded intentions and conceptualizations” which allows linguists to reconstruct the steps that speakers have to take to ensure that their communicative intention is optimally expressed in a linguistic utterance (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). In describing this process, FDG takes what Hengeveld and Mackenzie (2008, p.38-39) call “a form-oriented ‘function-to-form’ approach”: function-to-form because it assumes that the formal (morphosyntactic or phonological) aspects of an expression are triggered by its interpersonal (pragmatic) and representational (semantic) function; form-oriented because it seeks to account only for those interpersonal and representational phenomena which are systematically reflected in form. At the same time, however, FDG acknowledges the existence of certain language-specific characteristics “that cannot be brought into correspondence with distinct communicative intentions” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.40). These are regarded as “a-functional” and are regarded as autonomous characteristics of the Morphosyntactic Level and/or the Phonological Level.

From the above it follows that the Conceptual and Contextual Components only contain that information that affects linguistic form in a systematic, predictable manner. It is, however, not always clear exactly which conceptual and contextual information fulfills this criterion and how and where interaction with the Grammatical Component takes place. The general layout of the model allows for a number of possibilities. First of all, there may

be no interaction at all, since the influence from the conceptual and contextual factors in question on the form of an utterance is not systematic (enough). Secondly, in those cases where contextual information does interact with the Grammatical Component, this may happen (i) during Formulation, in which case it is functional or (ii) during Encoding, in which case the information must be assumed to be a-functional, i.e. a (synchronically) arbitrary feature of the language in question. A third possibility is to envisage a system in which information from the Contextual Component feeds into the Conceptual Component, where it helps to give shape to the speaker's intentions. When those intentions are subsequently coded in the grammar, the Contextual Component can be said to interact with the Grammatical Component through the Conceptual Component.

In order to find out which of these three scenarios is the most plausible, this paper will investigate the active-passive alternation in English. After a description of the factors that have been identified in the literature as determining (or influencing) the choice between the two variants (Section 3), a unified multifactor approach to the active-passive alternation will be proposed based on the notion of (wider) speaker's perspective (Section 4). Subsequently, Section 5 will consider the implications of such an approach for the theory of FDG, in particular for the interaction between the Contextual, the Conceptual and the Grammatical Components. Section 6 will present a brief conclusion.

The active-passive alternation

Previous accounts

In the large body of research on the active-passive alternation, two basic approaches can be distinguished. First there are those accounts that focus on the formal aspects of the two constructions. Such accounts make no attempt to explain what triggers one variant rather than the other. A second group of proposals does address the question of what motivates the speaker to use a par-

ticular variant. As we will see, different determining factors have been proposed.

Starting with the first approach, we see that the active and the passive are typically regarded as differing in voice, i.e. as two morphosyntactically different constructions presenting the same semantic content. Quirk et al. (1985, p.159), for instance, define voice as “a grammatical category which makes it possible to view the action in either of two ways, without change in the facts reported”, whereby the active form is generally taken to be the basic (or default) form (SHIBATANI, 1988; HASPELMATH, 1990; VAN VALIN; LAPOLLA, 1997). What distinguishes the two forms, on this view, is not a difference in meaning, but “the way semantic roles are aligned with syntactic functions” (HUDDLESTON; PULLUM, 2002, p.1427). A detailed account of this kind can be found in Van Valin and LaPolla (1997, p.274), who claim that

[...] grammatical relations (syntactic relations) exist in a language only where the behavioral patterns of a language give evidence of a syntactic relation independent of semantic and pragmatic relations; that is, only where the behavior patterns are not reducible to semantic or pragmatic relations can we say that there is evidence of syntactic relations.

FDG takes a similar approach. Here, too, active and passive constructions are seen as different kinds of alignment, i.e. as different mappings of representational (semantic) units onto morphosyntactic units. Active and passive sentences thus have the same representations at the Representational (as well as at the Interpersonal) Level; the difference between them is the result of different morphosyntactic realizations of the interpersonal and representational material.

Finally, a number of linguists have opted for a lexical approach. Freidin (1975), for instance, tries to capture the semantic equivalence between the two forms by means of a morphological rule of passivization. Within the framework of Lexical Theory, Bresnan (1982), too, proposes a (universally valid) lexical rule

of passivization, which changes a transitive lexical form into an intransitive one.

What all these analyses have in common is that they deal with the active-passive distinction in a very mechanical way, without addressing the question of what determines a speaker's choice between the two variants. Other linguists, however, have looked at the different functions of active and passive constructions. What follows is a brief summary of the most important factors identified in the literature.

I. Perspective. It could be argued that there is not much difference between the notions of perspective and voice. Comrie's (1988, p.9) description of voice as "a system of grammatical encoding of event participants", for instance, is very similar to Dik's observation that "[i]n many languages the SoA designated by a predication can be represented from different perspectives or 'vantage points', whereby the primary vantage point becomes the subject of a clause and the secondary vantage point the object" (DIK, 1997, p.249). Moreover, Dik, too, takes the first argument (typically the agent) to be the basic perspective (DIK, 1997). What distinguishes Dik's approach from those discussed above is that he gives a number of reasons why a speaker should want to present a SoA from a non-basic perspective:

- i. The speaker "emphasizes" or identifies himself more with the second argument entity than with the first argument entity.
- ii. The second argument represents a Given Topic, and will thus be definite, whereas the first argument is a New Topic, and thus usually indefinite.
- iii. The first argument is not (sufficiently) known or identifiable, or it is unimportant, or the speaker consciously wishes to leave it unidentified.
- iv. There may be politeness conventions which prevent a direct address of the addressee (e.g. *(You) read this book!* vs. *This book is to be read (by you)*).

For Wanner (2009, p.9), use of the passive involves two separate strategies: promotion of the patient by assigning it subject function and demotion of the agent, which is either omitted or mentioned in a *by*-phrase. Although prototypical passives involve both strategies, in many cases the passive construction is selected either to promote the patient or to demote the agent. In order to find out what triggers the use of the passive, we thus need to identify the reasons that speakers may have for demoting the agent or promoting the patient.

Ia. Demotion of the Agent. Three reasons for demoting the agent were already mentioned in Dik (1997): the speaker “emphasizes” the second argument entity; the first argument is not (sufficiently) known or identifiable, or is unimportant; direct address is avoided for reasons of politeness. Another reason that has been suggested is the familiarity of the agent. Huddleston and Pullum (2002), for instance, suggest that a passive is more likely to be used when the agent is the addressee (and as such fully familiar). This is, of course, the exact opposite of the situation described in (ii) above, where use of the passive is favoured because the agent is not known or identifiable. Finally, animacy has also been mentioned as a relevant factor affecting the choice of perspective. According to Van Valin and LaPolla (1997), agent-like arguments are normally animate or human, while patient-like arguments may, but need not, be animate or human. If an agent is inanimate, this may be a reason for demoting it.

Ib. Promotion of the patient. A great deal of attention has been paid to the second strategy, that of promoting the patient. Many early treatments of the passive emphasize its use as a way of topicalizing the second argument (JESPERSEN, 1933; HALLIDAY, 1967; BEEDHAM, 1982); the idea being that topical material tends to come nearer to the beginning of the clause than non-topical material (MALLINSON; BLAKE, 1981; LAMBRECHT, 1994; WANNER, 2009).

II. Promotion of the agent: end focus. Some linguists also see the passive as a means to promote the agent, in accordance with the principle of end-focus (QUIRK et al., 1985).

III. Complexity. Another important factor is that of end weight, i.e. “the tendency for long and complex elements to be placed towards the end of a clause” (BIBER et al., 1999, p.898; DIK, 1997, p.404; QUIRK et al., 1985, p.323, p.1282ff.). In other words, in those cases where the agent is referred to by means of a long and complex expression, a passive may be preferred.

IV. Aspect. A different kind of explanation for the use of the passive is given by Beedham (1982) and Langacker (1982), who see the passive as marking a particular type of aspect. For Beedham (1982, p.91 e p.45) the passive occupies a position between actions and states, as it “portrays a state as the result of a preceding action; or put another way, it portrays simultaneously an event and the state that results from that event.” As such, Beedham continues, the passive participle has features in common with both (active) verbs and adjectives, and it is this particular mix of actional and statal features which gives the passive a distinctive meaning. Within the framework of Cognitive Grammar, Langacker (1982, 2002) offers a similar characterization of the passive as both stative (“instantiated at a single point in time”) and processual (“designating all the states within a process as it unfolds, not just the final state”) (LANGACKER, 1982, p.61-62 and p.65).

V. Style. It has often been claimed that the use of the passive belongs to a particular style of communication. According to Biber et al. (1999, p.154), “[p]assives and active constructions are by no means equivalent, and their use varies widely upon the type of text”. This is confirmed by extensive corpus research. Biber, Conrad & Leech. (2002), for instance, found that the frequency of the passive varies considerably across registers: they are most common in academic prose (where they account for 25 per cent of all finite verbs), are also common in news (about 15 per cent of all finite verbs), but hardly occur in conversation.²

² Interestingly, a corpus study conducted by Wanner (2009) on the use of the passive in academic discourse shows that the number of passives in academic writing recently seems to have dropped, possibly due a strong prescriptive attitude, according to which passives, often regarded as “undynamic, pseudo-objective and evasive”, should be avoided (WANNER 2009, p.191).

VII. Priming. Finally, research in psycholinguistics and corpus-linguistics has shown that forms used in previous discourse may influence the choice between two alternative constructions (BOCK, 1986; PICKERING; GARROD, 2006; PICKERING; FERREIRA, 2008). There is evidence that priming (or ‘persistence’) plays a role in determining the choice for a particular variant in the dative-alternation and the genitive-alternation (GRIES, 2005; HINRICHS; SZMRECSANYI, 2007), and it may be assumed that it also plays a role in the active-passive alternation. It will be clear, however, that it has a different status from the other factors, since priming is not communicatively motivated. As such it cannot help explain the difference in communicative function between the two constructions; nor does it help to explain shifts from one form to the other.

A multifactor approach

In the preceding section six different types of triggers have been discussed which have been presented in the literature as determining the choice between an active and a passive construction. Four of these seem to be relatively independent:

- (1) a. Perspective:
 - demotion of agent (lack of identifiability or prominence, inanimacy, familiarity)
 - promotion of patient (topicality, speaker’s identification, politeness)
- b. Promotion of the agent (end focus)
- c. Complexity (end weight)
- d. Aspect (perfective)

The fifth factor mentioned in the previous section is that of style. However, although there is clearly a relation between the stylistic properties of a text and the frequency of the passive, this relation seems to be indirect, mediated by other triggers. Consider, for instance, the style employed in academic writing. The specific goals of this type of text typically require a style that is distanced and

objective, and one way of achieving this effect is by backgrounding (demoting) the agent. In addition, in experiment-based research the findings tend to be more important than the person conducting the experiment, which may lead to both promotion (topicalization) of the patient and use of a perfective aspect. Style is, therefore, not an independent factor in the choice of the passive, but a derived factor, brought about by a combination of other factors.

As pointed out above, the sixth factor, priming, is also different from the first four factors in that it is not used to code the speaker's communicate intentions. It will be argued that this factor interacts with the Grammatical Component before any of the other factors are taken into consideration (see also Sections 4 and 5).

As for the four basic factors, it will be assumed that none of these factors can, by itself, explain the choice between an active and a passive. Instead it will be argued that this choice is determined by a number of interacting (possibly competing) factors. Such an approach has the advantage of being able to account for the fact that some passives are better examples of the category than others: if all factors favour the same construction, the result will be a prototypical (or optimal) active or passive construction, whereas in the case of competing factors the resulting construction will be non-prototypical.

Let us now look at some authentic English examples to see such an approach can indeed account for the choice for an active or a passive construction. Most examples will be taken from one short passage from the first chapter of Peter Ackroyd's (1999) biography of Thomas More:

- (2) The litanies of the saints were pronounced over the baptismal font. The priest then divided the water with his right hand and cast it in the four directions of the cross. He breathed three times upon it and then spilled wax in a cruciform pattern. He divided the holy water with a candle, before returning the taper to the cleric beside him.
(a) *Oil and chrism were added, with a long rod or spoon, and the child could now be baptized. ...* (b) *The child was*

given to the priest, who immersed him three times in the water. (c) He was then anointed with chrism and wrapped in a chrismal robe. ... The candle was lit and placed in the child's right hand, thus inaugurating a journey through this dark world which ended when, during the last rites, a candle was placed in the right hand of the dying man with a prayer, 'The Lord is my Light and my Salvation, whom shall I fear?' (d) Whom shall this particular child fear, when it was believed by the Church that the whole truth and meaning of baptism was achieved in the act of martyrdom? (ACKROYD, 1999, p.1-2).

As it turns out, none of the passives in this passage fulfills all the above-mentioned criteria. There are, however, various instances where, on the basis of the criteria in (1), the passive can reasonably be seen as the preferred form. Consider the following example:

- (2) c. He was then anointed with chrism and wrapped in a chrismal robe.

Since the agent can be assumed to be familiar on the basis of the previous discourse, this can be regarded as an example of agent demotion. At the same time there seem to be independent reasons for promotion of the patient, since, throughout the passage, the child is an important discourse topic. Together these factors seem to justify the use of a passive. Note, however, that discourse topicality by itself cannot account for the use of a passive in these cases, since the unmentioned agent – the priest – seems to be equally discourse topical. This is clear, for instance, from example (2b). Here, unlike in the previous examples, the perspective shifts from the child to the priest. Note however, that, having been reintroduced at the end of the preceding clause, the priest is the more highly activated of the two discourse topics. This may account for the choice of an active construction in the relative clause, the overall effect being one of increased cohesiveness.

- (2) b. The child was given to the priest, who immersed him three times in the water.

In addition, both these examples seem to comply with the criterion of perfective aspect. In both cases, the actions involved (the unfolding processes of anointing, wrapping and giving) and the results of those actions (as necessary stages in a sequence of actions) seem to be equally important. All in all it seems that, even though neither of these passives fulfill all the criteria listed in (1), use of the passive is fully justified and, indeed, perfectly natural.

The same seems to be true for the first part of example (2a):

- (2) a. *Oil and chrism were added*, with a long rod or spoon, and the child could now be baptized.

Here the use of the passive seems to be triggered mainly by the familiarity of the agent. Note, however, that this factor cannot by itself explain the use of a passive, since in the preceding sentences the same fully familiar agent (the priest) does appear as the subject of an active transitive construction. Nor can the use of the passive here be accounted for in terms of animacy, since the sentence combines an animate (human) agent (the priest) with an inanimate patient (oil and chrism), which normally favours use of the active (which is indeed the form chosen in all the preceding sentences). Discourse topicality does not seem to play a role either: although the patient subject could be argued to have some degree of activation, it is nevertheless newly introduced and not identifiable. Nor can we resort to the notion of priming, as it is the shift from active to passive that needs to be accounted for.

In fact, the use of the passive could be seen as resulting from an opposite need (as an instance of reversed priming); i.e. the passive could be used in anticipation of the shift in perspective to follow (from the priest to the child). Since this shift calls for the use of a passive in the second clause, the first passive may be chosen to prepare for this shift in perspective, already demoting the agent

before moving on to promote the patient. Finally, other considerations (e.g. placement of the instrument PP) may also help to tip the balance in favour of the passive.

So far, it seems that perspective (patient promotion and/or agent demotion) is a very strong factor in choosing between an active and a passive construction. It may therefore be useful to look at passives with a *by*-phrase, as here both the agent and the patient perspective are clearly available. The passage in (2) contains only one long, and quite complicated *by*-passive:

- (2) d. Whom shall this particular child fear, *when it was believed by the Church that the whole truth and meaning of baptism was achieved in the act of martyrdom?*

Explaining the use of the passive here seems to be somewhat of a challenge. The patient provides new, unidentifiable information, while the agent, being semi-active (subtopical) and identifiable, hardly qualifies for demotion. It could of course be argued that the use of a passive allows for the postponement of the new and complex information contained in the *that*-clause, but note that the same effect could have been achieved by using an active construction (with the agent, the Church, as the subject). It is also true that the sentence has a stative quality, but this is due to the nature of the verb *believe*, and would have been equally true of the “active” form. This also explains why, despite its stative nature, the sentence is not characterized by perfective aspect. In other words, none of the criteria for the use of a passive seems to be fulfilled. Nevertheless, there is no doubt about the appropriateness of the use of a passive. We will return to this example in the next section.

Although clearly far from complete, the discussion in this section seems to justify the conclusion that of the four factors mentioned in (1) perspective is the most important in determining the choice between an active and a passive construction. At the same time, this factor cannot by itself explain all occurrences of the passive: although the other factors are less influential, they cannot be

disregarded completely. In the next section, we will try to come to a more satisfactory, and more unified, explanation of what triggers the use of a passive construction, by considering the matter from a wider perspective.

The wider perspective

Speaker's perspective: a cognitive-pragmatic notion

If we want to find a more satisfactory explanation of what triggers a passive construction, we will have to go beyond the mere identification of the possible factors involved and find out why it is that these factors play a role, what it is that connects them, and how they interact. As a first step in answering these questions, the present analysis, too, will resort to the notion of speaker's perspective, providing it, however, with a broader definition. Also, rather than regarding it primarily as a pragmatic or discourse-related notion, the analysis to be proposed will emphasize its cognitive nature: the perspective from which a linguistic utterance is presented will be regarded as reflecting the way in which a State-of-Affairs is conceptualized in the mind of the speaker. It will be argued that a language like English allows a speaker to systematically code this conceptualization. The formal means available can be seen as fulfilling a very basic interpersonal function: not only do they enable the speaker to convey to the addressee how the intended message is organized in his/her mind, they also serve as an invitation to the addressee to view this message from the same perspective.

This may be seen as going back to the idea of a single factor. This is, however, not the case: the wider notion of speaker's perspective proposed here is a composite notion, the result of a cognitive balancing act, in which a number of factors are assessed and weighed against each other, eventually giving rise to a single, unified concept. What still needs to be explained, however, is how these different factors combine to yield this unified speaker's perspective.

Active, passive and the speaker's perspective

Since the notion of perspective was originally seen as being determined by the need to demote the agent or promote the patient, the contribution of these two factors to the wider notion of speaker's perspective is relatively straightforward. Nevertheless, it may be useful to examine the relation between these two factors in some more detail. Although they are obviously related, which of the two factors forms the real trigger depends on the communicative intention of the speaker, which, to a large extent, is determined by the discourse context. If the agent is unknown or unimportant, the patient is likely to be promoted, as the only truly available perspective. This typically results in the omission of the agent. However, even if the agent is (well-) known and not unimportant, the patient may still be promoted, simply because its role in the discourse warrants such a promotion – for instance, because the patient forms the primary topic of discussion or because the speaker identifies more strongly with the patient. In those cases, the agent may still be mentioned in a *by*-phrase, if there is sufficient reason to do so. So although the two processes are indeed related, they should nevertheless be seen as separate factors, both of which may serve as the real trigger of the passive.

Let us now consider the second factor listed in (1): promotion of the agent. As noted before, this notion seems to be in conflict with the previous factors. This is, however, only partly the case. Thus, although agent promotion is obviously incompatible with agent demotion, it is not inconsistent with patient promotion, as long as we realize that we are dealing with two kinds of promotion. First, there is promotion on the basis of the preceding discourse (Promotion Type A), instigated by topic continuity, which will result in the promotion of the patient. Promotion of the agent (Promotion Type B), on the other hand, is done in recognition of the contribution made by the agent to the further development of the discourse, such as the introduction of new, salient information, and possibly a new discourse topic. This is illustrated in example

(3), where the italicized clause takes the current discourse topic (the award) as the perspective in order to introduce the new topic of discussion (the winner of the award).

- (3) British Rail's Superstaff awards are to be presented in May and the Transport User's Consultative Committee is taking nominations for the most customer care conscious employee. *Last year the award was won by Ernie Acker at Charlbury station*, and we asked him what he thought of the awards. (BNC, spoken, news broadcast)

Both kinds of promotion can be seen as contributing to the overall perspective chosen by the speaker. It will also be clear that the passive is the optimal structure to express this perspective, as it allows the speaker to place the patient in first position and the new, salient information towards the end of the clause.

Particularly interesting in this respect is the passive in (2d), repeated here for convenience:

- (2) d. Whom shall this particular child fear, *when it was believed by the Church that the whole truth and meaning of baptism was achieved in the act of martyrdom?*

What makes this example special is that the two kinds of promotion described above both apply to the same (patient) referent. This is what triggers this particular – and otherwise inexplicable – use of the passive: on the basis of the previous discourse, the speaker chooses the proposition *that the whole truth and meaning of baptism was achieved in the act of martyrdom* as the perspective (Promotion Type A), while indicating at the same time that this proposition introduces new, salient information (Promotion Type B). The use of the passive is a result of these two forms of promotion, not from any need to demote the agent – which is why the agent is still mentioned in the form of a *by*-clause.

Next, we need to explain how the aspect factor fits into the picture. Here, too, it could be argued that the perfective aspect

associated with the passive contributes to the choice of perspective. After all, perfective aspect reflects both the actional (processual) and the stative (adjectival) quality of an action: the common factor in these qualities is the patient, as the referent affected by the action at each stage, including the final stage. This is, of course, closely connected to the idea of patient promotion: by choosing the patient as the perspective, the speaker makes it possible to draw attention both to the action as a whole (including the role of the patient, the processual quality) and its effect (at each stage of the action) on the patient (the adjectival quality).

Finally, we need to consider the influence of the complexity factor. Although complexity is also a cognitive notion, relating to the mental effort required by a speech participant in the production or processing of a construction, it does not contribute to the speaker's perspective. Instead it functions as a separate factor, influencing a speaker's choice for an active or passive independently from, and at times in competition with, the notion of perspective. Two different kinds of complexity seem to be relevant here. The first (Complexity Type A) concerns the internal structure of an expression, the tendency being to place the more complex information towards the end of the clause (the principle of end weight) (QUIRK et al., 1985, p.323 e p.1282). In that case, if the phrase denoting the agent is (much) more complex than the one denoting the patient, use of a passive will be preferred, even if this conflicts with the preferred perspective.

The second kind of complexity (Type B) relates to the cognitive effort involved in choosing the optimal perspective. As pointed out before, the wider perspective is the result of a complex weighing process that a speaker has to go through before he/she can decide on the most appropriate form. It may be assumed that, especially in spoken discourse, this process is often too complicated and time-consuming. In that case, simply sticking to the same perspective will be easier (provided, of course, that communicative success is not sacrificed completely). This could account for the presence of priming, as well as for the fact that shifts in perspective are less frequent in spoken than in written language – which in turn may

account for the low frequency of passives in spoken discourse (the active being the basic form).

Consequences for FDG

It is now time to return to the questions raised in the introduction. In order to answer these questions, we need to decide how to deal with the kind of multifactor approach advocated in this paper within the framework of FDG. Given its general principles and overall organization, the FDG model allows for three approaches:

1. The “Contextual Component only” approach. The first option is to adhere strictly to the FDG position that contextual and conceptual information will only be included in the grammar if it “can be shown to have a systematic effect upon grammatical choices in formulation” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.10). Hengeveld and Mackenzie justify this apposition by arguing that “There are so many aspects of the context of interaction that could be argued to have an incidental impact upon a speaker’s linguistic choices that modelling them within our theory would deprive it of much of its power” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.10). Given the fact that the separate factors influencing the choice between an active and passive construction do not, by themselves, lead to systematic coding, it might be argued that they should not be represented in Formulation, and that the form of the construction is determined during Encoding.

2. The “Contextual + Grammatical Component” approach. On this approach it will be assumed that the factors responsible for the choice of a particular variant together do lead to systematic coding. To account for this, the relevant (communicative) factors will be separately represented at the Interpersonal and Representational Levels, while non-communicative (a-functional) factors (e.g. Complexity Type A) may influence the form of the utterance during Encoding (possibly overriding the communicative factors coded at IL).

3. The “Contextual + Conceptual + Grammatical Component” approach. Finally, it may be assumed that the communicati-

ve factors involved together determine the speaker's perspective in representing a Communicated Content. Choosing this perspective (identifying and weighing the different factors) is a cognitive, preverbal process, which is situated in the Conceptual Component. From there, the outcome of this cognitive process enters Formulation, where it is represented as a single operator (Perspective) at the Interpersonal Level. As in the previous scenario, this communicative factor can be overruled by a-functional factors during Encoding.

It will be clear, in view of the discussion in this paper, that the third option is the one that will be adopted here. The first option is not satisfactory as it does not explain the choice between an active and a passive construction, thereby reducing this alternation to an instance of free variation. The second approach is more attractive, since it can explain the choice of a particular construction. On the downside, however, this approach would require a plethora of new operators and functions. In addition, it does not explain where and how the interaction between the different factors takes place.

The third approach avoids these problems. All the relevant contextual information enters the Conceptual Component, where the speaker performs a balancing act, the outcome of which provides the perspective from which the message is to be presented. The contextual information includes not only all the communicative factors identified, but also takes into account forms used in the preceding discourse (Complexity Type B; priming). After all, if priming is to be regarded as an instance of ease of effort (in particular for the speaker), it must be assumed that it influences the cognitive process at an early stage: instead of going through the process of weighing the different factors the speaker simply chooses the perspective currently present in the discourse. The only factor to influence the choice of construction at a later stage (during Encoding) is the internal complexity of the relative units (Complexity Type A), which may overrule the communicatively motivated perspective for processing reasons.

The consequences for FDG are relatively small, as only two minor additions are needed:

1. A mechanism that allows information to feed from the Contextual Component into the Conceptual Component (which would mean adding an arrow between these components in Fig. 1).
2. A new interpersonal operator (Perspective) at the layer of the Referential Subact, which, together with the information provided at the Representational Level, will trigger the appropriate morphosyntactic form.

In addition, the approach chosen leads to a different approach to the active-passive alternation in FDG. Currently, subject and object assignment is explained in terms of morphosyntactic alignment, which means that the choice between an active and a passive is made during the operation of Encoding. In this paper, however, it has been argued that the contextual information determining the choice of construction triggers a cognitive process (in the Conceptual Component), and that the outcome of this process forms a unified notion (the speaker's perspective) which is systematically coded in the grammar (during the operation of Formulation). The only factor that may affect the choice of construction during Encoding is the complexity of the relevant linguistic units.

Conclusion

The aim of this paper has been twofold. Its primary objective has been to shed light on the overall organization of the model of Functional Discourse Grammar by examining the interaction between the Grammatical, Conceptual and Contextual Components. In order to obtain insight into the various kinds of information that influence a speaker's choice of a particular syntactic construction, and their place in or vis-à-vis the grammar, a particular syntactic alternation was investigated: the active-passive alternation. After an evaluation of previous proposals and a discussion of a number of examples, it was concluded that the most viable approach is a multifactor one, according to which the choice of one particular variant is determined by the interaction between

a number of different factors. It was further concluded that the major determinant was the cognitive notion of speaker's perspective, a composite notion covering a number of communicatively relevant (pragmatic and semantic) factors. Since this notion is systematically coded in the language and since it is interpersonal in nature, it was proposed that the notion of perspective be represented by means of an operator at the Interpersonal Level.

Finally, it was argued that since the speaker's choice of perspective is a cognitive process, it is plausible to assume that this process takes place at a preverbal level and as such is to be situated within the Conceptual Component. However, since in choosing the perspective the speaker clearly draws on contextual information, this information must be assumed first to move from the Contextual Component into the Conceptual Component, and from there to the Grammatical Component, thus indirectly influencing the form of the linguistic utterance.

REFERENCES

- ACKROYD, P. **The life of Thomas More**. London: Vintage, 1999.
- BEEDHAM, C. **The Passive Aspect in English, German and Russian**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1982.
- BIBER, D. et al. **Longman Grammar of Spoken and Written English**. Harlow: Longman, 1999.
- BIBER, D.; CONRAD, S.; LEECH, G. **Longman Student Grammar of Spoken and Written English**. Harlow: Longman, 2002.
- BOCK, J. K. Syntactic persistence in language production. **Cognitive Psychology**, New York, v.18, p.355-387, 1986.
- BRESNAN, J. The passive in lexical theory. In: BRESNAN, J. (Ed.). **The Mental Representation in Grammatical Theories**. Cambridge MA: MIT Press, 1982. p.3-86.

BUTLER, C.S. Interpersonal meaning in the noun phrase. In: GARCÍA VELASCO, D.; RIJKHOFF, J. (Ed.). **The Noun Phrase in Functional Discourse Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p.221-261.

COMRIE, B. Passive and voice. In: SHINATANI, M. (Ed.). **Passive and Voice**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p.9-23.

CONNOLLY, J. H. The Contextual Component within a Dynamic Implementation of the FDG Model: Structure and Interaction. In: ALTURO, N.; KEIZER, M. E.; PAYRATÓ, L. (Ed.). *The Interaction between Context and Grammar in Functional Discourse Grammar*. **Pragmatics**, San Diego, CA, v.24, n.2, p.229-248, jun. 2014.

_____. Context in Functional Discourse Grammar. **Alfa: Revista de Lingüística**, Araraquara, v.51, n.2, p.11-33, 2007.

_____. The question of discourse representation in Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. A. (Ed.). **A New Architecture for Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.89-116.

CORNISH, F. Text and discourse as context: discourse anaphora and the FDG contextual component. **Web Papers in Functional Discourse Grammar**, Amsterdam, n.82, p.97-115, 2009.

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**: Part 1: The Structure of the Clause. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

FREIDIN, R. The analysis of passives. **Language**, Baltimore, v.51, n.2, p.384-405, jun. 1975.

GARCÍA VELASCO, D. Functional discourse grammar and extraction from (complex) noun phrases. In: GARCÍA VELASCO, D.; RIJKHOFF, J. (Ed.). **The noun phrase in functional discourse grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p.321-363.

GRIES, S. Th. Syntactic priming: a corpus-based approach. **Journal of Psycholinguistic Research**, New York, v.34, n.4, p.365-399, 2005.

HASPELMATH, M. The grammaticalization of passive morphology. **Studies in Language**, [S.l.], v.14, n.1, p.25-72, 1990.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English: part 2. **Journal of Linguistics**, Cambridge, v.3, p.199-244, 1967.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Grammar and context in functional discourse grammar. In: ALTURO, N.; KEIZER, M. E.; PAYRATÓ, L. (Ed.). The interaction between context and grammar in functional discourse grammar. **Pragmatics**, San Diego, CA, v.24, n.2, p.203-227, jun. 2014.

_____. **Functional discourse grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HINRICHS, L.; SZMRECSANYI, B. Recent changes in the function and frequency of Standard English genitive constructions: a multivariate analysis of tagged corpora. **English Language and Linguistics**, Cambridge, v.11, n.3, p.437-474, 2007.

HUDDLESTON, R.; PULLUM, G. K. **The Cambridge grammar of the english language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

JESPERSEN, O. **Essentials of english grammar**. London: George Allen and Unwin, 1933.

KEIZER, M. E. Reference and ascription in F(D)G: an inventory of problems and some possible solutions. In: RIJKHOFF, J.; GARCÍA VELASCO, D. (Ed.). **The noun phrase in functional discourse grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p.181-220.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form: topic, focus and the mental representations of discourse referents**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LANGACKER, R. W. **Concept, image, and symbol**: the cognitive basis of language. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002.

_____. Space grammar, analysability, and the english passive. **Language**, Baltimore, v.58, n.1, p.22-79, 1982.

MALLINSON, G.; BLAKE, B. J. **Language typology**: cross-linguistic studies in syntax. Amsterdam: North-Holland, 1981.

PICKERING, M. J.; GARROD, S. Alignment as the basis for successful communication. **Research on Language and Computation**, Dordrecht, v.4, n.2-3, p.203-228, 2006.

PICKERING, M. J.; FERREIRA, V. S. Structural priming: a critical review. **Psychological Bulletin**, Washington, v.134, n.3, p.427-459, 2008.

QUIRK, R. et al. **A comprehensive grammar of the english language**. London: Longman, 1985.

RIJKHOFF, J. Layers, levels and contexts in Functional Discourse Grammar. In: GARCÍA VELASCO, D.; RIJKHOFF, J. (Ed.). **The noun phrase in functional discourse grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. p.63-115.

SHIBATANI, M. Introduction. In: _____. (Ed.). **Passive and voice**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p.1-8.

VAN VALIN, R. D.; LaPOLLA, R. J. **Syntax: Structure, meaning and function**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WANNER, A. **Deconstructing the english passive**. Berlin: Mouton the Gruyter, 2009.

ENTRE O VARIÁVEL E O CATEGÓRICO: A CONCORDÂNCIA VERBAL E A COLOCAÇÃO PRONOMINAL EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS

Silvia Rodrigues VIEIRA

Delimitando o tema: o estatuto das regras linguísticas

Decidir se um fenômeno assume, em determinada variedade linguística, um comportamento variável ou categórico há muito é objetivamente demarcado pela presença ou ausência total de uma forma linguística contra qualquer índice da presença dessa forma. Assim, pode-se propor, por exemplo, que a anteposição do artigo ao substantivo (“o menino”) constitui uma regra categórica no Português e a violação dessa regra resultaria em uma construção agramatical (“*menino o”). Por outro lado, fenômenos como a concordância verbal (“eles cantam / eles canta”) ou a colocação pronominal (“me dá / dá-me / dar-me-ia; pode me dar / me pode dar / pode dar-me”) exibiriam, dada a possibilidade de alternância das formas, um comportamento identificado usualmente como variável.

As condições para a identificação de uma regra variável, classicamente propostas por Labov (1972), exigiriam fundamentalmente a presença de duas ou mais formas alternantes (variantes) disponíveis

aos membros da mesma comunidade de fala, no mesmo contexto estrutural e com o mesmo valor referencial básico (dizem “a mesma coisa”). Concebidas as formas em alternância como constitutivas de uma variável dependente, uma das tarefas da Sociolinguística é descrever a coatuação de grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos como elementos favorecedores ou desfavorecedores das variantes em competição.

Embora essas sejam efetivamente as condições assumidas até hoje nos trabalhos variacionistas, é preciso refletir se o estatuto das regras usualmente investigadas é o mesmo em cada fenômeno e em cada variedade. Nesse sentido, parece oportuno observar o que propõe o próprio autor em outra referência. Labov (2003) classifica as regras linguísticas não em termos binários (variável ou não variável), mas em três categorias, segundo as características da suposta variação em termos qualitativos e quantitativos, e segundo a frequência com que operam. O quadro a seguir sintetiza a referida proposta:

Quadro 1 – Tipos de regras linguísticas

Tipo de regra	Frequência com que opera	Violações ¹
I – Categórica	100%	Nenhuma, na fala natural
II – Semicategórica	95-99%	Rara e relatável
III – Variável	5-95%	Nenhuma por definição e não relatável

Fonte: Labov (2003, p.243).

Aplicar a categorização de regras linguísticas ora apresentada, longe de ser mero detalhamento maior em relação à distribuição quantitativa dos dados, pode constituir ferramenta eficiente para delinear o que configuraria, em termos tipológicos, línguas ou variedades linguísticas distintas. Em outras palavras, ao estabele-

¹ Labov (2003, p.243) assim descreve as violações, respectivamente, I, II e III: “none in natural speech; rare and reportable; none by definition and unreportable.”

cer como diferentes as regras variáveis e as semicategóricas, pode-se dispor de instrumento para propor perfis que caracterizariam o que costuma ser tratado, independentemente do quadro teórico adotado, como parâmetros diversos ou tipos linguísticos diversos. A proposta que norteia a investigação é, portanto, a seguinte: quanto mais próximo o comportamento dos dados do estabelecido para uma regra semicategórica, mais segurança teria o pesquisador para especificar o ramo / tipo / parâmetro linguístico em relação à variedade em estudo.

Para refletir sobre a correlação entre a tipologia de regras proposta em Labov (2003) e a natureza de fenômenos linguísticos em variedades do Português, foram considerados dois temas amplamente utilizados nos debates relacionados à caracterização e à interpretação de variedades do Português, especialmente no que se refere ao Português do Brasil (PB) e ao Português de Portugal (PE): a concordância verbal e a colocação pronominal. Com base nesses temas, diversas questões já ocuparam as reflexões empreendidas nos trabalhos linguísticos. Haveria convergências entre as variedades? Seria possível falar em emergência ou presença de gramáticas (em abordagens mais formalistas) ou normas (em investigações mais sociolinguísticas) em competição?

Em linhas gerais, muitos trabalhos descritivos sobre esses fenômenos acabam por assumir um pressuposto tácito de que, independentemente do perfil da amostra em análise, se está igualmente diante de fatos morfossintáticos em variação, razão pela qual os dados, extraídos de amostras estratificadas, são muitas vezes naturalmente submetidos ao tratamento estatístico sociolinguístico (por meio do pacote de programas computacionais Goldvarb-X).

Nas seções a seguir, apresentam-se resultados variacionistas acerca dos dois fenômenos, com base em estudos que empregaram a mesma metodologia no tratamento de amostras da língua Portuguesa – Vieira e Bazenga (2013), para o tratamento da concordância, e Vieira e Corrêa (2012), além de M. F. Vieira (2012), para o tratamento da colocação pronominal –, a fim de, adiante, propor reflexões finais acerca da interpretação das regras linguísticas nas variedades brasileiras e europeias do Português. Em outras

palavras, objetiva-se olhar os resultados supostamente variacionistas para refletir sobre a questão: até que ponto, em determinadas amostras, há efetivamente uma regra variável da concordância de 3ª pessoa plural ou da ordem dos clíticos pronominais em variedades da Língua Portuguesa?

A concordância verbal de 3ª pessoa

A realização das marcas morfológicas de concordância tem sido um dos tópicos mais importantes para definir e caracterizar variedades do Português. No âmbito da formação do Português do Brasil, por exemplo, um produtivo debate vem-se desenvolvendo ancorado em ao menos duas concepções distintas: uma que pressupõe que os índices brasileiros de cancelamento da marca de número tiveram origem no Português Europeu transplantado para o Brasil, de acordo com o movimento próprio da deriva linguística (NARO; SCHERRE, 2007); e outra que propõe ser a falta de concordância brasileira resultante da intensa situação de contato linguístico, que teria dado origem a uma transmissão linguística irregular (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009).

Conforme aponta S. R. Vieira (2011, p.1-2):

Para os que defendem a primeira abordagem, duas fontes de dados têm sido essenciais: (i) dados do Português arcaico, que demonstrariam a gênese da falta de concordância; (ii) dados do Português Europeu (PE) contemporâneo, que atestariam também a não-concordância, embora com variações menos frequentes e com maiores limitações sociais. Os que defendem a segunda abordagem propõem que (i) a “variação da concordância no PE é na melhor das hipóteses residual e periférica” (LUCCHESI; et al., 2009, p.331); e (ii) no PB, haveria um *continuum* relacionado à concretização da concordância – da norma urbana culta (com altos índices de concretização da regra de concordância) até as comunidades rurais afro-brasileiras (com os mais baixos índices de não-concordância) – que evidenciaria o efeito do contato entre línguas.

Do exposto, verifica-se que a área dos estudos linguísticos relativos à concordância enfrenta claramente um problema de validação empírica das propostas interpretativas existentes, visto estar relacionado sobretudo à comprovação científica das hipóteses, o impasse entre as abordagens. Na realidade, os dados, não só em termos quantitativos, no que se refere à atestagem da falta de concordância, mas também em termos qualitativos, no que se refere à natureza dos contextos de manifestação da marca de plural, ora são tidos como pouco robustos, ora como suficientes.

Fica mais do que evidente, portanto, a necessidade de estudos que desenvolvam análises contrastivas das variedades do Português sob as mesmas condições e segundo os mesmos critérios, a fim de verificar o caráter efetivamente variável do fenômeno, especialmente em amostras do Português Europeu.

Em investigação recente, desenvolvida no âmbito do Projeto de cooperação internacional Brasil-Portugal “Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeia”, Vieira; Bazenga (2013), adotando os mesmos critérios de recolha e tratamento dos dados, descrevem a totalidade das ocorrências de 3ª pessoa plural na amostra básica do Projeto, a fim de dar conta dos seguintes objetivos: (i) estabelecer a produtividade das marcas de 3ª pessoa plural nas variedades europeias e brasileiras (além da africana, em São Tomé e Príncipe) do Português, definindo o estatuto de cada regra linguística em questão, consoante a tipologia proposta em Labov (2003); (ii) avaliar a influência de fatores estruturais e sociais que atuem como restrições à regra variável da concordância, quando for o caso; e (iii) avaliar a relação entre fatores estruturais e sociais que condicionam o fenômeno e a caracterização do estatuto das variedades linguísticas do Português quanto aos padrões de concordância verbal.

Para a coleta de dados, as referidas autoras determinam, de forma rigorosa, o tipo de ocorrência que seria considerada efetivamente variável, aquela que remete semântica e formalmente à 3ª pessoa plural, nas mais variadas expressões de sintagmas nominais, estando eles explícitos ou subentendidos. Por essa razão, qualquer contexto que acarretasse interpretação ambígua quanto à referência

plural do sujeito ou da forma verbal (MARTINS, 2012) foi desconsiderado na análise quantitativa dos dados, de modo a garantir a comparabilidade dos resultados.

Os critérios para a coleta das ocorrências atenderam ao pressuposto de que um enunciado pode remeter a estruturas sintáticas diferentes, o que implica assumir que nem sempre a aparente falta de expressão mórfica de plural constitui efetivamente um caso de não concordância. Nesse sentido, não compõem o conjunto de dados as seguintes construções: formas verbais de 3ª pessoa plural empregadas como recurso de indeterminação; aparentes sujeitos de 3ª pessoa plural (expresso ou nulo) que remetem a constituintes topicalizados, que poderiam ser interpretados como “isso”, por exemplo; construções com verbo copulativo, que podem ser concebidas como apresentacionais; formas verbais infinitivas, dada a frequente dupla possibilidade de interpretação da referência, se pessoal ou impessoal; ocorrências de “ter” e “vir” no presente do indicativo, por serem homófonas ou de difícil reconhecimento na maior parte das ocorrências do *corpus*; construções cuja determinação da forma verbal como singular ou plural é de definição duvidosa por motivos fonético-fonológicos, além das diversas construções com coordenação, expressões partitivas, numéricas, títulos de obras, dentre outras, cuja interpretação possa ser singular ou plural.

Os dados foram coletados de todas as entrevistas que constituem a amostra básica do *Corpus Concordância*, o que, de forma sintética, abrange 18 informantes em cada ponto de inquérito, distribuídos por sexo, três faixas etárias (18-35 anos; 36-55 anos; 56-75 anos) e três níveis de escolaridade (fundamental: 5 a 8 anos; médio: 9 a 11 anos; superior: mais de 11 anos). Para as variedades europeias, consideram-se os pontos referentes a Oeiras (OEI) e Cacém (CAC), na Região Metropolitana de Lisboa; para as variedades brasileiras, os pontos referentes a Copacabana (COP) e Nova Iguaçu (NIG), na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O tratamento dos dados demonstrou que a expressão da concordância ocorre segundo padrões diferentes nas variedades do Português. A tabela a seguir confirma essas diferenças.

Tabela 1 – Distribuição dos dados com e sem marca verbal de 3ª pessoa plural

Amostra	SVs de 3ª pessoa plural			
	Com marca de número		Sem marca(s) de número	
	Nº de OCOs	%	Nº de OCOs	%
Oeiras	1454/1467	99,1	13/1467	0,9
Cacém	1176/1185	99,2	9/1185	0,8
Copacabana	1229/1395	88,1	166/1395	11,9
Nova Iguaçu	1067/1365	78,2	298/1365	21,8

Fonte: Vieira e Bazenga (2013).

Os índices gerais de marcação de plural permitem afirmar que as amostras do Português Europeu apresentam uma regra semicategórica de concordância de 3ª pessoa, nos termos de Labov (2003). De outro lado, as taxas referentes às variedades brasileiras sinalizam o comportamento de uma regra variável, com forte preferência pela concordância, confirmando outros resultados alcançados em áreas urbanas (SCHERRE; NARO, 1997; MONGUILHOT; COELHO, 2002).

Obviamente, esses índices brutos, considerando todos os contextos, não permitem ver a complexidade do comportamento dos dados, o que exige uma análise da atuação das variáveis independentes que se mostraram relevantes no tratamento estatístico realizado pelo Goldvarb-X, no caso das variedades brasileiras. Nas amostras do Português Europeu, não foi possível estabelecer a lista de grupos de fatores relevantes a partir da seleção estatística, dada a limitada situação de alternância, de modo que se descrevem qualitativamente as construções em que não se concretizou a marca de plural.

Condicionamento da concordância de 3ª pessoa plural nas amostras brasileiras

Na variedade brasileira, os resultados estatísticos apontaram os seguintes grupos de fatores como relevantes para o favorecimento da marca verbal de 3ª pessoa plural.

Quadro 2 – Variáveis atuantes para a realização da marca verbal de 3ª pessoa plural nas amostras brasileiras

Copacabana	Nova Iguaçu
Escolaridade	Paralelismo (discursivo e oracional)
Paralelismo (discursivo e oracional)	Configuração do sujeito
Saliência fônica	Saliência fônica
Faixa etária	Escolaridade
Sexo	Posição do sujeito
Posição do sujeito	Traço semântico do sujeito

Fonte: Vieira e Bazenga (2013).

Embora em ordem diferente, diversas variáveis – escolaridade, paralelismo oracional e discursivo, saliência fônica, posição do sujeito – apresentaram comportamento relevante nas duas amostras. Em segundo lugar, verifica-se a atuação dos grupos traço semântico, configuração do sujeito e sexo do informante, que se mostraram relevantes em apenas uma das duas amostras. Por motivos referentes à delimitação do presente trabalho, não se apresentam, aqui, os resultados detalhados em relação à atuação de cada uma dessas variáveis, mas somente as tendências gerais verificadas, conforme se resume no quadro a seguir.

Quadro 3 – Sistematização dos resultados quanto às variáveis atuantes para a realização da marca verbal de 3ª pessoa plural nas amostras brasileiras

Variáveis	Contextos favorecedores da realização da marca	Contextos desfavorecedores da realização da marca
Escolaridade	Acesso ao nível superior	Acesso aos níveis fundamental e médio
Paralelismo (discursivo e oracional)	Verbo antecedido de verbo com marca de plural Verbo antecedido de SN sujeito com marca de plural	Verbo antecedido de verbo sem marca de plural Verbo antecedido de SN sujeito sem marca de plural
Saliência fônica	Formas verbais de médio e alto nível de diferenciação fônica na oposição singular e plural	Formas verbais de baixo nível de diferenciação fônica na oposição singular e plural
Posição do sujeito	Sujeitos antepostos ao verbo	Sujeitos pospostos ao verbo
Traço semântico do sujeito (COP)	Sujeitos animados	Sujeitos inanimados
Configuração do sujeito (NIG)	SNs simples sem elementos encaixados como modificadores	SNs com a presença de sintagmas preposicionais ou oracionais (relativas) como modificadores
Sexo do informante (COP)	Mulher	Homem

Fonte: Vieira e Bazenga (2013).

Os resultados sintetizados no Quadro 3 são suficientes para atestar a complexa rede de restrições ao fenômeno e confirmam resultados de diversos estudos sobre os padrões variáveis de concordância no Português do Brasil.

A concordância de 3^a pessoa plural nas amostras portuguesas

Diferentemente do verificado para as amostras brasileiras, não foi possível construir efetivamente uma lista de elementos condicionadores para o caso das amostras europeias, dado o número exíguo de dados que não registraram a marca de plural.

Nas raríssimas ocorrências sem marca de número (22 dados²) nas amostras de Oeiras e Cacém – 13 (0.9%) e 9 (0.8%), respectivamente –, verificam-se sobretudo contextos “marcados”, em que se identificam claramente estruturas específicas condizentes com a não realização da marca, quais sejam:

- a) verbos seguidos de palavras iniciadas por segmento vocálico ou nasal, constituindo a maioria formas verbais de baixa saliência fônica (17/22 - 77,2%);
 - (1) chegou ao fim do mês não pagou aquela/quinhentos euros só pagou trezentos **fica os** outros duzentos a pagar. (CAC-C1H³)
 - (2) os hábitos que não me **agrada** muito a é é é - neste momento que estamos a atravessar é a falta de respeito. (OEI-C1H)

² Em Vieira e Bazenga (2013), as 22 ocorrências são listadas e detalhadamente descritas.

³ A identificação do informante do *Corpus* Concordância é feita da seguinte forma: localidade (Cacém, Oeiras, Nova Iguaçu ou Copacabana), faixa etária (A, B ou C), escolaridade (ensino fundamental, 1; médio, 2; ou superior, 3), sexo (homem, H; ou mulher, M).

- b) verbos intransitivos, inacusativos e copulativos – (16/22 - 72,7%);
(3) e depois a partir da estação **existe** os autocarros para os diversos sítios. (CAC-A3M)
- c) sujeito inanimado (15/22 - 68,1%);
(4) portanto **continua** os tempos a evoluir cada vez mais não é? (OEI-C1M)
- d) sujeito posposto (12/22 - 54,5%);
(5) **saiu** algumas gramáticas alteradas mas ninguém está a usar nada. (OEI-A3M)
- e) sujeito representado pelo relativo “que” (10/22 - 45%);
(6) tem umas feiçõezinhas que **identifica** logo que elas são brasileiras. (CAC-A1M)

Dos resultados ora sintetizados, verifica-se que os dados europeus supostamente sem a marca de plural não ocorrem apenas com menos intensidade; antes, são periféricos não só quantitativamente, mas também qualitativamente, visto que, no âmbito da concordância verbal, só foram encontrados nos contextos supracitados. Em relação a esses contextos, chamam a atenção (i) o fato de não ter sido detectada qualquer influência extralinguística, como a da escolaridade, por exemplo, e, ainda, (ii) o fato de as variáveis linguísticas aparentemente motivadoras da não realização da marca de número estarem relacionadas, de forma muito particular, a construções específicas, construções que, independentemente da variedade ou da língua em questão, se relacionam, possivelmente por motivações sintáticas e/ou de processamento linguístico, à ausência da marca de pluralidade. A esse respeito, Brandão e Vieira (2012, p.1061), que se fundamentam também em dados apresentados em Corbett (2000)⁴, sugerem a universalidade de algumas variáveis

⁴ Corbett (2000) demonstra que, em línguas de ramos diferentes, a posição e o traço semântico do sujeito, por exemplo, estão relacionados à ausência da marca de pluralidade, o que, possivelmente, indicaria uma influência de natureza mais geral, cognitiva, por assim dizer.

estruturais que supostamente atuariam na aplicação do cancelamento da marca de concordância verbal.

A colocação pronominal em complexos verbais

Considerando especificamente os contextos com mais de uma forma verbal, aqui identificados como complexos verbais, propõe-se, desde a tradição gramatical, a possibilidade de que o clítico esteja ligado a mais de uma forma verbal. Na realidade, podem-se estabelecer ao menos quatro possibilidades de ligação: à primeira forma verbal, em (i) próclise (“se pode investigar”) ou (ii) em ênclise (“pode-se investigar”); à segunda forma verbal, (iii) em próclise (“pode se investigar”) ou (iv) em ênclise (“pode investigar-se”).

Diversos estudos em sintaxe histórica, como o de Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005), têm proposto que dois padrões de colocação foram construídos, a partir do século XVIII: o que se costuma conceber como europeu; e o que se costuma conceber como brasileiro. Nos chamados complexos verbais, esses padrões estariam configurados da seguinte forma: (i) o Português do Brasil apresentaria como inovação o uso da próclise a V2, registrada em textos do século XIX e, de forma mais evidente, a partir das primeiras fases do século XX; (ii) O Português Europeu, por sua vez, manteria um equilíbrio entre o uso da próclise a V1 e da ênclise, a V1 ou a V2, a depender do contexto morfossintático, tanto no século XIX quanto no XX. Os estudos variacionistas têm prestado grande contribuição ao tema, ao permitir aferir a distribuição dos dados em relação aos contextos efetivamente variáveis.

Em estudo mais recente sobre o tema na fala brasileira, Corrêa (2012) descreveu dados extraídos das amostras de Copacabana e Nova Iguaçu (tomadas aqui em conjunto) do *Corpus* Concordância, já descrito no presente artigo. Para o Português Europeu falado, conta-se, no momento, com o estudo de M. F. Vieira (2012), que abordou a colocação pronominal na fala de informantes do sexo

masculino, sem escolaridade, do *Corpus* CORDIAL-SIN⁵, *Corpus Dialetal para o Estudo da Sintaxe*. Sem deixar de atentar para a diferença entre as amostras, vale a pena comparar os resultados relativos às formas supostamente alternantes⁶.

Tabela 2 – Índice geral de produtividade de pronome átono nas posições anterior, intermediária e posterior ao complexo verbal

Ordem do clítico	Corrêa (2012)		Vieira, M. F. (2012)	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
cl V1 V2	5/258	2%	126/444	28%
V1(-)cl V2	247/258	96%	258/444	58%
V1 V2 cl	6/258	2%	60/444	14%

Fonte: Corrêa (2012) e M. F. Vieira (2012).

Os dados quantitativos gerais assinalam diferenças entre as variedades brasileiras e europeias, assumindo as primeiras – contrariamente ao verificado no caso da concordância – comportamento semicategórico, e as últimas, comportamento variável.

A colocação pronominal em complexos verbais nas amostras brasileiras

Conforme atestam Vieira e Corrêa (2012, p.361), “[...] ao que tudo indica, os dados contemporâneos do Português do Brasil revelam que a realidade da colocação pronominal na região metro-

⁵ Para maiores detalhes, consultar Centro (2013). Esse *corpus* registra a fala de indivíduos de diversas regiões de Portugal, recolhidas na segunda metade do século XX. As diferenças de perfis dos informantes e de período da gravação não inviabilizam a comparação, visto se tratar de fenômeno que não tem se manifestado efetivamente sensível a esses condicionamentos externos.

⁶ Como se trata da fala, os estudos controlaram tão-somente a ligação anterior à primeira forma verbal, intermediária (supostamente proclítica a V2, no Português do Brasil, e enclítica a V1, no Português Europeu) ou posterior à segunda forma verbal.

politana do Rio de Janeiro reflete, muito mais que uma suposta variação estável, uma tendência à invariabilidade.”

Na realidade, os brasileiros utilizam, como opção geral, uma espécie de *default*, o clítico na posição entre as duas formas verbais em próclise à segunda forma, como nos exemplos a seguir:

- (7) agora parece-me que **vai se estender** o projeto oficial é que ele se a Via Light se estenda até o porto de Sepetiba né. (NIG-C3M)
- (8) eu achava irritante e eles também assim até pelo fato deles **tarem sempre me sacaneando** mesmo por causa do meu sotaque. (COP-A2M)

Essa construção, que se dá em 96% dos dados, ocorre em diversos contextos. Além dos casos de verbo em posição inicial, a variante ocorre após elementos não proclisadores (sujeito, adjuntos adverbiais, por exemplo) ou mesmo na presença de diversas partículas consideradas atratoras na tradição gramatical (após pronome relativo “que”, partícula de negação, conjunção subordinativa, por exemplo). Quanto ao tipo de clítico, em se tratando de pronomes de 1ª e 2ª pessoa, bem como do “se” argumental, só ocorreu a variante interna ao complexo verbal.

As demais posições do clítico em relação às formas verbais do complexo, que ocorrem raramente, constituem construções particulares, que foram depreendidas na abordagem qualitativa dos dados.

A colocação anterior ao complexo verbal (cl V1 V2), por exemplo, ocorreu em apenas cinco casos na pesquisa de Corrêa (2012) – quase todos produzidos por falantes com curso superior (o que está possivelmente relacionado ao domínio desse tipo de clítico) –, que podem ser a seguir listados:

- (9) e eu tive até uma atitude que não **se deve ter né?** (NIG-B1H)

- (10) então... eu acho que isso é vandalismo... que isso não **se deve aprender** dentro do colégio. (NIG-A3H)
- (11) não **se pode** mais **comparar** o que era há vinte anos atrás. (NIG-A3H)
- (12) então acho que ele é menor em função... das coisas que eu posso colocar () que **se pode colocar** dentro de casa. (COP-B3M)
- (13) isso nunca **se vai saber**. (COP-C3M)

Em termos estruturais, destaca-se, primeiramente, que, em todos os exemplos, o clítico que precedeu o complexo verbal foi do tipo “se” indeterminador/apassivador⁷, o único que ocorreu de forma supostamente variável, antes ou depois de V1. Quanto ao tipo de complexo verbal, todos com V2 no infinitivo, quatro são formados por V1 modal (“dever” ou “poder”); apenas uma ocorrência corresponde a um tempo composto, formado por “ir” + infinitivo. A respeito do contexto morfossintático antecedente, houve, quase sempre, imediatamente antes do pronome, uma partícula de negação; apenas em um caso, deu-se a presença do pronome relativo “que”.

Como concluem Vieira e Corrêa (2012, p.368):

De acordo com a descrição dos dados, o acesso do informante a alto nível de escolaridade, a construção indeterminadora com *se*, o complexo formado por poder ou dever + infinitivo, a presença de uma partícula (principalmente negativa) no

⁷ Todas as ocorrências de pronome *se* utilizado como estratégia de indeterminação do agente encontradas no *corpus* envolvem, em termos de predicação básica, verbo transitivo direto, o que, de acordo com a abordagem tradicional, coloca o pronome na categoria de apassivador. Nesta pesquisa, a possibilidade de ocorrer *se* apassivador e *se* indeterminador, conforme a tipologia tradicional, foi controlada separadamente a princípio; ao longo da análise, não se mostrou produtivo distinguir as duas classes, o que não se configurou um problema, pois as estruturas atendem ao mesmo propósito de indefinição do referente-sujeito.

contexto antecedente ao complexo constituíram contextos que tornaram possível a posição pré-CV.

A presença do clítico após o complexo verbal ocorre em contextos ainda mais específicos do que os verificados para a posição anterior ao complexo. Das únicas seis sentenças com essa estrutura encontradas por Corrêa (2012), destacam-se os exemplos a seguir.

- (14) ele ia encontrar lá um mais velho que **ia orientá-lo** ia ensinar etc. (NIG-C3H)
- (15) você não **pode deixá-los** até as tantas porque eles tão correndo risco. (NIG-B3M)
- (16) eu precisei de um favor dele aí eu **passei a conhecê-lo...** aí ficou meu amigo. (COP-B2M)
- (17) e nós (diríamos) que quem **devia julgá-lo** seriam oficiais. (COP-C3H)

Como se pode observar, a variante V1 V2 cl ocorre na amostra brasileira em circunstâncias muito específicas, preferencialmente na construção do tipo “forma finita + infinitivo + clítico acusativo de 3ª pessoa”. Alguns poucos casos, que não permitem maior generalização, registraram o pronome “se”. Cabe ressaltar que o pronome “o, a” apareceu na amostra apenas sucedendo o complexo verbal.

De todo o exposto, pode-se afirmar que as amostras brasileiras apresentam o pronome proclítico à segunda forma verbal segundo um padrão semicategórico. Apenas com clíticos pouco produtivos no Português do Brasil, que seriam supostamente aprendidos em situações de letramento ou instrução formal (KATO, 2005; RODRIGUES-COELHO, 2011), outras posições seriam raramente registradas, na fala de indivíduos com curso superior. Nesse sentido, o “se” em construções indeterminadoras aparece também antecedendo o complexo (“nunca se vai saber”) e o clítico acusativo “o, a” figura exclusivamente após o complexo (“pode deixá-los”).

Condicionamento da colocação pronominal em complexos verbais nas amostras portuguesas

M. F. Vieira (2012), em estudo sobre o fenômeno na fala popular de várias regiões de Portugal, atesta uma distribuição de dados com espectro variável e claramente relacionada a grupos de fatores estruturais, dentre os quais recebem destaque, aqui, apenas os seguintes: (i) elemento antecedente ao clítico e (ii) tipo de clítico.

Considerando, do total de 444 ocorrências encontradas na amostra em questão, as construções mais produtivas – aquelas cuja forma verbal principal era o infinitivo (384 dados) –, a variante mais produtiva foi a interna ao complexo verbal. Esta, no caso do Português Europeu, assume o comportamento caracterizado como enclítico ao verbo auxiliar, o que se relaciona ao fato de o clítico ficar adjacente a V1 em todos os casos, independentemente de condicionamentos específicos.

(18) **Vai-se fazer** o alqueve. [FIG-Apeles-H]

(19) Olhe, eu **vou-lhe explicar**. [GR]-Emanuel-H]

(20) Eu tempero as panelas todas, provo e acho uma ou outra um pouco mais insonsa, já não **vou-me temperá-la** para as outras. [TRC-Brás-H]

O único caso em que o clítico não figura adjacente à primeira forma verbal é o dos complexos com “que/de”, em que o pronome aparece preferencialmente posposto a tais elementos:

(21) “havia lugares que **tinha que se bater**”. [FIG-Apeles-H]

Quanto ao tipo de clítico, a variante V1 cl V2 também foi a registrada como preferencial com os variados tipos de pronomes (excetuando-se “o, a”, que aparece mais comumente na posição enclítica a V2). A concretização da ênclise a V1 é ainda mais produtiva na ausência de elementos proclisadores e na presença de

elementos intervenientes, os quais desfavorecem a anteposição do clítico à primeira forma verbal.

Nos contextos de início absoluto de oração/período, como se esperava, não se dá a realização da variante cl V1 V2. Confirma-se, assim, o preceito de que pronomes átonos não podem figurar na primeira posição, tanto em lexias verbais simples, quanto nos complexos verbais do Português Europeu. Verificou-se que alguns dos elementos antecedentes ao clítico, destacados nos exemplos abaixo, favoreceram fortemente a variante cl V1 V2, como as preposições “para” e “de”, as estruturas clivadas, as partículas de negação e os elementos subordinativos.

- (22) Quando **se acaba de dar** o jantar aos pequenos, pois lá há uma série de bilhetes que se distribui pelos inocentes da freguesia, não é? [TRC-Brás-H]
- (23) Esse homem estava lá apastorando os porcos, e veio-se para o caminho deitar lá [...] numa escada [...] pensando que elas que **lhe haviam de dar** a comida. [CRV-Feliciano-H]

Por fim, a ênclise ao complexo com infinitivo, pouco produtiva, parece ser a preferencial em estruturas com os pronomes “o, a”, conforme já se mencionou.

Embora a variável em questão seja ternária e a autora não tenha feito rodadas variacionistas binárias, é possível sistematizar, como se faz no quadro a seguir, os contextos que se mostraram favorecedores das formas alternantes da colocação pronominal em complexos verbais, fazendo com que se produzam não só a ênclise a V1 (em 56% dos dados), mas também a próclise a V1 (29%) e a ênclise a V2 (15%), em uma diversidade de contextos.

Quadro 4 – Sistematização dos resultados quanto a variáveis atuantes para a ordem dos clíticos pronominais nas amostras portuguesas

Variáveis	Posição cl V1 V2	Posição V1 V2 cl
Elemento antecedente ao complexo verbal	Na presença de preposições “para” e “de”, estruturas clivadas, partículas de negação e elementos subordinativos	Mais comum quando ausentes os elementos citados na coluna anterior
Tipo de clítico	Diversos tipos (e, de forma especial, os clíticos contraídos ⁸)	Pronome “o, a”

Fonte: M. F. Vieira (2012).

Considerações finais

Dos resultados científicos ora sintetizados, pode-se concluir que o comportamento dos dados brasileiros e europeus é inverso em relação a cada fenômeno. Em termos quantitativos, valendo-se da categorização proposta em Labov (2003), pode-se formular o seguinte quadro:

Quadro 5 – Estatuto das regras de concordância verbal de 3ª pessoa plural e de colocação pronominal em complexos verbais nas variedades brasileiras e europeias do Português

Variedades	Concordância verbal de 3ª pessoa plural	Colocação pronominal em complexos verbais
Brasileiras	Regra variável	Regra semicategórica (96% de V1 cl V2)
Portuguesas	Regra semicategórica (99% de marca plural)	Regra variável

Fonte: Elaboração própria.

⁸ Ela já me pediu que **lha fosse a tirar**. [OUT-Astreia-M]

Associando aos índices quantitativos a descrição de todas as estruturas registradas no *corpus*, podem-se tecer as considerações a seguir.

(i) quanto à concordância verbal de 3ª pessoa plural:

a) As amostras brasileiras apresentam índices variáveis de realização da marca de número a depender da comunidade de fala em análise e da atuação de variáveis estruturais. Esses índices localizam as variedades descritas no eixo urbano, cuja preferência pela marca de plural, sensível sobretudo ao nível de instrução do informante, é atestada em diversos estudos sobre o PB.

b) As amostras lisboetas apresentam concordância semicategórica, em termos quantitativos e qualitativos, especialmente considerando que os contextos em que se manifesta a suposta não marcação de plural estão intimamente relacionados a restrições puramente estruturais. Essas restrições, conforme propõem Brandão e M. F. Vieira (2012, p.1060-1061) poderiam atuar em qualquer língua,

[...] visto que se referem, tanto no âmbito do SN quanto do SV, a componentes de ordem cognitivo-processual que se revelam nos níveis sonoro (saliência fônica), sintático (saliência posicional) e semântico (saliência do traço + animado). (...)

Evidências como essas dão suporte à proposta de que a natureza dessas variáveis – que lidam com algum nível de saliência – está relacionada à atividade linguística geral e não se presta propriamente à indicação dos parâmetros gramaticais que caracterizam cada variedade ou cada língua.

(ii) quanto à colocação pronominal em complexos verbais:

a) As amostras europeias apresentam uma regra variável de ordem dos clíticos pronominais, com distribuição das variantes por três posições (próclise a V1, ênclise a V1 e ênclise a V2) e em diversas estruturas, sendo sensível sobretudo às restrições vinculadas à presença de elementos proclisadores e ao tipo de clítico.

b) Os dados das amostras brasileiras evidenciam a concretização de uma regra de colocação semicategórica na fala carioca⁹, com ampla preferência pela variante proclítica à segunda forma verbal. A realização das outras formas de colocação é claramente restrita ao tipo de clítico, sendo o padrão V1 V2 cl a construção eleita para os raros dados de clítico acusativo (“o, a”), e o padrão cl V1 V2 possível para construções indeterminadoras, especialmente em posição de verbo não inicial.

Por todo o exposto, entende-se que a descrição quantitativa e qualitativa das ocorrências e a consequente categorização do estatuto das regras segundo Labov (2003) constituem, de fato, instrumentos importantes para a interpretação do perfil em cada variedade do Português, que aproximam ou afastam os tipos linguísticos em questão. No caso dos temas da concordância verbal e da colocação pronominal, a natureza semicategórica atribuída inversamente às variedades brasileiras e europeias permite, com mais segurança, validar as interpretações de que se trata de dois “tipos”, “parâmetros” ou “normas” linguísticas diferentes.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. Concordância nominal e verbal: contribuições para o debate sobre o estatuto da variação em três variedades urbanas do português. *Alfa*, São José do Rio Preto, v.56, n.3, p.1035-1064, 2012.

CENTRO de Linguística da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: < <http://www.clul.ul.pt/>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

CORBETT, G. G. **Number**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

⁹ Estudos com dados da escrita brasileira (NUNES, 2009; PETERSON, 2010; SANTOS, 2010; RODRIGUES-COELHO, 2011) revelam comportamento variável da colocação pronominal em complexos verbais.

CORRÊA, C. M. M. de L. **Cliticização pronominal na região metropolitana do Rio de Janeiro: a interface sintaxe-fonologia**. 2012. 248p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The Change in clitic placement from classical to modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v.4, n.1, p.39-67, 2005. Special issue.

KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M.; et al. (Org.). **Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM, 2005. p.131-145.

LABOV, W. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford; New York: B.Blackwell, 2003. p.234-250.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Oxford: Blackwell, 1972.

LUCCHESI, D., BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTINS, A. M. Aparente variação na concordância sujeito-verbo no português europeu: ambiguidade quanto ao carácter singular ou plural do sujeito frásico. In: LOBO, T.; et al. (Org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p.191-219.

MONGUILHOT, I.; COELHO, I. Um estudo da concordância verbal de 3ª pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.). **Variação e mudança no português falado na Região Sul**. Pelotas, RS: EDUCAT, 2002. p.189-216.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, C. da S. **Um estudo sociolinguístico sobre a ordem dos clíticos em complexos verbais no PB e no PE.** 2009. 256 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PETERSON, M. dos S. **A ordem dos clíticos pronominais em lexias verbais simples e complexas em cartas de leitor:** uma contribuição da Sociolinguística Variacionista. 2010. 210p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES-COELHO, A. L. **A ordem dos clíticos pronominais:** uma análise sociolinguística da escrita escolar do Rio de Janeiro. 2011. 163p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, D. C. de O. **Análise diacrônica da colocação pronominal nas variedades brasileira e europeia do Português Literário:** um estudo segundo o conjugado “Variação-Mudança & Cliticização”. 2010. 280p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. A concordância de número no Português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, D. da (Org.). **Diversidade linguística no Brasil.** João Pessoa: Ideia, 1997. p.93-114.

VIEIRA, M. F. O português europeu e a colocação dos pronomes átonos. **Diacrítica**, Porto, v.26, n.1, p.299-330, 2012.

VIEIRA, S. R. O estatuto da regra variável e o fenômeno da concordância verbal em variedades do português. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ALFAL, 16., 2011, Alcalá de Henares. **Actas...** Alcalá de Henares: ALFAL, 2011.

VIEIRA, S. R.; BAZENGA, A. Patterns of third person verbal agreement. **Journal of Portuguese Linguistics**, Lisboa, v.12, n.2, p.7-50, 2013.

VIEIRA, S. R.; CORRÊA, C. M. M. de L. A ordem dos clíticos em complexos verbais na sincronia atual: uma regra variável? **Signum: Estudos linguísticos**, Curitiba, v.15, n.1, p.357-380, 2012.

ORAÇÕES COMPARATIVAS PROTOTÍPICAS E NÃO-PROTOTÍPICAS

Violeta Virginia RODRIGUES

Introdução

Neste estudo, adotando o Funcionalismo como aporte teórico, objetiva-se descrever as orações comparativas de igualdade em Língua Portuguesa, visando a distinguir usos mais prototípicos de usos não-prototípicos. Nesse sentido, o item empregado para ligar uma oração à outra é um indicador da relação de comparação, assumindo, assim, um importante papel.

Contrastando os usos previstos pela Gramática Tradicional e os usos efetivos produzidos pelos falantes em situações reais de interação, identificam-se itens não conjuncionais ligando orações e estabelecendo a relação comparativa.

As orações comparativas

Trabalhos como o de Menezes (1989) e Ordóñez (1997), independente da abordagem que os fundamenta, recorre ao fenômeno da elipse para considerar orações estruturas em que o SV não vem expresso, igualando-as àquelas em que tal fato ocorre. Por esse ponto de vista, construções como (01) e (02) são analisadas do mesmo modo que (3):

- (01) (...) Aí... como é que é minha família, minha família é... mais ou menos [como eu.]
- (02) (Fala de Felício) Lá vai ele [como um raio!]
- (03) (...) jogávamos de graça e tínhamos isto: não havia iluminação nos estádios, [como há agora.] (RODRIGUES, 2001, p.51, grifo nosso).

Contrastando-se os exemplos extraídos do *corpus* de Rodrigues (2001), constata-se que não há elipse no segundo segmento de todas as estruturas comparativas. Além disso, destaque-se que a identificação dos introdutores da primeira e da segunda partes da estrutura comparativa interfere diretamente na sua forma, ou seja, determinará se ela será correlata ou não-correlata. Desse modo, quando a estrutura comparativa tem sua segunda parte iniciada por *como*, não estando este introdutor ligado a outro elemento, a oração está na forma não-correlata; quando a estrutura comparativa tem a sua segunda parte iniciada por *(do) que* e este está relacionado com um elemento da primeira parte, a oração é correlata. Por isso, tem-se tanto estruturas correlatas e não-correlatas, conforme ilustram os seguintes exemplos:

- (04) Você corre [como um coelho acuado,]...
- (05) (...) um tem que falar mais alto [do que o outro.]
- (06) Agora, tudo vai ser [como era antes.]
- (07) (...) Olha... está melhor [do que estava.] (RODRIGUES, 2001, p.154-155, grifo nosso).

Interessa-nos aqui particularmente casos como os dos exemplos (01), (02), (03), (04) e (06) pelo conteúdo semântico que expressam. A maioria dos trabalhos sobre as orações comparativas limita-se a caracterizá-las quanto ao conteúdo semântico – superioridade, inferioridade e igualdade –, mas alguns, ao invés disso, preferem

estabelecer uma oposição binária, ou seja, igualdade *versus* desigualdade, tendo em vista que a designação *desigualdade* abranje tanto *inferioridade* quanto *superioridade*. Todavia, Rodrigues (2001) constatou a existência de outros dois conteúdos semânticos envolvidos na comparação – a metáfora e a neutralidade. Com base em Napoli (1983) e Ayora (1991), a autora analisou estruturas chamadas de *metafóricas* ou de *similitude*, estruturas pelas quais o falante formula um juízo qualitativo sobre o seu discurso (cf. exemplo (08)). Ao contrário dessas, as estruturas que veiculam *neutralidade* servem justamente para camuflar o juízo do falante sobre o seu discurso (cf. exemplo (09)).

(08) (...) hei de fugir de ti [como o diabo foge da cruz.]

(09) (...) minha família é... mais ou menos [como eu.]
(RODRIGUES, 2001, p.155, grifo nosso).

Comparativas não-prototípicas

A análise das comparativas empreendida por Rodrigues (2001) foi baseada em diferentes dados de fala e de escrita. Ao todo foram encontradas 461 comparativas, sendo 315 em língua escrita e 146 em língua falada. Na análise do *corpus* de Rodrigues (2001), alguns usos chamaram atenção e serviram de motivação para novas investigações. São eles:

(10) (...) é esse alertamento à mulher... ajudar ela que acorde pra esse... pra esse estado de coisas... que ela pode... ela é um ser humano [**igual** ao homem...]

(11) (...) aí eu gostava de comprar sorvete... sorvete da Kibon custava centavos né... [**que nem** os de hoje.]

(12) Semicúpio – Sim, estou França, porque estou [**feito** galo.]
(RODRIGUES, 2001, p.96-97, grifo nosso).

Moura Neves et al (2002) consideram as estruturas encabeçadas por *tipo, feito, igual* um caso especial de construção de significado

modal-comparativo que não emprega conjunção, pelo menos totalmente gramaticalizada.

No âmbito da Gramática Tradicional, cumpre mencionar que Cunha e Cintra (1985) apresentam um exemplo de oração comparativa introduzida por *que nem*.

Comparativas introduzidas por *que nem*

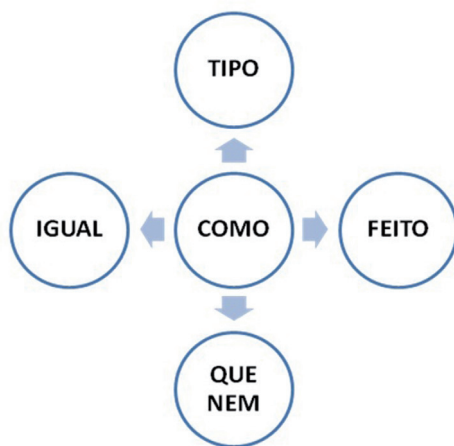
Partindo-se do pressuposto de que *que nem* seja uma construção, oriunda da junção de *que* mais *nem*, que adquiriu a função de conectivo comparativo, pode-se considerar que se tem, neste caso, um único bloco com funcionalidade diferenciada, portanto, um exemplo de gramaticalização. Assim, o par forma-significado *que* + *nem*, ao ter seu uso e sentido estendidos, passa a ser interpretado como um único bloco de sentido, ou seja, conectivo comparativo, perdendo-se, então, a composicionalidade da estrutura formada por *que* e *nem* separadamente. Desse modo, o caráter comparativo da forma linguística *que nem* não é possível levando-se em conta a interpretação isolada dos itens que a compõem. Por isso, com base em Goldberg (1996), pode-se defender a premissa de que *que* e *nem* em contextos de estruturas comparativas constituem uma construção.

Muito contribui para a interpretação de *que nem* como construção a presença do item *que*, partícula multifuncional em língua portuguesa, partícula essa que pode atuar como conjunção integrante, pronome relativo, conjunção subordinativa e, ainda, fazer parte das mais variadas locuções conjuntivas, estabelecendo nexos entre as mais variadas orações (BARRETO, 1999).

Assim, a ideia de que se trata de um fenômeno de gramaticalização fica evidenciada pelo fato de vocábulos pertencentes à gramática da língua portuguesa *que* e *nem*, ao serem combinados numa determinada ordem, ou perderam ou ganharam traços morfossintáticos e semânticos, tornando-se uma construção ainda mais gramatical.

Este estudo, no âmbito do Projeto *Usos de conjunções e combinação hipotática de cláusulas*¹, em que estão sendo desenvolvidos alguns trabalhos sobre a expressão da comparação de igualdade em Português, visa a uma descrição mais detalhada de orações em Português que podem estabelecer relações comparativas de igualdade, centrada mais especificamente no conector que a introduz, contribuindo muito, nesse sentido, a adoção do conceito de prototipicidade de algumas estruturas em cotejo com outras, conforme postulado por Taylor (1992). Nesse caso, consideram-se prototípicas as comparativas iniciadas por *como* e não-prototípicas as encabeçadas por *tipo*, *feito*, *igual* e, ainda, *que nem*, conector que será mais detalhado a partir de agora. Seu uso pode ser considerado uma inovação pelo fato de favorecer o “desgarramento”.

Figura 1 – Representação dos usos de conectores comparativos



Fonte: Elaboração própria

Com base no conceito de unidade informacional, tal como postulado por Chafe (1980), foram analisadas no *corpus* Roteiro de Cinema ocorrências de orações comparativas introduzidas por QUE NEM que constituem, por si mesmas, unidades de infor-

¹ Disponível em: <www.combinacaodeclausulas.webnode.com.br>.

mação à parte, visto que aparecem isoladas como enunciado independente ou de “maneira solta”, sem vínculo com a oração matriz, fenômeno que Decat (1999) denominou de “desgarramento”.

O *corpus* Roteiro de Cinema² disponibiliza, desde 2003, mais de 380 roteiros de inúmeros filmes nacionais na íntegra, já produzidos ou inéditos. Neste *corpus*, foram encontradas ao todo 78 estruturas iniciadas por *que nem*; destas apenas 3 não são comparativas, restando, portanto, 75 comparativas introduzidas por *que nem* nos 33 roteiros analisados até agora. Destas 75, apenas 8 são casos de estruturas “desgarradas”.

Utilizando a abordagem funcional-discursiva de Decat (2011), defende-se aqui a hipótese de que QUE NEM funciona como conector comparativo e de que pode promover o “desgarramento” da estrutura comparativa, principalmente, no gênero discursivo roteiro de cinema.

O “desgarramento” de *que nem* parece confirmar a premissa de que, tendo em vista que a estrutura linguística tem seus usos sempre atrelados ao evento comunicativo, seu uso reflete contextos interacionais de fala muito mais do que de escrita e, por isso, caracterizam um maior grau de informalidade. Nos roteiros analisados até o momento parecem caracterizar mais as falas dos personagens do que os comentários do roteirista.

Há algumas características que conferem o estatuto de constituinte extra-oracional às estruturas iniciadas por *que nem*, como propõe Dik (1997). Para ele, normalmente, o constituinte extra-oracional (ECC), separa-se da oração por uma ruptura no contorno prosódico ou ocorre em posição absoluta; não pertence à estrutura interna da predicação a que se liga, ou seja, não é um constituinte nuclear; podendo, portanto, separar-se da oração. Nesse sentido, pode-se pensar que existem sintagmas adverbiais que estão dentro do sintagma verbal e sintagmas adverbiais que estão fora do sintagma verbal. Assim, o “desgarramento” da estrutura, muitas vezes, serve para dar ênfase a alguma ideia pretendida pelo locutor.

² Disponível em: <www.roteirodecinema.com.br>.

Conforme mencionado anteriormente, algumas características conferem o estatuto de constituinte extra-oracional às estruturas iniciadas por *que nem*. Estes constituintes são “fragmentos de frase” e são frequentes na linguagem oral (DIK, 1997).

Alguns dados

Observando-se os exemplos que se seguem evidencia-se a ocorrência das orações introduzidas por *que nem* em posição absoluta. O “desgarramento” da estrutura, nesses casos, parece servir para dar ênfase a alguma ideia pretendida pelo locutor.

- (13) ANA: Separação. Nunca ouviu falar? Se-pa-ra-ção.
BABITA: [**Que nem** a gente vê na novela?]
ANA: Para de achar que tudo que você vê na sua vida?
(BAR..., 1983, grifo nosso).

A estrutura “desgarrada” em (13) pode ser representada como Sinal de Pontuação + QUE NEM + Oração. Por meio dela, estabelece-se um cotejo entre a separação de pessoas comuns e a que ocorre nas novelas.

- (14) BARBANTINHO:
O Busca-Pé faz colegial. Eu tô me preparando pra ser salva-vida. [**Que nem** meu pai.] (CIDADE..., 2002, grifo nosso).

Já em (14), a configuração da “desgarrada” é Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN. Neste exemplo, a relação de igualdade refere-se à preparação para ser salva-vidas.

- (15) Nonato come seu prato com sofreguidão, como todos os demais na cela.
NONATO (V.O.):
Hoje, carne moída. Ontem foi picadinho de carne e antes de ontem, bife. Quer dizer, aproveitar bem aproveitadim a carne três dias seguido eles sabe. É coisa de quem vive o

dia a dia da cozinha. [**Que nem** o peixe.] (ESTÔMAGO, 2007, grifo nosso).

A configuração da “desgarrada” em (15) é de Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN. Tem-se, neste caso, um exemplo de comparativa metafórica, por meio da qual se contrasta o dia-a-dia do cozinheiro e o dia-a-dia do peixe.

Esse conteúdo semântico da comparação foi estabelecido com base em Ayora (1991). O autor adota essa denominação para os casos em que se apresenta a intensificação da qualidade que serve para estabelecer a semelhança. Por isso, para ele, a comparação com sentido metafórico faz parte da comparação de igualdade, embora possam ser distinguidas pela estrutura formal. Assim, Ayora (1991, p.33) destaca que a estrutura formal da comparação de igualdade é COMO + V e a da comparação de similitude é V + COMO, afirmando que nestas “[...] as realidades comparadas se assimilam totalmente, porque a realidade ou objeto A é apresentado como idêntica à realidade ou objeto B.” Além disso, ressalta que, nessas construções, o verbo empregado é sempre o copulativo *ser*; a forma *como* pode ser suprimida ou substituída pelas expressões *igual que* ou *o mesmo que*. Com a utilização do termo *similitude*, o autor pretende realçar a ideia de que este tipo de estrutura *serve para formular um juízo qualitativo* sobre o discurso.

(16) MAGRÃO: Lá na Colômbia, manja a Colômbia?

NONATO: Claro, porra.

MAGRÃO: Então. Sabe o que eles comem? Formiga. [**Que nem** essa.] Quando eu ia lá pegar coca, experimentei. (ESTÔMAGO, 2007, grifo nosso).

A constituição de (16) é de Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN. Só que agora o SN vem expresso na forma de pronome anafórico, mostrando uma relação de identidade entre os colombianos e os presidiários brasileiros pelo fato de ambos comerem formiga.

- (17) Giovanni gira a peça da carne, faz uma pausa e recomeça:
GIOVANNI: Ah, e isso aqui, esse pedaço aqui, é o filé mignon, o que tem de melhor na carne.
[**Que nem** a bunda é na mulher,] o filé mignon é o melhor do boi.
NONATO: O filé mignon é na bunda do boi, é isso? Na bunda e é caro?
GIOVANNI: Eu falei que o filé mignon é o “correspondente” à bunda da mulher. O melhor. Cê não gosta de bunda de mulher?
NONATO: Ô. (ESTÔMAGO, 2007, grifo nosso).

Na “desgarrada” (17), verifica-se Sinal de Pontuação + QUE NEM + Oração, igualando atributos femininos aos bovinos, por meio de uma comparativa metafórica.

Os 8 casos de “desgarradas” do *corpus* ocorreram depois de ponto final ou no início do que seria a fala de um personagem. Portanto, parecem não pertencer à estrutura interna da predicação a que se liga, ou seja, não sendo um constituinte nuclear; podendo, portanto, separar-se da oração anterior.

Além dessas 8 ocorrências de “desgarradas”, na análise dos dados do *corpus* chamaram atenção 11 casos em que o primeiro membro da comparação foi separado do segundo, por meio de vírgulas, como atestam os seguintes exemplos:

- (18) VILELA: Tem estrela hoje no céu que já morreu e a luz continua brilhando. Vai querer basear sua vida em estrela que já morreu?
RITA: Até que é romântico... O brilho eterno, [**que nem** o amor...] Ah, o importante é que dá certo. (A CARTOMANTE, 2006, grifo nosso).

A estrutura iniciada por *que nem* em (18) constitui-se de Sinal de Pontuação + SN + QUE NEM + SN, configuração essa que dá conta de uma expressão equativa, por meio da qual se iguala o brilho de uma estrela viva com o de uma estrela morta. Portanto, um caso de comparativa metafórica.

- (19) A Coluna Prestes abandonou os cavalos pela picada e eles foram morrendo mato adentro em busca de água. Com sede, os cavalos foram em direção ao Rio das Antas, onde morriam e contaminavam com o tifo o rio abaixo até Mondáí.

Zeca mais em off com imagens:

Daí começou a morrer gente com a água contaminada do rio, [**que nem** os cavalos.] Morreu 90 por cento da população de Mondáí. Vocês nem imaginam a mortandade que foi essa peste! (AOS ESPANHÓIS..., 2008, grifo nosso).

Em (19), tem-se Sinal de Pontuação + Oração + QUE NEM + SN, em que se contrasta a mortandade de pessoas e a de cavalos. A estrutura encabeçada por *que nem* tem *status* de comentário do personagem sobre seu discurso.

- (20) ROSA: Todas erradas... (emotiva)

Vim de um lugar muito diferente do seu... Sou filha de um velho comunista, o Niltão lá de Ribeirão... Acostumei nessa vida de andança. Meu pai vivia mudando de trabalho... Foi motorneiro, soldador, pedreiro, alfaiate... Aí, começou a fazer carreira de preso e não parou mais... Teimoso [**que nem** mula!] Para ele, pra ganhar a revolução a gente precisa só de três coisas: mandar chumbo, mandar chumbo e mandar chumbo... (CABRA..., 2004, grifo nosso).

Embora em (20) ocorra um sinal de pontuação como nos demais exemplos apresentados até o momento, este não é a vírgula – são as reticências. A configuração Sinal de Pontuação + SN + QUE NEM + SN representa uma comparativa metafórica e também uma expressão equativa, já que se iguala o fato de uma mula empacar com a teimosa de algumas pessoas.

- (21) TITO e NILDES se abraçam, TITO encosta sua cabeça no ombro da irmã e chora alto, [**que nem** criança.] (BATISMO..., 2006, grifo nosso).

Novamente, a comparativa é metafórica e se constitui de Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN. Ao mesmo tempo em que contrasta o choro de Tito e o de uma criança, os iguala. Portanto, (20) funciona simultaneamente como expressão equativa e comentário do personagem sobre seu discurso.

- (22) ZILDA: Tudo bem. Pode ir tranqüilo, vou entregar o seu relatório para o Dr. Eugênio, vou entregar porque eu sou uma mulher legal. Pior do que ter uma ex-mulher chata, é ter uma ex-mulher super legal. Eu sou muito legal. Sou bacana mesmo. Daqui a um tempo, você vai estar sozinho, [**que nem** um cachorro,] eu vou estar namorando um homem alto, rico e bonito, e você vai pensar, como é que eu deixei a Zilda escapar? (*Ivan quer dizer algo, Zilda não deixa*).

Cala a boca, não fala comigo. Não fala mais comigo, entendeu? Nunca mais. Nunca mais você olha na minha cara, você ouviu? Agora, pode ir embora. (BUFO..., 2001, grifo nosso).

Em (22), a estrutura é formada de Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN, sendo também uma comparativa metafórica, por meio da qual o personagem faz um comentário sobre seu discurso.

- (23) MINOLTA: O senhor não sabe, na família dele, um tio dele, morreu do coração, [**que nem** ele,] e no velório, eu vi com os meus próprios olhos, o tio Mário pular do caixão, vivo, ele não tinha morrido. (BUFO..., 2001, grifo nosso).

A configuração de (23) é Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN, expresso na forma de pronome. Novamente, há um comentário do personagem sobre o seu discurso.

- (24) TUBA: Tu já pensou se nós também fosse irmão, [**que nem** os otário?] Ia ser mais engraçado ainda. (CIDADE..., 2002, grifo nosso).

Em (24), tem-se Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN, representando o comentário do personagem sobre seu discurso.

- (25) LARANJINHA: Se você morrer, Acerola, teu filho vai crescer sem pai, [**que nem** a gente.] (CIDADE..., 2007, grifo nosso).

Mais uma vez, a configuração é de Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN, servindo de base para o comentário do personagem sobre o discurso.

- (26) RAPAZ 2: Você vai sim, mas antes, a gente vai te fazê uns carinho, [**que nem** feiz na tua irmázinha.] (CARANDIRU, 2001, grifo nosso).

Em (26), tem-se Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + Oração e o comentário serve para igualar o comportamento de dois rapazes.

- (27) Pedro, ao abrir a porta no fundo do salão, revela a marcenaria ao fundo. No meio da marcenaria está a base de uma mesa de sinuca em construção, pronta para receber a pedra. Chegando lá, suspendem a pedra com a mão e a colocam sobre a mesa. A pedra encaixa-se com perfeição. Tobias observa o encaixe.
TOBIAS: Como sempre na medida, [**que nem** o velho Jorge.] (NÃO..., 2007, grifo nosso).

O comentário em (27) configura-se em Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN.

- (28) RAPAZ: Tá vendo, isso é que é profissional. Faz o que tem que fazer e faz direito. Não é que nem vocês, [**que nem** um carrinho conseguem empurrar direito...] (OS DOZE..., 2006, grifo nosso).

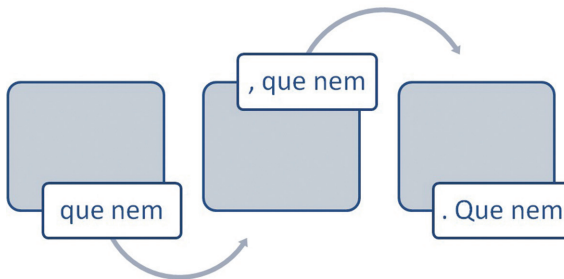
Em (28), estabelece-se uma relação de equivalência entre a medição em andamento e a que o velho Jorge realizaria, utilizando-se para isso de uma expressão equativa, representada por Oração + Sinal de Pontuação + QUE NEM + SN.

Os 11 casos brevemente comentados parecem sugerir um *continuum* no comportamento de estruturas introduzidas por *que nem* no gênero roteiro de cinema. Assim, haveria estruturas iniciadas por essa construção: 1º) encabeçando orações hipotéticas (caso em que ainda se verificaria um comportamento circunstancial), 2º) funcionando como comentário do personagem sobre seu discurso (muitas vezes, muito mais vinculado ao SN do que ao SV, mantendo assim uma relação de adjunção ao SN, 3º) funcionando como expressão equativa e chegando ao “desgarramento”.

Tal hipótese encontra respaldo em Dik (1997) que não descarta a ideia de existirem sintagmas adverbiais que estão dentro do sintagma verbal e sintagmas adverbiais que estão fora do sintagma verbal, servindo o “desgarramento”, muitas vezes, para dar ênfase a alguma ideia pretendida pelo locutor.

A representação a seguir ilustra o *continuum* antes sugerido para dar conta das estruturas iniciadas por *que nem* no *corpus* estudado.

Figura 2 – Continuum



Fonte: Elaboração própria

A guisa de conclusão

Embora no *corpus* analisado até o momento não se tenha observado um número grande de comparativas “desgarradas”, a análise qualitativa empreendida serve de indício para confirmar algumas tendências das construções iniciadas por *que nem* “desgarradas”.

Mesmo o *corpus* utilizado não sendo de conversação espontânea, nota-se que tais construções são usadas nos momentos em que o roteirista tenta ser mais fidedigno à situação comunicativa em que os personagens estariam envolvidos – nessa tentativa são usados palavrões, palavras chulas, inadequações gramaticais, para dar conta da realidade linguística e social das personagens. Tudo isto com o objetivo de reproduzir a fala de algumas pessoas. Tal fato parece comprovar a ideia de alguns autores de que os conectores não-prototípicos são característicos da língua falada.

Foi apresentada aqui uma análise preliminar, que, por isso, necessita ser aprimorada em diversos aspectos, como a ampliação da amostra diversificando os gêneros textuais, coletando mais dados, inclusive da modalidade falada espontânea. Além disso, é necessário também aprimorar a hipótese de que o “desgarramento” adverbial deve-se à força argumentativa de certas orações, conforme defende Decat (2011) para as concessivas. Neste trabalho, a autora menciona o “desgarramento” das adverbiais concessivas, causais, temporais, condicionais e finais. Nesse sentido, a investigação aqui iniciada possibilita uma descrição mais acurada dos introdutores das comparativas de igualdade, segundo Longhin-Thomazi (2011), ainda pouco estudadas.

REFERÊNCIAS

A CARTOMANTE. Direção: Wagner de Assis e Pablo Uranga. São Paulo: Califórnia Filmes, 2006. 1 DVD (90 min), color.

AOS ESPANHÓIS CONFIANTES. Direção: Angelo Clemente Sganzeria. Santa Catarina, 2008.

AYORA, A. M. **Sintaxis y semántica de “como”**. Málaga: Editorial Librería Ágora, 1991. (Cuadernos de Lingüística 12).

BAR Esperança: o último que fecha. Direção: Hugo Carvana. Produção: Carlos Alberto Diniz. Rio de Janeiro: Mac Comunicação e Produção, 1983. 1 DVD (119 min), color.

BARRETO, T. M. M. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. Salvador: EDUFBA, 1999.

BATISMO de sangue. Direção: Helvécio Ratton. Rio de Janeiro: Downtown Filmes, 2006. 1 DVD (110 min), color.

BUFO & Spallanzani. Direção: Flávio R. Tambellini. Rio de Janeiro: Quanta Centro de Produções Cinematográficas: Conspiração Filmes: Ravina Filmes, 2001. 1 DVD (96 min), color.

CABRA Cega. Direção: Toni Venturi. Barueri: Europa Filmes, 2004. 1 DVD (107 min), color.

CARANDIRU. Direção: Hector Babenco. Natal: H.B. Filmes, 2001. 1 DVD (147 min), color.

CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: _____. (Ed.). **The Pear Stories**: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production. Norwood: Ablex, 1980. p.9-50.

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Rio de Janeiro: O2 Filmes, 2002. 1 DVD (130 min), color.

CIDADE dos homens. Direção: Paulo Morelli. Rio de Janeiro: O2 Filmes, 2007. 1 DVD (110 min), color.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DECAT, M. B. N. **Estruturas desgarradas em língua portuguesa**. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta (Linguística e Filologia)**, Belo Horizonte, v.2, n.4, p.23-38, 1999.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. Dordrecht, Holland; Providence, USA: Fortis Publications, 1997.

ESTÔMAGO. Direção: Marcos Jorge. São Paulo: Zencrane Filmes, 2007. 1 DVD (113 min), color.

GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1996.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Junção em mudança: reanálise morfosintática e redes polissêmicas de *que nem*. **Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Rio de Janeiro, n.8, p.223-243, 2011.

MENEZES, H. P. **As construções comparativas em português: uma análise gerativa**. 1989. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

MOURA NEVES, M. H.; et al. Construções comparativas. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.). **Gramática do português falado: novos estudos descritivos**. v.8. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. p.123-183.

NÃO por acaso. Direção: Philippe Barcinski. Rio de Janeiro: O2 Filmes, 2007. 1 DVD (90 min), color.

NAPOLI, D. J. Comparative ellipsis: a phrase structure analysis. **Linguistic inquiry**. Cambridge, v.14, n.4, p.675-694, 1983.

ORDÓÑEZ, S. G. **Estructuras comparativas**. Madrid: Arco Libros, 1997. (Cuadernos de lengua española).

OS DOZE trabalhos. Direção: Ricardo Elias. São Paulo: Politheama Filmes, 2006. 1 DVD (90 min), color.

RODRIGUES, V. V. **Construções comparativas: estruturas oracionais?** 2001. 164f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization:** prototypes in linguistic theory. Oxford: Oxford University Press, 1992.

O TRABALHO INTERPRETATIVO DAS GRANDES MÍDIAS

Jauranice Rodrigues CAVALCANTI

Considerações iniciais

O objetivo deste artigo é refletir sobre o campo jornalístico e as práticas discursivas de seus sujeitos. Para isso, levamos em conta as pesquisas de dois autores, provenientes de diferentes áreas do conhecimento: D. Maingueneau e P. Bourdieu. O primeiro elabora determinados conceitos e categorias de análise (o de campo discursivo e o de ethos discursivo, por exemplo) que mantêm estreitas relações com a teoria dos campos desse último, como também com a noção de *habitus* do sociólogo francês. Tais noções são cruciais para analisar diferentes aspectos do campo jornalístico, como seus agentes atuam na seleção e edição de acontecimentos que oferecem aos leitores.

Embora Maingueneau não tenha elaborado uma pesquisa aprofundada sobre o campo jornalístico (como as que realizou sobre o campo religioso e o campo literário), as categorias de análise com as quais trabalha/vem trabalhando mostram-se produtivas para a análise de *corpora* constituídos por distintos gêneros jornalísticos. Já Bourdieu reflete sobre o campo jornalístico em diferentes momentos de sua obra. Destacam-se as reflexões do sociólogo reunidas em *Actes de La Recherche en sciences sociales* (BOURDIEU, 1994) e em *Sobre a Televisão* (BOURDIEU, 1997).

Nas seções que seguem, procuramos mostrar a operacionalidade de conceitos elaborados por Bourdieu e Maingueneau quando se trata de analisar a produção e circulação de sentidos ligadas ao campo jornalístico.

As contribuições de P. Bourdieu

Ao discorrer sobre suas pesquisas, Bourdieu (2011) avalia que se trata do que se poderia chamar de **filosofia da ciência relacional** e/ou de **filosofia da ação**, condensada em um pequeno número de conceitos fundamentais: **habitus**, **campo** e **capital simbólico**. Tal filosofia tem como ponto central a relação de mão dupla entre as estruturas objetivas dos campos sociais e as estruturas incorporadas pelos agentes sociais.

A noção de campo faz referência ao espaço onde ocorrem disputas pelo que o sociólogo chama de **capital social**. Este varia de acordo com os campos, assim como a posição ocupada pelos agentes em seu interior – aqueles que detêm o máximo de capital ocupam posições privilegiadas, são os dominantes; aqueles que não dispõem de capital situam-se em posições inferiores, são os dominados.

A elaboração do conceito de *habitus* tem por objetivo explicar as práticas dos agentes sociais, o processo por meio do qual incorporam as disposições de um determinado campo, que funcionam como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações. Para isso, faz-se necessário, segundo o sociólogo, recuperar o que outros pesquisadores excluíram de suas discussões: a questão do sujeito. Dentre os estudos apresentados, está o de Saussure, sobre o qual Bourdieu faz inúmeras considerações.

Para explicitar o modo de conhecimento que articularia dialeticamente o sujeito e a estrutura social, Bourdieu rejeita tanto a abordagem subjetivista como a objetivista. A construção do conceito se dá pela rejeição (e tentativa de superação), principalmente, dessa última. Segundo Bourdieu, a tentativa de ultrapassar a dicotomia interioridade x exterioridade chocou-se sempre com o “obstáculo epistemológico” que é o indivíduo. Como resposta, o

estruturalismo teria substituído o homem criador do subjetivismo pelo homem subjugado a estruturas, aparelhos, caindo, assim, em um “fetichismo das leis sociais”. Segundo o sociólogo, abstrações como **Aparelho, Estado, Burguesia**, usadas para explicar o universo social, não o fazem na medida em que só existem quando encarnadas em agentes, não como regras a serem seguidas, mas como disposições incorporadas.

Bourdieu (1972 apud ORTIZ, 1983, p.61, grifo do autor) comenta que a palavra **disposição** é bastante adequada para exprimir aquilo que recobre o conceito de *habitus* porque:

[...] ela exprime, em primeiro lugar, o **resultado de uma ação organizadora**, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais como estrutura; designa, por outro lado, **uma maneira de ser, um estado habitual** (em particular do corpo) e, em particular, uma **predisposição**, uma **tendência**, uma **propensão** ou uma **inclinação**.

Nas reflexões de Bourdieu, o *habitus* aparece ligado não apenas ao elemento social, mas também ao individual. Nesse sentido, é importante a observação que faz Ortiz (1983, p.17):

[...] o *habitus* se apresenta, pois, como social e individual: refere-se a um grupo ou a uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade.

Vejamos agora como Bourdieu opera com os conceitos de **campo** e de *habitus* nas análises que elabora sobre o campo do jornalismo. Para o sociólogo, o campo jornalístico se constituiu na França enquanto tal, a saber, com agentes disputando o capital simbólico desse campo, no século XIX, em torno da oposição entre jornais que ofereciam notícias sensacionalistas e os que apresentavam análises e comentários, estes marcando distância em relação àqueles, que despertavam repulsa nos leitores cultos. Como explica, trata-se do lugar de duas lógicas e dois princípios de legitima-

ção opostos: o reconhecimento pelos pares e aquele concedido pelo público, a maioria. Esse confronto pode ser transposto para outros lugares (Bourdieu fala da autonomização do campo jornalístico na França), observando suas particularidades.

De fato, foi o que pudemos constatar em trabalho anterior (CAVALCANTI, 2006) ao investigar o discurso jornalístico no Brasil. Em nosso país, a autonomização do campo ocorre quando do embate entre duas correntes, duas ideologias responsáveis por modos distintos de conceber a prática. Na maioria das discussões presentes em estudos de historiadores e teóricos do campo, essa delimitação chega a ser situada cronologicamente: até um certo período (final do século XIX e início do XX) o que havia era o chamado jornalismo romântico, depois este foi suplantado pelo jornalismo moderno, profissional e tecnológico.

No que diz respeito ao primeiro, constrói-se um imaginário sobre sua superioridade: essa forma de fazer jornalismo seria aquela que representaria sua essência, a única vinculada a ideais nobres, distante de preocupações com o mercado e interesses mercantilistas. Nessa perspectiva, o jornal não é visto como um produto, a ele é conferido um valor altamente simbólico, transformador; o jornalista é individualizado, não uma máquina de produzir textos. A comunidade, assim como o discurso, é regida pela lógica que abre espaço para o heterogêneo, para a diferença, para o “gênio criador”.

O jornalismo tecnológico representa a negação e superação da “ideologia espontânea” constitutiva do jornalismo dito artesanal. Esse último passa a anacrônico, atrasado, protagonizado por uma geração caduca, que é preciso excluir. As redações são enxugadas, submetidas a um processo de modernização (“limpeza”) e homogeneização; surgem os computadores, os manuais de redação. A velha guarda, representada por jornalistas que acreditavam que “[...] para uma situação social injusta e desumana bastava uma caneta na mão e uma máquina de escrever [...]” (MARCONDES FILHO, 2000, p.134), é substituída pelos jornalistas jovens, organizados, metódicos; jornalistas preocupados acima de tudo com a informação.

Voltando às reflexões de Bourdieu: o sociólogo ressalta que, apesar da estreita semelhança de seus produtos, o campo jorna-

lístico não é homogêneo, mas sim perpassado por tensões e contradições. Essas, no entanto, são explicadas por meio da noção de campo, isto é, como um confronto entre dominantes e dominados: os primeiros, com suas categorias de percepção (*habitus*) mais ajustadas às exigências/coerções do campo, seriam menos propensos a mudanças, a diferenças; os últimos, ao contrário, mais propensos a opor a tais exigências os princípios e valores da profissão. Nas palavras do sociólogo (BOURDIEU, 1997, p.58):

[...] se quero saber hoje o que vai dizer ou escrever tal jornalista, o que ele achará evidente ou impensável, natural ou indigno dele, é preciso que eu conheça a posição que ele ocupa nesse espaço, isto é, o poder específico que possui seu órgão de imprensa e que se mede, entre outros indícios, por seu peso econômico, pelas fatias de mercado, mas também por seu peso simbólico.

Bourdieu aponta, ainda, a pressão que o campo jornalístico exerce sobre os outros campos. Isso porque os meios de comunicação detêm os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação e, por meio desses instrumentos, sobre o acesso à visibilidade tanto de simples cidadãos como de outros produtores culturais, cientistas, escritores etc. O sociólogo ressalta que, embora ocupem uma posição inferior nos campos de produção cultural, os jornalistas

[...] exercem uma forma raríssima de dominação: têm o poder sobre os meios de se exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecido, de ter acesso à notoriedade pública (o que, para os políticos e para certos intelectuais, é um prêmio capital). O que lhes proporciona ser cercados (pelo menos os mais poderosos deles) de uma consideração muitas vezes desproporcional a seus méritos intelectuais... (BOURDIEU, 1997, p.66).

Sobre as disposições incorporadas pelos agentes jornalistas, o *habitus*, Bourdieu afirma que são produto da educação, da história (no caso do profissional jornalista, de sua formação). O sociólogo

lança mão da metáfora dos óculos, segundo ele comumente empregada por professores, para fazer referência às estruturas invisíveis: “[...] os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado.” (BOURDIEU, 1997, p.25).

Qual seria, então, o princípio que rege a seleção que fazem os jornalistas? Para Bourdieu seria o da busca do sensacional, do espetacular. O sociólogo afirma que o peso do comercial é muito maior no campo do jornalismo que em outros campos. Esse traço constitutivo produz efeitos que vão desde a adoção pelos jornalistas do “critério do índice de audiência” (“fazer simples”, “fazer curto”, “fazer claro”) até a busca pelo “furo”. Como a concorrência é muito grande, faz-se necessário estar sempre à frente, apresentar algo diferente dos outros jornais, no caso da mídia impressa. O sociólogo ressalta que a busca da exclusividade a todo custo ao invés de produzir singularidade (o que acontece em outros campos) provoca uniformização e banalização: uns copiam os outros.

Deter os instrumentos de produção e difusão das informações, ter (e conferir) acesso permanente à visibilidade pública significa, lembra Bourdieu, que os jornalistas podem impor ao conjunto da sociedade seus princípios de visão de mundo, seu ponto de vista, sua problemática (sua agenda). E, acrescentamos, de tal forma a fazer com que pareça consensual, como se **o que** é apresentado e **como** é apresentado fosse aquilo que interessaria à sociedade como um todo discutir. Em outros termos: só aparece nas páginas de jornais (no caso do jornalismo impresso) o que é visível para os agentes jornalistas, o que implica “[...] relegar à insignificância ou à indiferença expressões simbólicas que mereceriam atingir o conjunto dos cidadãos.” (BOURDIEU, 1997, p.67).

No que diz respeito à construção de sentidos pelas mídias, aos efeitos que as produções midiáticas podem provocar, não há, nas reflexões do sociólogo, espaço para discussões ou análises que contemplem a materialização do *habitus* na linguagem, isto é, como o “exterior” se manifestaria no “interior” dessas produções, em sua superfície textual. No entanto, é importante destacar o olhar argu-

to do sociólogo, atento a questões ligadas à linguagem, o que pode ser constatado nos seguintes comentários (BOURDIEU, 1997, p.26, grifo do autor):

[...] nomear é fazer ver, é criar, levar à existência. E as palavras podem causar estragos: islã, islâmico, islamita – o véu é islâmico ou islamita? E se porventura se tratasse de um xale, **sem mais?** Acontece-me de ter vontade de retomar **cada palavra** dos apresentadores que falam muitas vezes levemente, sem ter a menor ideia da dificuldade e da gravidade do que evocam e das responsabilidades em que incorrem ao evocá-las diante de milhares de telespectadores, sem as compreender e sem compreender que não as compreendem. Porque essas palavras fazem coisas, criam fantasias, medos, fobias ou, simplesmente, representações falsas.

Pelo que expusemos até aqui, é possível constatar que as reflexões de Bourdieu, embora realizadas há mais de três décadas, nada têm de datadas, ao contrário, são pertinentes, inclusive, para explicar a prática de agentes que atuam em mídias digitais, cuja proliferação ocorreu nos últimos anos, uma realidade, portanto, que o sociólogo não vivenciou.

As contribuições de D. Maingueneau

A noção de campo discursivo aparece nos primeiros trabalhos de Maingueneau na tríade que propõe a fim de operacionalizar o conceito de interdiscurso presente na obra de Pêcheux. Assim, o **universo discursivo** se refere ao conjunto de discursos que interagem em uma dada conjuntura, um conjunto finito, embora impossível de ser apreendido em sua totalidade. Nesse conjunto, é possível, para fins de análise, recortar **campos discursivos**, que são entendidos como conjuntos de formações discursivas que estão em uma relação de concorrência (confronto aberto, aliança, neutralidade aparente etc.), delimitando-se reciprocamente: “pode-se tratar do campo político, filosófico, dramático, gramatical etc.” (MAINGUENEAU, 2005, p.36).

No interior de um dado campo discursivo, é possível isolar **espaços discursivos**, que são subconjuntos de formações discursivas (ao menos duas) que são colocados em relação. Na análise que empreendeu em *Gênese dos Discursos*, Maingueneau isolou o campo religioso devoto, nele recortando um espaço onde se defrontavam duas formações discursivas (ou posicionamentos), quais sejam, o humanismo devoto e o jansenismo.

Para dar conta das formações discursivas recortadas, Maingueneau assume que estas são regidas por um “sistema de restrições semânticas globais”, um conjunto de restrições que incide em todas as dimensões do discurso: na seleção e tratamento dos temas, no vocabulário, em sua coesão, no *ethos* etc.

Na análise que elabora sobre o discurso literário, Maingueneau (2006) faz questão de apontar algumas semelhanças e divergências entre a abordagem que propõe e a da sociologia do campo de Bourdieu. Antes disso, destaca que as reflexões do sociólogo pretendem “escapar à alternativa entre análise interna das obras e a análise externa (marxismo ou história literária), entre ‘formalismo’ e ‘sociologismo’ (representado, por exemplo, pelos trabalhos de Goldmann).” (MAINGUENEAU, 2006, p.47).

Em relação aos pontos de contato, Maingueneau lembra que, assim como a análise do discurso literário, a sociologia do campo literário não é uma disciplina concebida para a literatura na medida em que se trata de um dos domínios da sociologia. Além disso, ambas as abordagens introduzem mediações de ordem institucional: a primeira, “atribui um papel crucial ao ‘escritor’, ao ator que se posiciona num campo tentando modificá-lo em seu próprio benefício.” (MAINGUENEAU, 2006, p.48).

Para Maingueneau, as semelhanças, no entanto, não podem ocultar as diferenças entre as duas abordagens. Nas palavras do analista,

A teoria do campo é um ramo da teoria sociológica que não se funda numa concepção da atividade discursiva (da enunciação, do texto, da relação entre texto e contexto). Por mais que se esforce, não consegue sair da oposição entre estrutura e con-

teúdo; se por vezes Bourdieu revela interesse pelo conteúdo de ficções literárias, nunca se vai além da concepção espontânea da obra como reflexo de uma realidade social já dada. [...] Há, por certo, em Bourdieu atores num campo, mas não uma cena de enunciação; a atividade enunciativa não contribui para criar o contexto da obra (MAINGUENEAU, 2006, p.48).

Como apontamos anteriormente, as reflexões do sociólogo não contemplam a dimensão textual-discursiva das produções midiáticas, o que é ressaltado no trecho apresentado. Para Maingueneau, ao contrário da sociologia da literatura, a análise do discurso literário tem mais condições de modificar de forma significativa a forma de se apreender a literatura, abordando-a desde o início como discurso e dissolvendo as tradicionais representações entre texto e contexto.

Em trabalho mais recente (MAINGUENEAU, 2010), o analista afirma que para aquele que se inscreve no interior de um projeto de análise do discurso (como ele próprio) não basta raciocinar em termos de atores, de posições e de lutas pela autoridade, sendo necessário traduzir essas categorias em termos de identidade discursiva. Por essa razão, nos anos 1970, Maingueneau foi levado a transpor o **campo** de Bourdieu em **campo discursivo**, “[...] considerado como um espaço no interior do qual interagem diferentes posicionamentos.” (MAINGUENEAU, 2010, p.50).

A noção de posicionamento designa ao mesmo tempo, segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p.392), as operações pelas quais uma “[...] identidade enunciativa se instaura e se conserva num campo discursivo, e essa própria identidade.”. Assim, trata-se de uma noção crucial para analisar o campo literário, objeto de estudo do analista, que é apreendido em termos de instituição, de legitimidade, o que significa que sua abordagem não separa os textos produzidos nesse campo de seu “exterior”, mas sim os articula. Em *Gênese dos Discursos* (MAINGUENEAU, 2005, p.142), ele já afirmava que “[...] não há antes uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéricos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias”.

O analista ressalta ainda que o campo literário (assim como outros campos) não é uma estrutura estática, mas de equilíbrio instável, visto que os diferentes posicionamentos se encontram sempre em uma relação de concorrência em sentido amplo, isto é, sua delimitação recíproca não ocorre necessariamente via confronto aberto. No que diz respeito ao campo literário, os posicionamentos equivalem *grosso modo* a escolas literárias ou tendências, e não têm um estatuto equivalente – há os posicionamentos centrais e os periféricos.

Maingueneau lembra que o campo discursivo é uma das dimensões da instituição discursiva, que articula:

- as **instituições**, os quadros de diversas ordens que conferem sentido à enunciação singular: a estrutura do campo, o estatuto do escritor, os gêneros de texto...;
- o movimento mediante o qual o discurso **se institui**, ao instaurar progressivamente um certo mundo em seu enunciado e, ao mesmo tempo, legitimar a cena de enunciação e o posicionamento no campo que tornam possível esse enunciado (MAINGUENEAU, 2006, p.54, grifo do autor).

Consideramos possível refletir sobre o campo jornalístico levando em conta as categorias e conceitos propostos por Maingueneau. Para isso, é necessário apreender diferentes posicionamentos que interagem e constroem sua identidade enunciativa no interior desse campo. Acreditamos que no campo jornalístico os posicionamentos podem ser identificados à linha editorial dos diferentes órgãos de imprensa. Assim, teríamos, nesse início do século XXI, o posicionamento do jornal *Folha de S. Paulo*, das organizações *Globo*, da *Revista Veja*, do jornal *A Tribuna de Santos* etc. Como podemos perceber, há posicionamentos centrais e periféricos, que se constituem na relação com outros posicionamentos do campo, sendo que, em alguns casos (acreditamos que raros), a constituição se dá via confronto aberto (caso da *Revista Veja versus Revista Caros Amigos* na mídia impressa).

Tais posicionamentos investem em diferentes gêneros jornalísticos – notícia, editorial, reportagem, coluna de opinião, *blog* etc.–

mais ou menos valorizados pela comunidade jornalística. Assim, só são autorizados a produzir gêneros discursivos mais “nobres” (a coluna de opinião, por exemplo) os jornalistas que detêm maior prestígio; a grande maioria, no entanto, fica responsável pela produção de textos que sequer aparecem assinados (notícias e reportagens). Em se tratando de notícias que veiculem algum “furo” jornalístico, a autoria é destacada, com o texto apresentando o nome de quem o escreveu (geralmente um jornalista conhecido).

Além disso, os posicionamentos se materializam em todas as dimensões do discurso: na seleção e tratamento dos temas, nos enunciados destacados dos textos (falas que figuram em títulos e intertítulos), no *ethos* com que enunciam os jornalistas, na forma de nomear/referenciar os acontecimentos etc. Na seção seguinte, procuramos exemplificar como se materializam diferentes posicionamentos em textos produzidos no campo jornalístico.

Um exemplo

Para exemplificar a operacionalidade do quadro teórico-metodológico com o qual trabalha Maingueneau, selecionamos dois trechos, provenientes de textos publicados em um periódico e em uma revista semanal, que materializam distintos posicionamentos em relação à polêmica envolvendo o livro *Por uma Vida Melhor*, de Heloísa Ramos, que recebeu o aval do MEC em maio de 2012. Vejamos os textos:

- (1) O Ministério da Educação decidiu não tomar conhecimento da adoção em escolas públicas do livro *Por uma Vida Melhor*, que “ensina” a língua portuguesa com erros de português. Avalizou, quando autorizou a compra e a distribuição, e depois corroborou seu apoio àquela ode ao desacerto ao resolver que a questão não lhe diz respeito. Fica, portanto, estabelecido que o ministério encarregado dos assuntos educacionais no Brasil, além de desmoralizar os mecanismos de avaliação de desempenho escolar, não vê problemas em transmitir aos alunos o conceito de que as regras gramaticais são irrelevantes. Pelo raciocínio, concordância é uma questão de escolha. Dizer “nós

pega o peixe” ou “nós pegamos o peixe” dá no mesmo. “Os menino” ou “o menino”, na avaliação do MEC, são duas formas “adequadas” de expressão, conforme o conceito adotado pela autora, Heloísa Ramos, note-se, professora. A opção pelo correto passa a ser considerada explicitação de “preconceito linguístico” (KRAMER, 2011).

- (2) Mais uma vez um livro didático foi alvo de polêmica. Uma notícia divulgada pelo portal IG, por meio do blog Poder On Line, afirmou: o MEC comprou e distribuiu um livro que “ensina a falar errado”. Em jornais, emissoras de tv e meios eletrônicos o livro, seus autores e o próprio MEC foram crucificados. Colunistas renomados esbravejaram. É um livro “criminoso”, atestou Clóvis Rossi, na Folha de S. Paulo. Dora Kramer, no Estadão de terça-feira, aproveitou para atacar Lula: “Tal deformação tem origem na plena aceitação do uso impróprio do idioma por parte do ex-presidente Lula, cujos erros de português se tornaram inimputáveis, por supostamente simbolizarem a mobilidade social brasileira.” Poderíamos nos perguntar o que Glorinha Kalil pensa do assunto, mas vamos nos ater aos fatos. A polêmica midiática partiu da reprodução de trechos como: “Você pode estar se perguntando: ‘Mas eu posso falar os livro?’. Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico”. Reproduzidos assim, descolados de um contexto, parece mesmo que a orientação era mandar às favas a língua portuguesa. Mas não é bem isso. Faltou uma leitura mais atenta, ou, pior, faltou ler a obra (PEROZIM, 2011).

A leitura dos textos revela que os órgãos de imprensa responsáveis por sua divulgação e circulação adotam posicionamentos distintos em relação ao livro de Heloísa Ramos: o primeiro condena a obra e as ideias por ela veiculadas enquanto que o segundo as defende. No caso do episódio envolvendo o referido livro, constatamos que ocorreu um embate entre esses dois posicionamentos, no qual as grandes mídias, como um todo, posicionaram-se contra o livro e o MEC.

Vimos que, para Maingueneau, os posicionamentos constroem sua identidade por meio da relação que mantêm com outros no interior de um campo discursivo, uma identidade que rege/determina todos os planos do discurso. Não há, portanto, um exterior que vem juntar-se ao “conteúdo” dos textos produzidos, mas este já está presente em sua produção e construção. Para apreender o “exterior” enunciativo, observemos algumas instâncias dos trechos apresentados, a começar pelas marcas de polemicidade que aparecem em sua superfície.

Dentre essas marcas, destaca-se o uso de palavras/expressões aspeadas. As aspas configuram um fenômeno que Authier-Révuz (1998) chama de **heterogeneidade mostrada e marcada**, aquele em que é possível perceber o confronto de um discurso com sua alteridade. Trata-se de uma não coincidência do discurso consigo mesmo, que a autora considera como constitutiva em referência ao dialogismo bakhtiniano (já que toda palavra se produz no meio do já-dito de outros discursos) e também à teorização do interdiscurso nos termos de Pêcheux, que remete o “eu falo aqui e agora” a “algo fala em outro lugar antes e independentemente”.

Para mostrar a distância, e mesmo a inadequação de sentidos atribuídos por seu “outro” a palavras/expressões, o enunciador emprega as aspas. Em (1), elas incidem em **ensina, adequadas e preconceito linguístico**; no trecho (2), em **ensina a falar errado e criminoso**, lugares dos textos que configuram o ponto em que os dois posicionamentos se encontram, o embate em torno dos “verdadeiros” sentidos.

Além das aspas, outro lugar na superfície dos trechos que revela o posicionamento dos órgãos de imprensa no interior dos quais os textos foram produzidos é a forma com que os enunciadores referenciam o livro e a controvérsia gerada por ele. As diferenças que ocorrem na forma de nomeá-lo, de a ele fazer remissão, podem ser explicadas levando em conta o lugar de onde enunciam esses sujeitos. Assim, em (1), a expressão **aquela ode ao desacerto** retoma o referente já introduzido (“o livro que ‘ensina’ a língua portuguesa com erros de português”), caracterizando-o de forma bastante depreciativa, avaliação ausente em (2), que nomeia o livro por

meio das expressões **um livro** e **a obra**. Este último trecho apresenta, também, a expressão **a polêmica midiática** denominando a repercussão provocada pelo episódio, em que está embutida a ideia de exagero e equívoco, avaliação do enunciador jornalista sobre o alarde feito pela imprensa.

Também é importante ressaltar o efeito irônico que a leitura do trecho (1) provoca. Ao contrário das aspas, na ironia a rejeição do outro não é marcada, mas mostrada no nível do implícito. Trata-se de um fenômeno que Authier-Révuz (1998) denomina **heterogeneidade mostrada não marcada**. Para assinalar o “absurdo” do conteúdo do livro e de sua aprovação pelo MEC, o enunciador insere comentários (“note-se, professora”) no interior do texto, além de selecionar um título bastante significativo para sua coluna, qual seja, *Por uma vida pior*.

Dessa forma, os posicionamentos aparecem sinalizados no próprio título dos textos. No caso dos trechos apresentados, além de marcarem um posicionamento específico, opõem-se a um outro, aquele que será rejeitado no corpo do texto. O título do trecho (2), *Falsa Questão*, aponta para a avaliação do enunciador sobre a leitura que colunistas renomados fizeram do livro e da posição do MEC. Na visão da jornalista, a leitura equivocada é explicada pela retirada de trechos “deslocados de um contexto”. Na verdade, trata-se de um destacamento que revela o posicionamento das grandes mídias no episódio que envolveu o livro. Assim, a noção de destacabilidade, com a qual vem trabalhando Maingueneau em suas últimas pesquisas, é também bastante produtiva para apreender os posicionamentos de um campo discursivo.

Da mesma forma, a noção de *ethos* discursivo permite desvelar aspectos ligados à fonte enunciativa. Em *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau explica o conceito referindo-se ao *habitus* nos termos de Bourdieu, isto é, afirma que os sujeitos interiorizam as “estruturas estruturantes” que são exteriorizadas nas práticas. Não se trata apenas do tom do discurso, o *ethos* implica também uma corporalidade e um caráter. A figura que dá suporte ao tom tem um corpo, uma “maneira de ser”, que corresponde

ao “conjunto de traços ‘psicológicos’ que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer.” (MAINGUENEAU, 1993, p.47).

Em relação aos trechos apresentados, é possível atribuir um tom aos enunciadores apoiando-se em determinados índices, que vão desde a escolha das palavras e expressões para fazer referência ao livro, o emprego das aspas, até a seleção dos títulos. Dessa forma, o trecho (1) é enunciado em um tom sarcástico e irônico, quase de deboche; o trecho (2), em um tom mais sério, contemporizador.

Para encerrar

Neste artigo, apresentamos reflexões de P. Bourdieu e D. Maingueneau que contribuem para analisar o trabalho interpretativo das grandes mídias, as práticas dos sujeitos que operam no campo jornalístico. Vimos que o estudo de Bourdieu, lançando mão dos conceitos **campo** e *habitus*, explica o que leva os jornalistas a fazer a seleção das notícias, a posição e disputa dos agentes, a homogeneidade das produções e as contradições do campo. No entanto, deixa uma lacuna no que diz respeito ao papel que a linguagem desempenha nas práticas dos agentes jornalistas.

O estudo de D. Maingueneau também opera com os conceitos de **campo** e *habitus*, mas em um quadro teórico-analítico distinto. Neste, as práticas não são dissociadas da instituição a que estão ligados os sujeitos, ao contrário, são pensadas como condição e produto das instituições discursivas. No interior dos campos interagem posicionamentos, uma interação que pode ser de confronto, aliança ou neutralidade.

Os conceitos propostos pelo analista permitem apreender os posicionamentos do campo jornalístico, como estes se materializam em distintas dimensões do discurso. Foi o que procuramos mostrar na breve análise que apresentamos.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Correa. 11.ed. Campinas: Papirus, 2011.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. “L’Emprise du journalism”. **Actes de la recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.101-102, p.3-9, mar. 1994.

CAVALCANTI, J. R. **No mundo dos jornalistas**: interdiscursividade, identidade, *ethos* e gêneros. 2006. 215f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

KRAMER, D. Por uma vida pior. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 maio 2011. Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,por-uma-vida-pior,720286>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **O discurso literário**. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

MARCONDES FILHO, C. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

ORTIZ, R. À procura de uma sociologia da prática. In: BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu: sociologia**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1983. p.7-29.

PEROZIM, L. Falsa Questão. **Carta Capital**, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/educacao/falsa-questao>>. Acesso em: 4 jul. 2014.

ANÁLISE DE TEXTOS VERBO-VISUAIS: POLIFONIA, INTERTEXTUALIDADE E POLÊMICA NA DIVULGAÇÃO DA PARADA LGBT DE MARINGÁ/2012¹

Edson Carlos ROMUALDO

Para pensarmos a interdisciplinaridade e a especificidade linguística, propomos, em um primeiro momento, nos voltarmos para trabalhos que são expostos atualmente como pertencentes ao domínio dos estudos do texto e do discurso. É comum encontrarmos aqueles que analisam textos que não são apenas compostos pelo elemento verbal, mas que apresentam também em sua materialidade o elemento visual, como propagandas, charges, reportagens, cartazes etc.

Se dermos uma mirada histórica para as teorias de estudo do texto e do discurso, veremos que esses campos de estudo e seus conceitos surgiram tomando como ponto de partida textos de diferentes domínios/esferas, mas que tinham em comum o fato de serem pensados primeiramente a partir do código verbal para a construção de seu referencial teórico.

¹ Trabalho apresentado na mesa-redonda “Estudos do texto e do discurso: perspectivas interdisciplinares II – A interdisciplinaridade e a especificidade linguística: teorias e práticas”, do IV SELIN, em 4 de setembro de 2012.

Grosso modo, três momentos podem ser identificados na constituição do campo da Linguística de Texto: 1) a **análise transfrástica**, que se voltava para fenômenos que não podiam ser explicados pelas teorias sintáticas e/ou pelas teorias semânticas que ficassem limitadas ao nível da frase; 2) a construção de **gramáticas textuais**, que, influenciadas pelo sucesso da gramática gerativa, procuravam descrever a competência textual dos falantes; e 3) as **teorias do texto**, nas quais os textos passam a ser vistos como o resultado de “[...] operações comunicativas e processos linguísticos em situações sócio-comunicativas.” (BENTES, 2001, p.247)

Já a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, cuja origem está nos estudos de Pêcheux, toma a Linguística como uma de suas teorias de base para o estudo do discurso e o estabelecimento dos sentidos. Os estudos propostos por Pêcheux analisam o discurso político a partir de textos verbais, e, para estabelecer suas bases teórico-analíticas, o filósofo francês recorre a estudos de linguistas como Saussure, Jakobson e Harris, em um processo de incorporação, negação ou deslocamento dos conceitos desses autores.

No entanto, no Brasil, Ferreira (2005) afirma que a AD se descolou da Linguística e ganhou maior entrada nas áreas-fronteiras das ciências humanas, como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise. O perigo dessa maior circulação é, para a autora, a possível banalização dos conceitos e do aparato teórico da AD, reduzindo-os a um “método de análise do discurso”.

Assim, se no início a AD era identificada com a análise de discursos políticos, atualmente, no Brasil, tal situação se alterou e o leque de materiais que interessam aos analistas se diversificou muito. O mesmo pode ser dito dos estudos do texto, que passaram a abordar textos de diferentes materialidades que ultrapassam o código verbal.

Tais estudos ganham legitimidade ao considerarmos, como afirma Orlandi (2007, p.12), que “[...] há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural.” Portanto, se “[...] os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a rela-

ção do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos [...]”, como a pintura, a imagem, a música, a escultura, a escrita etc.

Da mesma forma, no campo dos estudos da Linguística de Texto, embora o conceito de texto venha sendo amplamente discutido, não chegamos – e talvez nunca cheguemos devido à natureza do trabalho científico – a um conceito que satisfaça a todos os estudiosos, e a distinção entre texto em **sentido lato** e texto em **sentido estrito**, apresentada por Fávero e Koch (1988), ainda possibilita àqueles que queiram trabalhar com os pressupostos desse campo com outras materialidades além da verbal uma porta de entrada. Para as autoras:

[...] *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. [...] o texto [em sentido *estrito*] consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão (FÁVERO; KOCH, 1988, p.25).

Ainda que falemos em gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997) e gêneros textuais e, de certa forma, abriguemos na estrutura composicional a possibilidade de um gênero envolver mais de um código (verbal, visual, musical), no momento de analisarmos o exemplar textual desse gênero, caímos na problemática dos diferentes códigos e das teorias para abordá-los.

A realização do ato analítico, nesses casos, passa muitas vezes por apropriações, deslocamentos, alargamentos e ressignificações de conceitos, seja de outras áreas, que incorporamos então às teorias do texto, seja da própria área da Linguística de Texto. Tais análises auxiliam na compreensão e no estabelecimento da própria noção de texto – pelo menos desses que envolvem mais de um código – que, para nós, ainda não se estabilizou.

A não estabilização pode ser comprovada pelas diferentes nomações que tais exemplares textuais recebem. Em março de

2012, coordenamos um simpósio intitulado *Imagem, cultura e discurso*, na II Jornada Internacional de Estudos do Discurso e I Encontro Internacional da Imagem em Discurso da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e, para nominar tais textos, encontramos:

- 1) Textos com elementos verbais e visuais;
- 2) Textos mistos;
- 3) Textos sincréticos;
- 4) Textos multimodais.

Embora possa parecer um fato menor, acreditamos que as diferentes nomações dão a entender formas também diferentes de visão sobre a materialidade dos textos, que vão desde a justaposição dos elementos (verbais e visuais, mistos) até o amálgama, a implicatura dos códigos para a constituição dos sentidos (sincréticos, multimodais).

Além disso, outra questão que se coloca para nós é se os estudos que analisam textos e discursos a partir das teorias desses campos, mas não abordam o elemento verbal em sua modalidade oral ou escrita, detendo-se apenas na materialidade visual ou musical, ainda podem ser classificados, como fazemos, por exemplo, no Currículo Lattes, em Teoria e Análise Linguística.

Apesar dessas questões que o trabalho com textos nos suscita, o desenvolvimento **NATURAL** de um campo teórico cujo objeto é aquilo que os homens utilizam para interagir – os textos – unido ao desenvolvimento tecnológico, que multiplicou suas formas e sua circulação, leva-nos, como já afirmamos, constantemente a recorrer a conceitos de outros campos do saber ou adaptarmos os conceitos dos campos da Linguística para darmos conta da análise desse objeto. Já em Romualdo (2000) propúnhamos análises de textos verbo-visuais (as charges jornalísticas) que considerassem o caráter sincrético dos textos, a necessidade de abordar o verbal e o visual conjuntamente para a produção de sentidos.

Tendo essas observações como parâmetro, propomos para este trabalho a análise de um *corpus* constituído por textos que fizeram parte da polêmica causada pelos cartazes de divulgação que circularam na internet da Parada LGBT de Maringá, em 2012.

Para nossa análise recorreremos ao conceito de polifonia. Na perspectiva que vimos traçando, podemos verificar os diversos deslocamentos que esse termo sofreu. Originário do campo da música, o termo polifonia indica vozes múltiplas, usadas para a música em que duas ou mais linhas melódicas (i.e., vozes ou partes) soam simultaneamente. Distingue-se da monofonia (“voz única”), para a música com uma só linha melódica.

Bakhtin (2002), a partir do princípio dialógico da linguagem, utiliza o termo polifonia, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, para caracterizar um aspecto fundamental da obra literária deste autor. O romance polifônico de Dostoiévski caracteriza-se pela multiplicidade de vozes e consciências que mantém umas com as outras uma relação de igualdade no discurso. Opõe-se, assim, o romance polifônico, criado por Dostoiévski, ao romance monológico (homofônico). Essas vozes e consciências podem aparecer em várias perspectivas distintas e plenas, sem serem filtradas pela perspectiva, consciência ou ideologia do autor, ao contrário do que acontece no romance monológico.

Ducrot (1987), em *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, busca a noção de polifonia em Bakhtin para o desenvolvimento de sua ideia de contestar a unicidade do sujeito falante. Segundo o autor, há a possibilidade de dois tipos de polifonia: a de locutores (mais de um locutor num mesmo enunciado) e a de enunciadores (mais de um enunciador num mesmo enunciado). Os enunciadores representam perspectivas, pontos de vista diferentes que o locutor encena em seu discurso.

Os conceitos de polifonia e intertextualidade – conceito introduzido pela crítica literária Julia Kristeva (1974, p.64) para designar o processo por meio do qual “[...] todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto [...]” – passam a fazer parte dos estudos da Linguística de Texto e são analisados, comparados e distinguidos

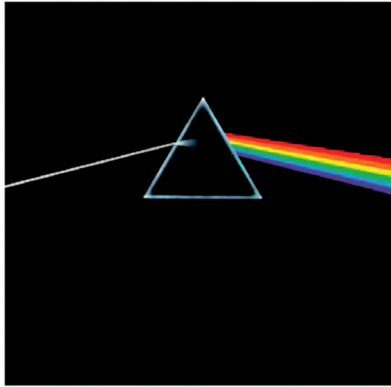
por Koch (1991), primeiramente no artigo *Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno?*. Segundo a autora, a polifonia de locutores corresponde ao que foi denominado por intertextualidade explícita, englobando casos de discursos relatados, citações, referências, argumentação por autoridade. A polifonia de enunciadores recobre, em parte, a intertextualidade implícita, no entanto, aquela é mais ampla, pois a intertextualidade implícita diz respeito a textos efetivamente produzidos, enquanto que neste tipo de polifonia basta o aparecimento de enunciadores que apresentem pontos de vista diversos, falem em perspectivas diferentes, não se servindo de textos efetivamente produzidos. Essa noção de polifonia explica os fenômenos da pressuposição, negação, ironia, discurso indireto livre, aspeamento, *détournement* e argumentação por autoridade polifônica.

Percebemos, nos estudos linguísticos atuais, que o termo polifonia, depois de sua entrada na Linguística de Texto, vulgarizou-se para indicar toda e qualquer voz que o locutor incorpora a seu discurso. A partir desse termo e de outros fenômenos que ele engloba passamos à análise de nosso *corpus*.

A circulação dos dois cartazes da Parada LGBT do ano 2012, da Cidade de Maringá-PR, na rede de computadores, provocou uma manifestação da Igreja Católica que solicitava a retirada da referência à Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória de tais textos, por esta ser, além de um símbolo da cidade, um símbolo religioso. O assunto ganhou a mídia, provocando manifestações de ordem diversificada.

Os cartazes foram elaborados pela artista plástica Elisa Riemer, inspirados na capa do álbum *The dark side of the moon*, da banda britânica Pink Floyd:

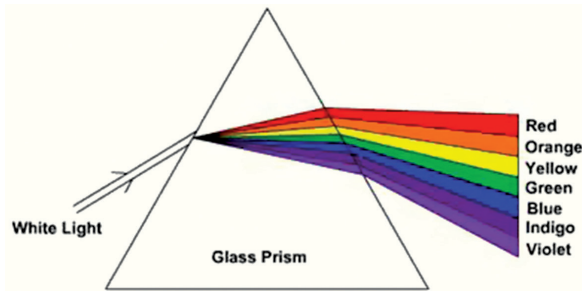
Texto 1 – Capa do disco *The dark side of the moon*



Fonte: The Dark... (2012).

A capa do álbum já retoma intertextualmente outras imagens do campo da física, que mostram a composição de um feixe de luz, que, ao passar por um prisma, divide-se em sete cores, por exemplo:

Texto 2 – Prisma



Fonte: Viana (2013).

Ao considerarmos essa retomada, estendemos o conceito de intertextualidade para a possibilidade de ver o fenômeno nos textos em geral, não nos limitando a observá-lo como um elemento de coerência apenas para textos verbais.

Os dois cartazes produzidos retomam intertextualmente a capa do disco, mas no lugar do prisma, devido ao seu formato, aparece a imagem da Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória, símbolo de Maringá:

Texto 3 – Foto da Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória



Fonte: Catedral... (2013).

A imagem da Catedral é utilizada de forma estilizada para a promoção de diversos eventos, pois sua arquitetura, obra de José Augusto Belluci, a diferencia de todas as igrejas brasileiras. Num processo metonímico, a igreja representa a cidade nessas propagandas, por exemplo:

Texto 4 – Circuito Universitário de Cultura e Arte de Maringá – Cuca



Fonte: Rigon (2012).

O primeiro cartaz da Parada LGBT de Maringá retoma parafrasticamente a imagem do disco, reproduzindo sua cor negra de fundo e o contraste de cores do arco-íris. O elemento verbal que traz as informações sobre a Parada vem escrito em branco:

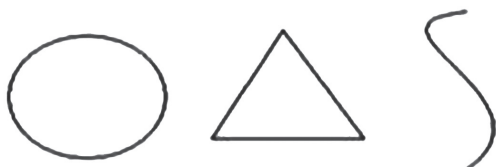
Texto 5 – Cartaz da Parada LGBT de Maringá



Fonte: Cartaz... (2012a).

Como nos alerta Cagnin (1975), as cores e os elementos gráficos mínimos como o ponto, as linhas (verticais, horizontais, curvas sinuosas – regulares e irregulares – quebradas ou mistas) e as massas (superfícies escuras ou hachuras) variam de intensidade e podem assumir as mais diversas formas. Esses elementos mínimos que compõem a imagem não devem ser tomados como unidades significativas ou representativas por si mesmos. Na Imagem 1, os elementos constituem-se apenas como formas geométricas:

Imagem 1 – Formas geométricas



Fonte: Elaboração própria.

Tais elementos dependem de todo o conjunto realizado para significar. Combinados, formam um sintagma icônico, no qual um elemento ganha sentido em relação ao outro. Seu sentido depende, portanto, dos contextos em que aparecem (intraicônico, intericônico e extraicônico)² e a análise da sintaxe da imagem (DONDIS, 1976) é fundamental para entendermos os sentidos produzidos, por exemplo no Texto 6, em que os mesmos elementos passam a significar um balão em movimento:

² A respeito dos contextos intraicônico, intericônico e extraicônico, conferir Cagnin (1975).

Texto 6 – Balão em movimento



Fonte: Elaboração própria.

Ao analisarmos o sintagma visual do primeiro cartaz (Texto 5), os três triângulos representam ao mesmo tempo a Catedral e o prisma. A linha que atravessa o triângulo maior representa o feixe de luz e, em sua saída do triângulo, vemos o conjunto das cores.

Se levarmos em consideração a retomada convergente e a proximidade imagética do cartaz e da capa do disco, o cartaz poderia se referir a um evento de rock. No entanto, o elemento verbal traz para o texto sentidos que o afastam dessa possibilidade, incluindo o tema da defesa dos direitos de grupos minoritários quanto à sexualidade: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Desta forma, o elemento verbal, para nós, é constitutivo da produção de sentido, formando um todo amalgamado como estrutura composicional do cartaz.

Nesse texto, um dos sentidos possíveis é o de que a comunidade – representada pela luz branca – não é única, pois quando vista por “outro prisma”, por outro olhar, é multifacetada e heterogênea. O arco-íris também foi adotado pela comunidade homossexual como seu símbolo; logo, a partir do elemento verbal, os direitos defendidos por essa comunidade também passam a produzir sentidos no cartaz, ressignificando as cores do arco-íris.

O segundo cartaz da divulgação da Parada foi o mais comentado e apontado por muitos como o gatilho da polêmica:

Texto 7 – Cartaz da Parada LBT de Maringá



Fonte: Cruz (2012).

Nele, como podemos observar, a imagem da Catedral não está estilizada. Há uma apropriação de uma foto da igreja para o trabalho artístico. A apropriação é, para Sant'Anna (1985), um termo recente no campo da crítica literária, e podemos dizer também no da linguística, vindo das artes plásticas. Identifica-se com a colagem, reunindo materiais encontrados no cotidiano para a produção artística.

Se nos detivermos nas relações sintagmáticas dos elementos que compõem o texto, notamos diferenças em relação à capa do disco – intertexto do cartaz. Enquanto o disco tem um fundo negro, o cartaz é claro e apresenta um tom rosado cobrindo parcialmente o céu azul nos cantos superior esquerdo e no inferior direito. Essas cores, no contexto do cartaz, juntamente com o elemento verbal, passam a remeter à sexualidade. A luz que atravessa a Catedral sai na forma de arco-íris, mas sua posição não é a mesma do prisma ou do disco ou do primeiro cartaz. O arco-íris não sai para baixo,

mas sim para cima. Além disso, em sua saída, deixa uma série de espirros coloridos.

Esse texto foi, como todos os outros que circulam na sociedade, uma arena onde se desenvolveu a luta de classes, conforme nos coloca Bakhtin (1990). Como os sentidos não são pré-determinados, mas dependem do contexto sócio-histórico-ideológico para se estabelecerem, o texto ganhou interpretações de acordo com a perspectiva ideológica de dois grupos sociais: o LGBT e o católico.

De modo geral, o grupo católico viu a saída do feixe de luz para cima como uma explosão, estabelecendo efeitos de sentido como afronta, desrespeito à fé e à religião, como podemos perceber pelos comentários listados a seguir:

Parece que tá explodindo a catedral!
(Moradora de Maringá – Jornal televisivo local).

O cúmulo da falta de respeito!!!!
Quem quer respeito tem que se dar o respeito!
(Comentário no site joaquimdepaula.com.br à notícia sobre o cartaz). (CARTAZ, 2012b).

Entendo que tenham usado a catedral por ser o maior símbolo de Maringá...mas achei a imagem “agressiva” demais (talvez tenha sido esta a intenção...). Me lembrou o atentado terrorista às Torres gêmeas dos EUA...
(Comentário do vereador Heine Macieira, por meio do Facebook).³

Que inveja tenho da Uganda, Irã, Mauritânia, Arábia Saudita, Sudão, Iêmen e mais 156 países em que homossexuais são executos à sangue frio!

Isso aí nem de longe é liberdade de expressão. Isso é desrespeito claro e aberto à nossa fé.⁴

³ Disponível em: <<http://maringá.odiario.com/blogs/linjard/2012/04/16/cartaz-de-parada-gay-‘explode’-catedral-de-maringa>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

⁴ Disponível em: <<http://www.tradicaoemfococomroma.com/2012/04/folder-gay-ridiculariza-catedral-de-maringa>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

A construção desses sentidos pelo grupo católico afastou o texto de uma construção intertextual convergente/parafrástica com o álbum do grupo Pink Floyd, construindo um sentido divergente para o texto.

O outro grupo, por sua vez, também fez valer sua construção de sentidos, reforçando a retomada convergente/parafrástica não só em relação ao álbum do grupo britânico, como também de outros textos, sejam propagandísticos (primeiro excerto), sejam religiosos (segundo excerto):

“Foi um cartaz simpático, com o símbolo de Maringá. Em qualquer lugar usa-se o símbolo da cidade para vender o peixe”, afirma [o editor do site “Maringay”, Luiz Modesto].

Ele diz que outras leituras podem ser feitas, como o facho de luz que aponta de baixo para cima e depois explode no alto, representando a diversidade de Maringá.⁵

“O símbolo de Maringá é a Catedral e o arco-íris é o símbolo da diversidade. Eu não vi nenhum desrespeito. Até porque nós também somos filhos de Deus. Eu não vi maldade nenhuma”, afirmou o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (AGLBT), Toni Reis.⁶

A polêmica ganhou as redes sociais e outros textos não oficiais foram produzidos, entre eles um que retoma outro monumento da cidade e responde parodisticamente, por meio da galhofa, do deboche, ao cartaz e à posição assumida pelo grupo católico:

⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1076992-cartaz-de-parada-gay...>>. Acesso em: 21 ago. 2012. [este link não funciona]

⁶ Disponível em: <<http://paroutudo.com/2012/04/17/cartaz-de-parada-gay-causa-polemica...>>. Acesso em: 21 ago. 2012. [Este link não funciona]

Texto 8 – Peladão



Fonte: Disponível em um perfil do Facebook. Acesso em: 21 ago. 2012.

O texto apropria-se de uma foto do Monumento ao Desbravador, feito pelo escultor Henrique Aragão em homenagem aos fundadores da cidade. O monumento simboliza, segundo o artista: “Um corpo imenso que procura o espaço infinito apoiado apenas pela planta dos pés. Esguio, ascético, puro, simples. Olhar no horizonte distante. Expressão de vitória consciente e sem soberba. Consciência simples do dever cumprido.” (MONUMENTO, 2012).

No entanto, a população maringaense, mesmo antes da polêmica, já havia ressignificado o monumento, e muitos desconhecem seu sentido primeiro, chamando-o apenas de “Peladão”. A Praça Sete de Setembro, na qual foi instalado, é conhecida como Praça do Peladão.

Analisando a sintaxe visual, vemos que o texto ganha um caráter debochado – carnalizado, na perspectiva de Bakhtin (2002) – ao aludir às práticas sexuais homoeróticas. O raio, em forma de linha reta e com uma estrela na ponta, atinge as nádegas do “Peladão” e sai em forma de arco-íris pela região pélvica, estabelecendo um efeito de sentido de gozo ou de urina. O caráter carnalizado, chulo do cartaz leva ao riso e, ao ridicularizar a si mesmo enquanto grupo, ao rir de si mesmo, o grupo anula o efeito de repreensão,

intenção. Desejávamos apenas abrir um canal de diálogo com a Igreja, e o propósito foi alcançado», afirma (PIMENTA, 2012).

O cartaz oficial, ao qual se refere o organizador da Parada, é:

Texto 9 – Cartaz oficial da Parada LGBT de Maringá



Fonte: Pimenta (2012).

Como vemos, o cartaz apresenta uma imagem do céu, as referências à Parada LGBT escrita e três linhas (uma vermelha, uma amarela e uma azul) que fazem referência ao arco-íris, dividindo o nome da parada de sua data.

A nosso ver, se realizarmos uma leitura dos elementos verbal e visual implicados conjuntamente na constituição dos sentidos, veremos que esse texto verbo-visual é irônico. A ironia refere-se a um caso de polifonia de enunciadores, colocado por Ducrot (1987). Na ironia há a presença de dois enunciadores: o absurdo/ingênuo (E_1), com o qual o locutor estabelece uma relação de discordância, e o sério (E_2), com o qual o locutor é conivente. O enunciador absurdo/ingênuo é apresentado pelo locutor, mas o interlocutor deve saber, por meio de pistas deixadas no texto, que o locutor não assume a posição de E_1 ⁷.

Passetti (1995) afirma que o sentido irônico depende da recuperação de elementos do discurso que são constitutivos do sentido,

⁷ Conferir Reyes (1984) e Passetti (1995).

tais como o contexto sócio-histórico, o tipo de relações estabelecidas com o locutor, com outros textos etc.

No contexto da polêmica mostrada, ver a imagem do céu e atribuir-lhe o sentido geralmente admitido de liberdade e de que o “arco-íris sair do céu é a prova definitiva que deus não é homofóbico” (PIMENTA, 2012)⁸, é, a nosso ver, apenas identificar o locutor ingênuo. O locutor não apresenta um céu limpo, mas coberto por muitas nuvens, no qual o arco-íris aparece timidamente. Para nós, essas são as pistas que nos levam a perceber o enunciador sério (E₂), aquele que atribui ao céu uma relação com a igreja, um lugar não só do divino, mas um lugar de repressão à diversidade representada pelo arco-íris. Com esse outro enunciador (E₂ – o sério) é que o locutor se identifica.

Nas análises que apresentamos, procuramos trabalhar com conceitos frequentemente utilizados para o estudo de textos verbais, mais específicos da linguística, estendendo seus limites para a utilização em textos verbo-visuais, num movimento que observou também os aspectos específicos da imagem, do visual. Acreditamos que, frente à diversidade de gêneros discursivos, dos novos gêneros que emergem do desenvolvimento tecnológico atual e das diferentes materialidades que podem constituir um gênero, devemos olhar para a multiplicidade de abordagens teóricas e metodológicas que diversificam nossas análises sob um novo prisma, que considere a possibilidade de união de elementos e de teorias ao invés de separá-las, segregá-las, que proponha um novo espaço para a discussão das teorias do texto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

⁸ Fragmento de comentário referente ao cartaz oficial da Parada LGBT

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p.245-285.

CAGNIN, A. L. **Os quadrinhos**. São Paulo: Ática, 1975.

CARTAZ da Parada Gay com a Catedral causa polêmica em Maringá. 2012a. Agência LGBT Brasil. Disponível em: <<http://agencialgbt.com.br/cartaz-da-parada-gay-com-a-catedral-causa-polemica-em-maringa.html>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

CARTAZ da Parada Gay em Maringá repercute em todo o Brasil. Paranavaí, 2012b. Disponível em: <<http://joaquimdepaula.com.br/index.php/2012/04/cartaz-da-parada-gay-de-maringa-repercute-em-todo-o-brasil/>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

CATEDRAL Basílica Menor de Nossa Senhora da Glória. Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_Basilica_Menor_de_Nossa_Senhora_da_Gloria>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CRUZ, L. C. Cartaz de Parada Gay traz foto de Catedral e irrita Igreja no PR. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/04/1076992-cartaz-de-parada-gay-traz-foto-de-catedral-e-irrita-igreja-no-pr.shtml>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

DONDIS, D. A. **La sintaxis de la imagen**: introducción al alfabeto visual. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1976.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FÁVERO, L.; KOCH, I. **Linguística textual**: introdução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FERREIRA, M. C. L. O quadro da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p.13-22.

KOCH, I. Intertextualidade e polifonia: um só fenômeno? **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.7, n.2, p.529-541, 1991.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MONUMENTO ao Desbravador. Disponível em: <<http://www.maringa.parana.blog.br/monumento-ao-desbravador/>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PASSETTI, M. C. C. **O discurso irônico**: análise da argumentação irônica em textos da Folha de S. Paulo. 1995. 197f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1995.

PIMENTA, R. Igreja e movimento gay dialogam: cartaz oficial da Parada Gay em Maringá não traz Catedral. **O Diário do Norte do Paraná**, Maringá, 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://maringa.odiarario.com/maringa/noticia/562691>>. Acesso em: 21 de ago. 2012.

REYES, G. **Polifonia textual**: la citación en el relato literário. Madrid: Gredos, 1984.

RIGON, A. Caravana da UNE na UEM. **Rigon Opinião e Notícias**, Curitiba, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://angelorigon.com.br/2012/04/24/caravana-da-une-na-uem/>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da *Folha de S. Paulo*. Maringá: Eduem, 2000.

SANT'ANNA, A. R. **Paródia, paráfrase & Cia**. 2.ed. São Paulo: Ática: 1985.

THE DARK side of the moon. 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/The_Dark_Side_of_the_Moon>. Acesso em: 20 jun. 2013.

VIANA, R. L. **Aula 31**: prismas e o arco-íris. Disponível em: <<http://fisica.ufpr.br/viana/fisicab/aulas2/aula31.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

DESENVOLVIMENTO HUMANO, SUSTENTABILIDADE E ENVELHECIMENTO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Maria Cristina Hennes SAMPAIO¹

Introdução

Que aproximações podem ser feitas entre desenvolvimento, saúde, trabalho e envelhecimento e quais consequências teórico-metodológicas e práticas podem ser tiradas para a compreensão do ser-evento que nos ocupa: o *ser humano idoso industrializado*? Na primeira parte de nosso estudo faremos uma breve revisão bibliográfica crítica acerca dos conceitos de desenvolvimento sustentável, saúde e envelhecimento no contexto da Transição Demográfica Brasileira projetada para a segunda metade do Século XXI. A segunda parte é consagrada a uma discussão teórico-metodológica de abordagem do *ser humano idoso industrializado*, em sua unicidade, tomando-se como ponto de partida a arquitetura, na dimensão filosófica do mundo real dos atos e das atividades realizados em torno dos quais estão dispostos todos os valores da vida (culturais, científicos, estéticos, éticos, políticos, sociais e religiosos). Procurar-se-á estabelecer a relação existente entre o mundo experimentado pela ação, referido por

¹ Agradecemos ao CNPq e a CAPES pelo apoio recebido.

Bajtín (1997) e o mundo representado pelo discurso, no âmbito da atividade de Seres Humanos Idosos Industriais, já que, para Bajtín (1997, p.39) a linguagem historicamente sempre esteve a serviço do pensamento participativo e dos atos realizados e que, para Schwartz (1992, 1998), todo o ser humano, sendo vivo, é industrial. Na terceira parte abordaremos as dimensões onto-axiológicas da ética e a coexistencialidade ontológica do homem, confrontadas com a experiência vivida e a produção de saberes e de valores locais dos idosos de Sairé. Os dados apresentados fazem parte do Projeto de Pesquisa “Envelhecimento e Saúde: uma proposta humanística de promoção da saúde do idoso”, no Município de Sairé, na região agreste de Pernambuco, através dos quais são levantadas questões pertinentes para uma abordagem do ser-evento na perspectiva de uma ação dialógica e ergológica como um ato responsável no âmbito do trabalho, da saúde e do desenvolvimento sustentável.

Nossa abordagem analítica situa-se, pois, no âmbito dos estudos ergolinguísticos e do método dialógico de análise do discurso (ADD) e consiste em evidenciar as relações dialógicas dos discursos na perspectiva de uma abordagem filosófica moral da linguagem (BAJTIN, 1997), da fenomenologia ontológico-hermenêutica (HEIDEGGER, 2010, 2006; SAMPAIO, 2012a), da ética (LÉVINAS, 2009, 2008, 1995; SAMPAIO, 2012b), da bioética (BELLINO, 1997) e da produção de saberes e dos valores humanos (SCHWARTZ, 2009), confrontados com os discursos produzidos pelos idosos de Sairé.

Levando-se em consideração que todas as explicações ou características ontológicas do ser-aí (Dasein) provêm da própria existência (HEIDEGGER, 2010), o trabalho de escuta das experiências de vida, dos idosos de Sairé², foi realizado no período de 2004 a 2009 (SAMPALIO, 2011; PORTO, 2010; SAMPAIO et

² Sairé é um município pobre, localizado na meso-região do Agreste e da microregião do Brejo, de Pernambuco. A cidade que tem 13.649 habitantes, destaca-se por ter 10,5% de indivíduos (1.857 pessoas) com mais de 60 anos. Este número equivale a 11,74% da população total, excedendo a proporção de idoso do país e do estado.

al., 2009; SAMPAIO et al., 2007a, 2007b; AGUIAR; BARRETO; SAMPAIO, 2007; AGUIAR et al., 2006; VALE NETO et al., 2006).

Desenvolvimento sustentável e envelhecimento

O conceito de desenvolvimento sustentável, que adotaremos neste estudo está relacionado ao cuidado do homem e pressupõe a atenção das necessidades humanas do presente sem colocar em risco a sustentabilidade das gerações futuras (ONU). Assim, há de se considerar que não se pode falar em sustentabilidade sem considerar o processo de transição demográfica que está em curso no Brasil, com o acelerado envelhecimento da população. No Brasil as taxas de crescimento de anciãos, na população, subiu, de 4,8% em 1991, para 5,9% em 2000, chegando a 7,4% em 2010 (IBGE, 2011). A projeção é de que a atual taxa seja elevada para 13% em 2020, podendo chegar a 20% da população em 2050 (IBGE, 2011). Tais números revelam a importância do planejamento e da implementação de políticas de saúde voltadas para esse segmento: se em 2000 o Brasil tinha 1,8 milhão de pessoas com 80 anos ou mais, em 2050 esse contingente poderá ser de 13,7 milhões (IBGE, 2011). Se o envelhecimento “[...] é uma aspiração natural de qualquer sociedade”, viver, por si só, não é suficiente: é necessário “[...] acrescentar qualidade aos anos adicionais de vida” (LIMA-COSTA; VERAS, 2003, p.1) e isto demanda uma discussão de questões éticas, bioéticas e desafios para saúde pública sobre a viabilidade de ações que reflitam a preservação da dignidade humana do ser humano idoso.

O próximo tópico é dedicado a uma discussão teórico-metodológica de abordagem do *ser humano idoso industrial* (SCHWARTZ, 1992, 1998) em sua unicidade, tomando-se como ponto de partida a arquitetura, na dimensão filosófica do mundo real dos atos e das atividades realizados em torno dos quais estão dispostos todos os valores da vida (culturais, científicos, estéticos, éticos, políticos, sociais e religiosos). Procurar-se-á estabelecer a relação existente entre o mundo experimentado pela ação, do

pensamento participativo e dos atos realizados, referidos por Bajtin (1997), e o mundo representado pelo discurso, no âmbito da atividade de *Seres Humanos Idosos Industriais*, já que, para Schwartz (1992, 1998), todo o ser humano, sendo vivo, é industrial.

A ‘arquitetônica’ do ser humano idoso industrial

É na obra “Por uma Filosofia do Ato” que Bajtin (1997, p.71) vai postular o conceito de *arquitetônica*, referindo-se ao mundo realmente experimentado da vida, ou seja, “[...] o mundo da consciência participante e realizadora.” Para o autor (BAJTIN, 1997, p.79, grifo nosso), “[...] o mais alto princípio arquitetônico do mundo real do ato realizado ou ação é a contraposição concreta e arquitetonicamente válida ou operativa entre o *eu* e o *outro*”, já que o sentido nasce necessariamente do diálogo entre o *eu* e o *outro* e é em torno deles que os momentos concretos do Ser se organizam. Para entendermos a *arquitetônica* do mundo real devemos lançar mão da visão estética do mundo. Nela o mundo gira em torno de um centro valorativo concreto: o *ser humano* em sua unicidade e tudo, nesse mundo, só adquire sentido e valor em correlação com esse mesmo Homem.

Retomando a idéia de Husserl (2009) sobre a questão da consciência projetada no ser, Bajtin (1997) vai desenvolver o conceito *evento do ser* em relação ao qual interessa compreender, de uma posição singular e única, que ocupamos na existência, as consequências de tais eventos. Tal perspectiva permite-nos, pois, olharmos para o mundo dos atos humanos em sua individualidade, unicidade e diversidade. Bajtin (1997) considera o pensamento, com seu conteúdo – tanto na perspectiva semântica como de uma consciência histórica singular, como um *ato ético responsável* que revela como nos movemos e orientamos em relação ao mundo. Um ato ético responsável só pode resultar de um *pensamento participativo*¹, ou seja, engajado, compromissado, interessado: um pensamento não indiferente (BAJTIN, 1997). A ênfase dada por Bajtin (1997) à idéia da *atividade individual e responsável do Ser Humano*, enquanto princípio ético materializado no *ato ético responsável*, per-

mita-nos fazer uma aproximação ao conceito referido por Schwartz (1992), do ser humano industrioso, na medida que, em ambos os autores, encontra-se subjacente a ideia da atividade como constitutiva do Ser Humano. Por conseguinte, o caminho a ser trilhado, para se chegar ao conteúdo-sentido, é a do ato executado (atividade) no ser. Por conseguinte, todo o *ato executado*, do ponto de vista de seu *desempenho*, orienta-se dentro do ser unitário e único da vida. Este direcionamento ético e estético, conferido por Bajtin (1997) a um projeto arquitetônico de uma filosofia primeira, suscita indagações conceituais e metodológicas importantes para a pesquisa científica nas Ciências Humanas e especialmente para todos os cientistas da linguagem comprometidos com o pensamento participativo e dos atos realizados. O que Bajtin está propondo é um paradigma filosófico moral de interpretação da realidade de atos responsáveis por sujeitos responsáveis. Nesse sentido, caberia perguntar qual a relação existente entre o mundo experimentado pela ação, referido por Bajtin, e o mundo representado pelo discurso. Para o autor (BAJTIN, 1997) a *linguagem* historicamente sempre esteve a serviço do *pensamento participativo e dos atos realizados*. Sendo assim, tanto a expressão do pensamento participativo (performativo) como do ato responsável *requerem a plenitude da palavra*, tanto nos seus aspectos de conteúdo (conceito), emocional volitivo (entonação – atitude valorativa sobre a palavra) como palpável-expressivo (imagem). Isso significa que o *valor do conteúdo* constituído através da cognição abstrata (ciência) é diferente de um *conteúdo* produzido pela *experiência vivida*: o primeiro corresponderia a um *valor dado*, presumido, e o segundo ao *valor afirmado* por aquele que pensa de uma maneira emocional-volitiva. Trata-se de um pensamento que age, que entona, circunscrevendo todo o *conteúdo-sentido* no *ato executado*, relacionando-o ao *ser-evento único* (BAJTIN, 1997). Uma segunda pergunta seria como abordar o ser-evento na perspectiva de uma ação dialógica e ergológica como um ato responsável? Ora, como sabemos, o dialogismo, enquanto dispositivo conceitual-analítico pressupõe o estabelecimento de relações de sentido. E o que é o mundo do conteúdo-sentido para Bajtin? É um mundo no qual não há espaço para o Ser como algo

determinado, válido em si mesmo, como uma verdade fundadora de um “começo” do sentido: “[...] apenas a infinidade da avaliação e absoluta inquietação são possíveis [...]” na perspectiva do “[...] reconhecimento de minha participação única no Ser.” (BAJTIN, 1997, p.50) Por conseguinte, uma ação dialógica e ergológica como ato responsável – resultante de minha auto-atividade de *dever-ser* – deve orientar-se para um conteúdo-sentido que só pode ser desvelado no Ser-evento e através do reconhecimento de minha participação única no Ser.

Acreditamos que, até aqui, tenhamos logrado reunir argumentos que sinalizem para a nossa responsabilidade moral (ética), enquanto sujeitos-pesquisadores, de nos isentarmos da responsabilidade pela execução dos atos, das ações da vida.

Dimensões onto-axiológicas da ética

O retorno à existência humana: a procura do ser

A essência do ser-aí (Dasein) reside na sua ex-sistência: o homem é enquanto ex-siste e é em sua ex-sistência, pensada ontológico-historicamente, que se pode encontrar a sua substância (HEIDEGGER, 2010). Posição semelhante é compartilhada por Schwartz (2009, p.2), quando observa que a pesquisa de campo convoca-nos a retornar às “configurações históricas” e aos “[...] patrimônios engendrados na concretude do viver.” Nesse sentido, a dimensão abstrata e universal da noção de desenvolvimento deve ser repensada à luz da produção de saberes e do retrabalho dos valores locais (SCHWARTZ, 2009), conforme ilustram as narrativas dos idosos de Sairé, quando referem *aos valores do significado da vida, do trabalho e da saúde na velhice*:

Pra mim a velhice num ponto é uma fraqueza muito grande, mas pra quem nasceu pra ser velho tem que cumprir um tempo [...] do maior ao mais pequeno, do mais bonito ao mais feio, do melhor, do mais bom, do mais ruim ou do mais rico ou do mais pobre...Tem que cumprir o tempo que Deus marcou [...] (J.A.D.S., 92 anos).

**Olhe, trabalho é tanta coisa... O trabalho, olhe, ele como-
ve com muita coisa. Comove com a preocupação com o
destino da pessoa, com a assistência, o modo de viver, até
passar o dia a dia é um trabalho que o camarada tem com
ele.** Tudo quanto eu for fazer tô trabalhando. Ainda trabalho
[...] e o homi num só trabalha se for com o cabo de enxada,
não. Vocês num tão trabalhando? Tão trabalhando... ***E eu
tenho esse senso de responsabilidade, eu gosto de trabalhar***
(A.Q.S., 67 anos).

**Por enquanto eu num sei o que é saúde, eu num consigo
dizer. [...] Eu num me lembro que eu tivesse saúde não!
Tive meus filho, criei... A minha saúde é essa mesma que eu
tô com ela.** Eu dou graças a Deus quando eu amanhã, um
dia que eu posso me levantar. [...] Pior, que quanto mais velha
eu vou ficando mais pior eu vou ficando, né [...] (A., 81 anos).

Como diria Schwartz (2000, p.672): “A noção de valor, agente motor na experiência de tudo o que é vivo, no sentido biológico do termo, é, sem dúvida, a matriz para se compreender a história humana. [...] A vida do ser humano vivente é a história de seus atos de valorização e desvalorização.”

A coexistencialidade ontológica do homem

A coexistencialidade ontológica do homem pressupõe a nossa responsabilidade (dever e cuidado) para com os demais seres humanos e desempenha um importante papel para a compreensão do significado de nossa existência e para a determinação do *dever ser* de toda a relação interumana. A vida organiza-se, pois, em torno de dois centros de valor os quais estão correlacionados entre si: o *eu* e o *outro* e é em torno deles que os momentos concretos do *ser* se organizam: ser-no-mundo é ser-com-os-outros seres-aí, condição sem a qual o ser não pode realizar sua existência (HEIDEGGER, 2010; BAJTIN, 1997; LÉVINAS, 1995).

Essa coexistencialidade é expressa pelo sentimento de responsabilidade e dever, na narrativa de dona M.A.D.A., uma idosa de 73 anos de idade, que desde pequena desenvolveu o dom de curar

pessoas através de suas rezas. Seu dever, como “rezadeira”, é “servir e ajudar” o outro pelo qual sente-se responsável. Este é o seu “trabalho” que ela própria descreve como uma “boa vontade”, o que remete aos valores éticos da benevolência e da solidariedade.

Graças a Deus, eu faço minhas oração, graças a Deus eu curo aquela pessoa e aquela pessoas fica boa e pra mim é uma maravilha, é um trabalho que eu tenho, pra mim é uma maravilha, é uma beleza que eu nasci, foi dote que Deus me deu que eu nasci assim e assim eu vou morrer. De silvir e ajudar, eu desde pequena que tive esse dote, desde pequena, e tô dessa idade e tô do mesmo jeito, e peço a Deus que me dê saúde pra ajudar quem precisar de mim... é um gosto que eu tenho, eu vivo de qualquer maneira pra ajudar os doentes, tá doente ali, eu vou ajudar ele, vou tratar dele, dar um cumezinho a ele, se não tiver em casa eu levo da minha casa, porque graças a Deus eu posso, eu tô aposentada e eu tenho... eu faço minhas coisinhas, eu posso ajudar aquele que precisa, tando ele precisando de mim é comigo mesma. Pronto, é esse trabalho, é um trabalho maravilhoso que eu tenho. Que pra mim não é trabalho é uma boa vontade... é um gosto que eu tenho, é um gosto que eu tenho (M.A.D.A., 73 anos).

Vida humana e velhice: ética, valores e conflitos

Nas raízes onto-axiológicas da vida humana e da ética há de se considerar as questões relativas aos valores (liberdade, igualdade, justiça, respeito, beneficência, felicidade, etc) e os conflitos entre eles.

Podemos dar um exemplo de conflito antinômico de valores em relação ao significado de “boa velhice”, a qual pressupõe a coexistência de valores socialmente e cientificamente reconhecidos: *vida* e *longevidade* (apesar das variáveis de ordem social, política e econômica adversas). No entanto, *longevidade*, significando **apenas preservação da vida**, pode derivar em uma velhice sem saúde, como mera sobrevivência, sem *autonomia* ou qualidade *de vida*. Da mesma forma, *longevidade*, **sem a preservação da vida**, entendida como

boa saúde, através do auto-cuidado (do eu) e do cuidado do outro, corre o risco de ser abreviada.

Uma proposta de superação de conflitos é sugerida por Bellino (1997, p.266): “[...] o princípio ético da dignidade e da integridade da pessoa [...]” pode “[...] superar tais polaridades [...]”, favorecendo “[...] o desenvolvimento e o bem do homem em todas as suas relações essenciais, preservando a “integridade de seu estatuto onto-axiológico.”

Como nos ensinam os idoso(a)s de Sairé sobre os acontecimentos da vida: a velhice, o envelhecimento, a saúde, o direito e o dever ao cuidado, os quais expressam o sentido da vida como valor supremo a preservar:

[...] A velhice da gente **é o tempo se passar do dia que a gente nasceu até o dia que morre. Aquela tempo vai passando e aquilo ali chama-se a velhice né, vai aumentando, aumentando, aumentando até que chega aquele dia daquela velhice parar. É quando chega e morre.** Eu tenho pra mim que é isso aí (P.S.B., 86 anos).

Ficar velho é bom, ficar velho é bom, **porque ninguém quer morrer [...]** (A.Q.S., 67 anos).

A gente é quem deve procurar a nossa saúde, é um direito que nós tem, num é? (J.A.D.S., 92 anos).

Considerações finais

Considerando que as narrativas dos idosos de Sairé suscitaram um interessante debate sobre a produção e o retrabalho de saberes e valores éticos e bioéticos, no processo do envelhecimento, relativos à existência e ao sentido da vida humana, a paridade ontológica dos sujeitos, deveres e responsabilidades do ser, na dimensão da coexistencialidade do homem, acreditamos que a retomada das múltiplas dimensões que a ética pode assumir para o ser-na-existência/ser-no-mundo/ser-com-os-outros, materializado nos entes – homens e mulheres idosos –, possa ser produtiva para o planejamento de ações práticas que assegurem seus direitos: a igualdade na diferença, o que significa que critérios éticos devem ser contextualizados,

respeitando-se as diferenças sócio-culturais e a vida pessoal (dignidade e integridade da pessoa) e coletiva. Além disso, como questões que permanecem em aberto, sugerimos:

1. Como integrar os saberes e os valores produzidos localmente nas políticas e ações de prevenção e promoção da saúde voltadas para os idosos?
2. Como manter e melhorar a qualidade de vida no envelhecimento?
3. Como manter a independência e a vida ativa no envelhecimento?
4. De que forma a longevidade pode transformar-se em desenvolvimento humano (riqueza, educação, esperança média de vida) em regiões de países com baixo índice de desenvolvimento humano?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. R.; BARRETO, K. M. L.; SAMPAIO, M. C. H. **Narrando histórias de vida:** um estudo da capacidade funcional dos idosos de Sairé-Pe. 2007. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

AGUIAR, K. R. et al. Idosos do município de Sairé em Pernambuco: um perfil dos frequentadores do Centro de Múltiplo Uso (CMU). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 8., 2006, Rio de Janeiro; CONGRESSO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA, 11., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Abrasco, 2006. p.21-25.

BAJTIN, M. **Hacia una filosofia del acto ético:** de los borradores y otros escritos. Barcelona: Anthropos, 1997.

BELLINO, F. **Fundamentos da bioética:** aspectos antropológicos, ontológicos e sociais. Bauru: EDUSC, 1997.

HEIDEGGER, M. **El ser y el tiempo**. Tradução de José Gaos. El Salvador; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. **Os conceitos fundamentais da metafísica**: mundo, finitude e solidão. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HUSSERL, E. **La filosofia, ciência rigurosa**. Tradução de Miguel Garcia-Baró. Madrid: Encuentro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Censo Demográfico**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LÉVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **Altérité et transcendance**. Paris: Biblio, 1995.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19 n.3, p.15-21, 2003. Editorial.

PORTO, L. M. F. Análise quantitativa do discurso? **Eutomia**, Recife, v.1, p.1-13, 2010.

SAMPAIO, M. C. H. Origens filosóficas da ética em Bakhtin: releituras da metafísica e da fenomenologia ontológico-hermenêutica. In: ZANDWAIS, A. (Org.). **História das ideias**: diálogo entre linguagem, cultura e história. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Passo Fundo: Ed. da UPE, 2012a. p.192-215.

_____. Ética e ciências humanas: diálogos filosóficos entre M. Bakhtin e E. Lévinas. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v.13, n.2, p.185-206, 2012b.

_____. Vida e envelhecimento: uma releitura filosófica de Mikhail Bakhtin e Henri Bergson. In: PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Org.). **Círculo de Bakhtin**: diálogos (in)possíveis.

Campinas: Mercado de Letras, 2011. p.101-122. (Série Bakhtin: Inclassificável, v.2).

SAMPAIO, M. C. H. et al. A ação dialógica como um ato responsável da memória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ABRALIN, 2009. p.2177-2182.

SAMPAIO, M. C. H. et al. **Cidades saudáveis:** uma proposta humanística de promoção da saúde do idoso no município de Sairé, Pernambuco. 2007. 82f. Relatório Técnico-Científico Final (CNPq) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007a.

SAMPAIO, M. C. H. et al. Memória e envelhecimento: comunicação trabalho completo. In: JORNADA DO GRUPO DE PESQUISA/CNPQ LINGUAGEM, IDENTIDADE E MEMÓRIA, 2., 2007, Santo André. **Anais...** Santo André: Fundação Santo André, 2007b.

SCHWARTZ, Y. Produzir saberes entre aderência e desaderência. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v.13, n.3, p.264-273, 2009.

_____. **Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe.** Toulouse: Octarès, 2000.

_____. **Reconnaissances du travail:** pour une approche ergologique. Paris: Puf, 1998.

_____. **Travail et philosophie:** convocations mutuelles. Toulouse: Octares, 1992.

VALE NETO, J. P. et al. **A memória cronotópica como dado qualitativo da saúde dos idosos.** In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL: MÉTODOS QUALITATIVOS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NA PRÁTICA SOCIAL, 2006, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. 1 CD-ROM.

ESTUDOS (SÓCIO)LINGUÍSTICOS, (SÓCIO)TERMINOLÓGICOS, DO LÉXICO E DA TRADUÇÃO ESPECIALIZADA – PARTICULARISMOS LEXICAIS DO FRANCÊS DA SUÍÇA

Maria Emília Pereira CHANUT

Introdução

A Tradução Juramentada é o domínio sobre o qual se dão nossas pesquisas, sendo considerado um domínio de especialidade. Ao trabalhar textos técnicos, científicos e especializados, o tradutor entra no campo dos estudos terminológicos bilíngües. Esse processo implica a compreensão do texto em língua de partida e o conhecimento das unidades terminológicas, uma vez que é basicamente por meio de sua terminologia que esse tipo de texto veicula seus conhecimentos específicos.

A Terminologia, em sua face teórica ou aplicada, mantém relações de cooperação com uma série de outras áreas do conhecimento, tais como a Lexicologia, a Lexicografia e a Semântica, “[...] embora não se confunda com estas nem constitua simplesmente uma subárea das mesmas.” (AUBERT, 1996, p.13) Como explica Cabré (1993, p.246):

[...] fazer terminologia não é, de modo algum, traduzir as formas de uma língua para outra baseando-se em algumas denominações pretensamente equivalentes, mas colher as denominações que os usuários de uma língua efetivamente empregam para se referirem a determinado conceito e, em último caso, cabe propor alternativas de denominação a situações mal resolvidas pelos falantes.

Ao buscar as equivalências terminológicas em outra língua, é preciso ter consciência de “[...] uma mesma realidade extralinguística pode ser analisada de pontos de vista muito divergentes em línguas diferentes, a partir dos laços profundos e complexos que existem entre estrutura da língua e visão de mundo.” (ALPÍZAR-CASTILLO, 1997, p.102) Por essa razão, para um termo na língua A não haverá necessariamente um termo equivalente na língua B. Ainda segundo Alpízar-Castillo (1997, p.101), “[...] a correspondência entre termos de línguas diferentes situa-se em um diapasão de possibilidades que vai do total recobrimento do conteúdo do termo da língua A por um da língua B, até a total falta de equivalência, passando por uma variada gama de recobrimentos parciais.”

Foi a partir desta problemática que a Socioterminologia veio situar a Terminologia no espaço da interação social (FAULSTICH, 2006).

Atribui-se a Gaudin a descrição formal da disciplina quando, em dezembro de 1993, publica sua tese de doutorado *Pour une socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, na qual declara que:

[...] a socioterminologia, com o suposto de que deseja ultrapassar os limites de uma terminologia ‘de escrívão’, deve localizar a gênese dos termos, sua recepção, sua aceitação, mas também as causas do insucesso e as do sucesso, no âmbito das práticas linguísticas e sociais concretas dos homens que empregam tais termos. Estas práticas são essencialmente aquelas que se exercem nas esferas de atividade. Eis porque a socioterminologia devia reencontrar as reflexões nos laços que se criam entre trabalho e linguagem (GAUDIN, 1993, p.216).

Particularismos lexicais: os “statalismes”

Devido à diferente evolução de cada uma das variedades geográficas do francês e das relações históricas e complexas que as ligam, é praticamente impossível delimitar a noção de “helvetismo”, de “belgicismo”, de “quebecismo”, etc., se as considerarmos unicamente sob o ponto de vista da exclusividade dos usos em cada país. Além disso, na Europa, a exclusividade de um particularismo é às vezes questionável, em razão da proximidade geográfica dos países francófonos. Ainda que as fronteiras políticas e nacionais pretendam determinar arbitrariamente, ou seja, “artificialmente”, a classificação das variantes lexicais, a evolução histórica permite que encontremos helvetismos que são também belgicismos e que às vezes são regionalismos ou arcaísmos ainda em uso na França. Muitos particularismos lexicais próprios ao vocabulário político, jurídico e administrativo suíço se distinguem do francês da França apenas no uso. Temos, por exemplo, o termo *syndic* que, na Suíça romanda, faz parte de uma terminologia oficial, e que está sendo amplamente explorado na atual pesquisa acadêmica desta autora. O critério de distinção dos particularismos encontrados nos documentos pesquisados parte da pouco conhecida noção de *statalisme*. O termo *statalisme* designa, segundo Jacques Pohl (1985, p.10), “[...] todo fato de significação ou de comportamento, observável em um país, quando ele está limitado ou claramente rarefeito na passagem de uma fronteira.” São termos que, em seu uso, só têm sentido no interior de um Estado, porque remetem a instituições que pertencem a este Estado e a uma realidade que nele é, portanto, diferente; suas equivalências são estabelecidas pela administração local e quando ultrapassamos a fronteira política, é natural que o sentido usual do termo mude. Esta noção nos serve, sobretudo, como importante critério para diferenciar e analisar os termos cuja forma remete ao francês padrão, mas cujos usos repertoriados na Suíça romanda são diferentes e às vezes ultrapassam o limite de suas fronteiras.

Os *statalismes* são assim encontrados, sobretudo, no domínio político. De acordo com André Thibault (1997, p.164), trata-se da

“[...] conservação e oficialização em francês regional suíço romando de um emprego que subiste no francês padrão apenas como termo de história, ou de um emprego considerado antigo.” São as tradições políticas que justificam certo número de expressões incontornáveis, como “canton”, “confédéral”, etc. Na linguagem oficial temos, por exemplo, o termo *bourgeois(e): personne qui a droit de cité dans une commune*. O termo *bourgeois*, que nos dicionários só tem hoje uma conotação política ou sociopolítica, possui na Suíça um valor institucional diferente. Portanto, há alguns termos da linguagem oficial que dependem da constituição, da lei. Para se chegar a uma tradução, é preciso primeiramente entender a definição acima, depois é necessário pesquisar sobre os termos envolvidos também, como “droit de cité” e “commune”.

Os *statalismes* são “romandismos institucionais”, ou seja, são os termos mais apropriados para designar as realidades administrativas oficiais e os fatos escolares. Isso significa que, além de apropriados, pois permitiriam uma “equivalência funcional” ideal, são também os termos mais econômicos para designar realidades locais (regionais ou nacionais), evitando os rodeios perifrásticos e as explicações metalingüísticas nas traduções. Se tal economia é, por um lado, altamente desejável na tradução de documentos e textos oficiais, por outro lado pode dificultar amplamente a compreensão do tradutor e a precisão de seu trabalho. Quanto mais um termo oficial tem o seu uso restrito à cultura jurídica local que o concebeu, mais dificuldades terá o tradutor para localizar a tradução mais adequada.

Regionalismos, arcaísmos ou *statalismes*?

Há frequentemente, na definição de alguns termos, certa confusão entre o que é regionalismo, arcaísmo, ou *statalisme* propriamente dito. Estes últimos, em geral, estão relacionados às técnicas artesanais, aos fatos escolares, jurídicos, folclóricos e até mesmo à culinária.

Em nosso trabalho atual de pesquisa, privilegiamos os termos suíços designando de forma oficial os nomes de profissões e de títu-

los das pessoas que assinam os documentos ou que denominam profissões de modo diferente daqueles usados da França (ou que envelheceram e até desapareceram no uso neste país e que ainda sobrevivem na Suíça), os nomes de documentos civis e escolares, e todos os termos oficialmente relacionados a essas realidades político-administrativas (no caso da Suíça, temos os *statalismes* cantonais).

Por exemplo, numa certidão civil, onde consta o termo *origine*, constatamos que se trata de um *statalisme*, pois se refere a uma informação sobre o cidadão suíço quando o mesmo solicita à administração do município de origem um documento inexistente na França, denominado *acte d'origine* (cf. no verbete *origine, origine*).

Muito frequentemente, encontramos no Dicionário de Língua francesa, o *Petit Robert électronique*, por exemplo, referências a um termo “envelhecido” na França, e até mencionando o uso moderno na Bélgica, mas raramente a Suíça é contemplada.

Vejamos o exemplo da profissão *régent(e)*: deixando de lado os usos antigos do termo, como o que remete ao sinônimo de *pédagogue* (*celui qui dirige une classe, un élève*), este dicionário cita como exemplo do uso atual somente a Bélgica: *Personne qui enseigne aux élèves des trois années du « secondaire inférieur »*. Na França, o termo é usado somente para: *Personne qui régit, administre. Régent de la Banque de France: membre du conseil général de cet établissement, avant sa nationalisation*. Ou seja, o sentido de “regente” enquanto administrador, e não está relacionado ao domínio escolar.

O que se passa com esse termo na Suíça? E se o tradutor se deparar com um documento escolar suíço assinado por um *Régent*?

Na Suíça, o (a) *Régent(e)* é o (a) *Instituteur (d'école primaire)* (Professor de escola primária) e é o equivalente a *Maître (Maîtresse)* na França, sendo que estes últimos, assim como *Instituteur(Institutrice)* são igualmente conhecidos e empregados hoje na Suíça romanda.

Interessa-nos observar que este termo (*Régent*) refere-se a um arcaísmo e não tem o estatuto de um *statalisme*. Portanto, ainda assim, poderia estar presente num documento a ser traduzido para

o português. O que nos sugere ser importante incluí-lo no repertório deste estudo dos termos suíços que tem um uso diferente da França.

Os *statalismes* na Suíça romanda – algumas considerações tradutórias

Partindo do termo francês *syndic*, considerado pela *Base de données lexicographiques panfrancophone* como um *statalisme*, descobrimos que, em certos cantões na Suíça, este termo designa outra função daquela indicada pelo termo na França, que neste país tem o uso idêntico ao “sindicato” no Brasil; ao mesmo tempo, descobriu-se que o termo na acepção usual em cantões da Suíça francesa é raramente abordado pelos mais tradicionais dicionários de língua francesa. Assim, o termo *syndic* é empregado oficialmente para designar o “prefeito” nos cantões de Vaud e de Fribourg, assim como o composto *député-syndic*, funções essas que correspondem ao *Maire* e ao *député-maire* na França. E ainda, o “prefeito” é designado pelo termo *président* nos cantões de Valais e de Neuchâtel. Os cantões que empregam o termo *Maire* são os de Berna, Genebra e Jura.

Podemos conferir o uso do termo pelos seguintes trechos publicados na imprensa suíça e citados no *Dictionnaire Suisse Romand*: “*Mme C.P.-G. [...] est élue syndic à la place de M.J. T. [...], qui se retire après douze ans de présidence de la commune. C’est la première femme qui devient syndic dans le canton de Vaud.*” [...] “*De fait, la syndique de Lausanne défend aujourd’hui l’idée d’une région à deux vitesses qui dans un premier temps regrouperait les communes les plus proches du chef-lieu*” (THIBAUT, 1997, p.681-682).

Suponhamos que o tradutor esteja diante de um documento oficial original da Suíça francesa e que se depare com o termo *syndic*¹. Observamos, baseando-nos no primeiro trecho acima,

¹ Ou *syndique*, visto que a feminização dos nomes de profissões é amplamente defendida na Suíça, contrariamente à resistência da Academia francesa. Embora tal medida tenha sido oficialmente divulgada na França por

que tal função remete a *présidence de la commune*, informação que menos esclarece do que colabora para o desvendamento da situação. Temos aqui, portanto, três termos problemáticos: *syndic*, *présidence* et *commune*. Um tradutor inexperiente poderia traduzir esses termos “literalmente” por: síndico, presidente/presidência, comuna e por aí adiante. Três equívocos que não apenas impediriam o leitor de língua portuguesa de compreender os referentes desses termos, mas que poderiam ter consequências graves em função do tipo de documento traduzido. Corretamente traduzindo, o *syndic* é o “prefeito” (*maire*) que está à frente da administração do município. Como se sabe, o “prefeito” tem nesses países a função de “oficial de estado civil”, como a autoridade que assina todos os documentos civis (casamento, nascimento, óbito), enquanto que no Brasil, esta função é exercida pelos notários, tabeliães, etc. Uma realidade que nos obriga a repensar a tradução, “consagrada” pelos dicionários, de *maire* por prefeito, uma vez que a equivalência funcional existe apenas parcialmente, ou seja, apenas nas atribuições políticas.

Não sendo pertinente nesta apresentação a reflexão sobre a questão da tradução nem da equivalência (CHANUT, 2008), voltaremos a explorar os *statalismes* na Suíça.

Este primeiro exemplo mais detalhado serviu apenas para mostrar um pouco da complexidade da questão de tais termos na tradução juramentada. A seguir, apresentaremos uma lista com mais alguns termos em uso na Suíça romanda designados como *statalismes*, que é o objetivo específico deste artigo.

Optamos, na apresentação dos exemplos, por uma transcrição do original da Base de dados utilizada, traduzindo tudo menos o termo do verbete, pois o objetivo foi o de mostrar o status de *statalisme* conferido ao termo.

uma circular de 11 de Março de 1986, só foi efetivamente aplicada quando, em 1998, as mulheres do governo de Jospin reivindicaram para si a feminização do título de “Ministra”, da seguinte forma: “Madame la Ministre” (Disponível em: <http://www.cairn.info/zen.php?ID_ARTICLE=LFA_163_0073>. Acesso em: 4 set. 2014).

Exemplos de *statalismes*

1) Entrada do termo *syndic* onde se pode verificar que se confere ao termo o status de *statalisme*.

(As informações foram resumidas e traduzidas).

Tabela 1 – Entrada do termo *syndic*

Entrada	Definição
<p>syndic, syndique 01. [sɔ̃dik] (n.) On rencontre le féminin <i>syndique</i> en concurrence avec le masculin pour désigner une femme exerçant cette fonction .</p>	<p>Région. Premier magistrat d'une commune, maire.</p>
Equivalente(s)	
<p><i>maire</i>, n. m.</p>	

Fonte: Base... (2012).

Histórico:

Arcaísmo do francês central do Antigo Regime (a função e o nome de *syndic* foram abolidos em 1789). Na Suíça romanda, ele está documentado desde 1315 em Genebra (Pier), onde ele designa, até 1847 (com uma interrupção de 1798 a 1813) cada um dos quatro magistrados que governavam a cidade. O termo também está documentado no século XIV no Valais e desde o século XV em Vaud e em Fribourg, sem que possamos deduzir dos textos a natureza precisa das funções de um *syndic*. De maneira geral, trata-se sempre de uma pessoa responsável pelos negócios ou uma parte dos negócios, de uma « bourgeoisie », ou de uma « commune » de habitantes. Enquanto sinônimo do fr. *maire*, o termo era usado até o século XIX no Valais savoyard, assim como na Béroche (Neuchâtel), antes de ser substituído por *président*. Hoje, ele conserva o status de *statalisme cantonal* em Vaud e Fribourg. O sentido de “premier magistrat d'une commune, Maire” é citado como helvetismo pela lexicografia francesa desde 1877 (Littré).

Tabela 2 – Entrada do termo *bourgeoisie*.

Entrada	Definição
bourgeoisie 01. [burʒwazi(j)] (n. f.) Plus rarement avec majuscule.	Région. Droit de cité d'un bourgeois ou d'une bourgeoise dans sa commune. <i>Obtenir le bourgeoisie, être admis à la bourgeoisie, se voir accorder les droits de bourgeoisie dans une commune. L'agrégation à la bourgeoisie.</i>
Observação	Os empregos da palavra em francês de referência são também conhecidos e de uso corrente na Suíça romanda.
Realidade própria	Emprego que se refere a uma realidade própria ao país ou à região da variedade do francês, ou que provém dela.
Origem	Conservação de um lexema, de um sintagma ou de uma expressão do francês antigo.
Histórico	<i>Statalisme.</i> Conservação e oficialização em francês regional suíço romando de um emprego que subsiste no francês geral apenas como termo da história.

Fonte: Base... (2012).

Tabela 3 – Entrada do termo *commune*
(ligado ao termo *bourgeoisie*).

Entrada	Definição
bourgeoise (commune ~) 07. [kɔmynburʒwaz] (a)	Région. Dans JU, VS et BE, institution politique regroupant tous les bourgeois d'une commune, et chargée entre autres de l'administration des biens bourgeoisiaux .
Origem	Inovação lexicomática, sintagmática ou fraseológica a partir do francês da Suíça.

Origem	
Conservação de um lexema, de um sintagma ou de uma expressão do francês de referência.	
Histórico	
<i>Statalisme</i> . Conservação e oficialização em francês regional suíço romando de um emprego atestado por muito tempo no francês central (muito pouco freqüente na língua literária). A mais antiga atestação em francês na Suíça romanda data de 1285.	
Vedette	Définition
assemblée de commune 02. [asãbled(ə)kɔmyn] (n. f.)	Région . Corps électoral d'une commune vaudoise.
Origem	
Inovação lexicográfica, sintagmática ou fraseológica a partir do francês de referência	
Histórico	
<i>Statalisme cantonal</i> . — (WEIBEL, 1990)	

Fonte: Base... (2012).

Tabela 4 – Entrada do termo *origine* (ligado ao termo *bourgeoisie*). Em seguida, o termo *acte d'origine*.

Entrada	Definição
origine (lieu, commune, village d'~) 02. [ljɔdɔrizin] (loc. nom.)	Dont on est bourgeois , où l'on jouit des droits de bourgeoisie . <i>Veillez inscrire sur ce formulaire votre lieu d'origine.</i>

Dados enciclopédicos

A cidade de origem é aquela que confere ao cidadão sua nacionalidade, por filiação, casamento ou naturalização. Frequentemente, o local de origem é mais importante que o local de domicílio; assim na carteira de identidade figura apenas este. Entre as três informações mais importantes para se obter documentos (atestados, diplomas, etc.) estão : nome e sobrenome, a data de nascimento e o local de origem. Já há alguns anos, no momento do casamento, uma mulher conserva seu local de origem e adquire igualmente o de seu marido.

Obs.: Estas informações são de extrema relevância para o tradutor juramentado.

Entrada	Definição
origine (acte d'~) 01. [aktdorizɔ̃n] (n. m.)	Document officiel établissant la commune d'origine d'une personne et émis à sa demande. <i>Délivrer un acte d'origine. Acte d'origine annulé.</i>

Origem

Inovação lexicomática, sintagmática ou fraseológica a partir do francês de referência.

Histórico

Primeira atestação: 1783, *Frêne Journal. Statalisme*

Dados enciclopédicos

Numa união oficial, um casal tem a escolha seguinte : uma certidão (acte d'origine) pode ser emitida em nome dos dois cônjuges, ou cada cônjuge conserva a sua.

Fonte: Base... (2012).

Considerações finais

Este trabalho tem o objetivo de divulgar pequena parte de uma pesquisa muito mais ampla, desenvolvida na UNESP de São José do Rio Preto, desde 2007. A noção de *statalisme* nunca havia sido divulgada em nenhum trabalho de língua portuguesa e, principalmente no que se refere ao país estudado, a saber, a Suíça (CHANUT, 2008, 2009, 2011).

A partir da busca dos termos oficiais relevantes para a tradução juramentada dos documentos especificados na introdução, que compõem o corpus desta pesquisa, e obedecendo a um critério de pré-definição dos particularismos regionais do país em questão, a noção de *statalisme* tornou-se extremamente importante e interessante para que se tornasse um assunto independente a ser divulgado.

Deste modo, o presente trabalho não propõe soluções tradutórias aos termos aqui apresentados, nem um repertório exaustivo dos particularismos, nem tampouco pretende se aprofundar nas questões teóricas envolvidas no estabelecimento das possíveis

“equivalências”. Trata-se apenas de abordar alguns dos particularismos suíços relacionados aos termos culturalmente marcados a partir da noção chamada por Pohl de *statalismes*, ilustrando a questão com alguns exemplos marcantes.

REFERÊNCIAS

ALPÍZAR-CASTILLO, R. **Cómo hacer un diccionario científico-técnico?**. Buenos Aires: Editorial Memphis, 1997.

AUBERT, F. H. Tipologia da tradução: o caso da tradução juramentada. In: ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES, 5., 1996, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/FFLCH/Humanitas, 1996. p.105-118.

BASE de données lexicographiques panfrancophone. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/bdlp/transv.asp?base=bdlp_suisse>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CABRÉ, M. G. **La terminología**: teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Editorial Antártida/Empúries, 1993.

CHANUT, M. E. P. Os *statalismes*: particularismos lexicais do francês da Suíça na tradução juramentada. **Tradução e Comunicação**, São Paulo, n.22, p.91-103, 2011.

_____. A tradução juramentada de documentos suíços: resultados parciais em torno dos termos estudados. **Tradterm**, São Paulo, v.15, p.155-171, 2009.

_____. A questão da equivalência funcional em tradução juramentada: o caso do francês da Suíça. **Tradução e Comunicação**, São Paulo, n.17, p.105-120, 2008.

FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.58, n.2, p.27-31, jun. 2006.

GAUDIN, F. **Socioterminologie**: des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Université de Rouen, 1993.

POHL, J. Phonologie et frontière: observations sur quelques faits phonologiques de part et d'autre de la frontière franco-belge. **Studia Neolatina**, Aix-la-Chapelle, p.164-177, 1985.

THIBAUT, A. (Red.). **Dictionnaire Suisse Romand**: particularités lexicales du français contemporain. Genève: Éditions Zoé, 1997.

WEIBEL, E. **Institutions politiques romandes**: les mécanismes institutionnels et politiques des cantons romands et du Jura bernois. Fribourg: Editions Universitaires, 1990.

HIPERTEXTO, METÁFORA E METONÍMIA: O SUJEITO E A PRODUÇÃO DO TEXTO EM MEIO DIGITAL

Émerson de PIETRI

Introdução

As tentativas de compreensão das possibilidades associadas à textualização na ordem do digital vêm acompanhadas de mudanças nos modos de perceber e representar seus processos, que se desenvolveriam, então, diferentemente daqueles encontrados na ordem do impresso. Neste trabalho, com caráter de ensaio, pretende-se observar alguns modos com se têm considerado as características do que se denomina **hipertexto** em estudos acadêmicos sobre o tema. Serão observados os tipos de imagens empregadas nas tentativas de compreensão das mudanças que se operariam, em consequência dos recursos de comunicação eletrônica, na produção e circulação do texto.

Algumas representações têm sido utilizadas com recorrência para a caracterização da produção e da leitura do texto em meio digital, em especial quando considerada, nas fontes em que se encontraram esses registros, a noção de “hipertextualidade”. Encontram-se termos como **hipercórtex**, **tribos digitais**, **aldeia global**; ou **hipernavegação/hipernavegador**, como em: “[...] navegando numa obra de botânica ou num tratado de medicina”

(MARCUSCHI, 1999, p.5); ou ainda “mapeamento do espaço virtual”; “viagem por trilhas”; um “[...] labirinto que não chega a constituir uma unidade.” (MARCUSCHI, 1999, p.10) Observam-se nesses exemplos, modos recorrentes de se referir ao espaço digital. Presentes com constância nos estudos sobre hipertexto, caracterizam-se pela projeção de elementos físicos, materiais, substantivos, de caráter naturalístico ou sócio-cultural, como *loci* em que se desenvolveriam ou se manifestariam eventos e ações.

Os modos de estruturação desses elementos são imaginados com base em associações a um ou outro aspecto relacionado à produção cultural humana, mas se caracterizam sempre pela objetivação de um espaço em que atuam os sujeitos, ou de instrumentos manipulados por eles, em que a imagem da **rede** seja talvez a mais recorrente para metaforizar a nova ordem de produção textual:

A “leitura” do hipertexto é caracterizada como uma viagem por trilhas. Ligam-se nós para formarem-se redes. Ou, no dizer de Snyder (1997), nos movemos num **labirinto** que não chega a constituir uma unidade. É sob este aspecto que o hipertexto submete seus navegadores a um certo “stress cognitivo”, como já lembrei, ao estabelecer exigências muito mais rigorosas e sérias (MARCUSCHI, 1999, p.10, grifo do autor).

Nos estudos sobre hipertexto, encontram-se, além da caracterização do processo hipertextual como topográfico, o apontamento sobre mudanças na temporalidade subjacente ao processo de textualização e nos modos de interação entre sujeitos e entre sujeitos e objetos. Há também a associação do trabalho com o texto digital a uma atividade técnica: sobre o lugar (o computador conectado em rede) de acesso a hipertexto e seus modos/lugares de produção (leitura/escrita), Landow (1995, p.6, tradução nossa) propõe que “[...] uma solução seria chamar esse lugar de leitura–escrita uma estação de trabalho, por analogia com a estação de trabalho do engenheiro¹ [...]”, relacionando as discussões sobre o tema à “[...] definição de Paul Valérie da poesia como máquina que reproduz emoções.”

¹ Trecho traduzido para esta citação.

Num sentido semelhante, é comum encontrar referências à base material em que se construiria o texto digital, que lhe conferiria objetividade, dado que a produção textual não se realizaria como função da interação sujeito-texto, como na cultura impressa, mas da própria virtualidade hipertextual, no sentido de que os textos se encontrariam à disposição do trabalho colaborativo dos sujeitos. O texto ocuparia assim lugar central no processo de textualização, e à sua materialidade se dirigiriam os sujeitos para sua contribuição com o texto em se fazendo. Nos dizeres de Marcuschi (1999, p.3): “[...] A inovação trazida pelo hipertexto não está no uso específico da língua enquanto atividade sócio-cognitiva, mas na sua apresentação virtual, resolvendo em parte o dilema proposto por Beaugrande (1997) entre o virtual e o real.”

Ao que soma, um pouco mais adiante, as seguintes considerações:

Nessa visão, o hipertexto torna-se um evento textual-interativo sem a limitação do interlocutor, pois este não necessita sequer estar na mesma máquina e pode ser buscado em qualquer servidor, desde que esteja interconectado. Rigorosamente, o hipertexto não é um texto fisicamente realizado, mas uma virtualidade. Contudo, pode-se inverter a assertiva e dizer que assim como o hipertexto virtualiza o concreto, ele concretiza o virtual. É provável que neste ponto esteja uma das diferenças essenciais entre o texto impresso e o hipertexto (MARCUSCHI, 1999, p.4).

Esse princípio de objetivação se marca também na afirmação de um princípio de não-subjetividade que seria próprio ao hipertexto digital:

As ligações hipertextuais que se dão pela marcação de um item lexical ou de uma expressão seguem normas e princípios variados, tais como princípios semânticos, cognitivos, culturais, sociais, históricos, pragmáticos, temáticos, científicos, teóricos e outros. Por trás de tudo está um trabalho de ostensão que sugere uma ligação mediante uma espécie de **relevância mostrada**. Essa “mostração” é a alma da navegação

hipertextual e deve conduzir o leitor-navegador por um caminho de expectativas que não pode fundar-se na subjetividade² (MARCUSCHI, 1999, p.5, grifo do autor).

As imagens acima apresentadas – que remetem à ideia de um espaço a ser explorado, um espaço que se realiza pelo fato de ser “mostrado” – indicam que a noção de hipertexto esteja talvez favorecendo a construção do mito do contato direto entre sujeito e realidade, e a conseqüente objetividade a se produzir desse contato não mediado.

A presença objetivada de um Outro, evidente nas considerações em torno do hipertexto digital, se apresenta, assim, tanto na postulação da existência de uma realidade em que se movem os sujeitos, quanto na dessubjetivação que estaria implicada na produção hipertextual digital. Observa-se a primazia do outro, do real, frente ao subjetivo, à memória, à produção dos sentidos³.

O processo de reificação dos sentidos seria possibilitado por atividade própria ao suporte material dos textos, que promoveria o diálogo entre sujeitos e texto, e entre textos: o processo dialógico entre textos no hipertexto se realizaria segundo uma base lógica, formal, de modo que seus fundamentos não dependeriam de elementos de subjetividade, mas de uma ordem independente do sujeito, que coloca os sujeitos em função do texto, da textualização. A lógica não fundamentaria a produção dos sentidos na interação sujeito-texto, mas já na própria forma como inter-relacionados os textos eles mesmos.

O hipertexto teria assim tornado possível a objetividade para a produção dos sentidos ao constituir em bases lógicas, não dependentes da subjetividade, os processos intertextuais. A subjetividade e o princípio analógico não mais seriam observados como o que fundamenta o estabelecimento de relações intertextuais.

² No mesmo sentido, Landow (1995, p.5) fala em “nexos objetivos”.

³ Ao que se encontram ressalvas, uma vez que o imaginário de um navegar infinito se confronta com o jogo da memória, com fatos de ideologia que precedem os recortes, as escolhas, as ofertas à leitura (ROMÃO, 2006).

A diferença entre o analógico e o digital, segundo Tenório (1999, p.20) estaria no fato de que o processo digital se fundamentaria na escolha entre o significado e a falta de significado (o unívoco e o equívoco), e, desse modo, não possibilitaria a produção de conhecimento. A analogia, de outra maneira, se estabeleceria com a interação dinâmica entre os análogos, e, com a transformação contínua desses análogos, criaria um excedente de conhecimento.

Nesse novo modo de se conceber os processos entre textos, com o deslocamento da ênfase dos processos analógicos para os processos lógicos, formais, digitais, opera-se, portanto, uma importante alteração em relação a como tradicionalmente hierarquizados os procedimentos metafóricos e metonímicos para a considerações dos processos de linguagem.

Quando a centralidade das operações simbólicas é associada ao trabalho com os processos metafóricos, a analogia, e não a lógica, é considerada a instância produtiva primeira da atividade de simbolização, uma vez que a metáfora é percebida como uma forma reduzida da analogia. A produção de saberes se assentaria, assim, na relação entre um termo menos conhecido e um termo mais conhecido, com o que a construção de conhecimento se faria da associação e deslocamento de elementos de um a outro dos termos da relação.

Nos estudos sobre hipertexto, ao contrário, a metonímia (concebida como fundamentada em relações formais), e não mais a metáfora (associada a processos fundamentados em relações conceituais), passa a ser percebida como o procedimento principal para a produção dos sentidos na ordem hipertextual, com o que os próprios conceitos desses recursos de linguagem se alteram em relação a suas concepções tradicionais. É o que será observado a seguir.

A metonímia e a produção de sentidos

A objetivação prometida pelo meio digital, e o trabalho com recortes textuais pré-definidos que parece propor, favorece o fortalecimento da consideração da metonímia como recurso de produção de conhecimento — consideração que altera sua posição

valorativa em relação à metáfora, historicamente mais acolhida nas produções acadêmicas.

O processo metonímico — e a possibilidade da produção de conhecimento por indução que se poderia fundamentar nesse processo — se mostraria prevalente no meio digital, uma vez que os sujeitos poderiam agir não subjetivamente sobre o espaço construído digitalmente.

A revalorização da noção de metonímia pode ser observada, por exemplo, nos trabalhos sobre complexidade. De acordo com essa perspectiva, as possibilidades oferecidas pelo meio digital para a diminuição da distância entre textos, no que se refere à quantidade de sua oferta e à velocidade de acesso, se relacionam com a noção de **rede** que se propõe para as discussões em torno dos modos de produção de linguagem. O texto pode ser caracterizado, nessas discussões, como um complexo coeso e coerente de elementos que se vinculam a outros elementos, internos e externos a ele, segundo um processo de configuração reticular.

Nesse sentido, internamente ao texto, os elementos se combinatoriam segundo princípios metonímicos, para projetar um todo metafórico; assim, a combinação dos elementos constituintes produziria um conjunto cuja complexidade seria maior que a simples soma de suas partes. Como exemplo desse processo, Paiva e Nascimento (2010), por exemplo, apresentam a figura da “ceifeira”, tradicionalmente utilizada para representar a morte, que consiste de sujeito vestido numa mortalha preta, com a cabeça encoberta com capuz que deixa entrever a face de uma caveira, tendo à mão uma foice. Esses elementos, cada um deles, remeteriam a um aspecto relacionado à morte, e, em conjunto, construiriam a representação do fenômeno.

É preciso notar, no entanto, que o princípio de objetividade a que antes se referiu, quando denegada a função da subjetividade para a produção simbólica da realidade, pode “reificar” o processo metonímico e suas possibilidades de indução: o caráter mostrado do meio digital parece naturalizar os recortes operados para a delimitação dos objetos, de modo que se oculte o trabalho a partir de que resultou um determinado produto.

Aí já se observa um problema relacionado ao tempo, pois o que se destaca na figura utilizada por Paiva e Nascimento (2010) como exemplo do processo parece ser a ambiguidade quanto ao caráter temporal de sua constituição: o caráter diacrônico — no sentido de como a figura foi construída ao longo de um processo temporal — supostamente se resolveria num princípio sincrônico, que envolveria a relação simultânea entre as partes do objeto. O todo seria função das partes, dado que estas mantêm cada uma sua autonomia, o que possibilitaria encontrar um princípio lógico a reger seu ordenamento num conjunto. Como a metáfora se coloca, nesse caso, como função da metonímia, a analogia é percebida como função da lógica. Os sentidos, portanto, são definidos a priori, regularmente (i.e.: com base em regras de formação).

O processo metonímico poderia ser visto, assim, como reduzido à associação de partes pré-definidas, já existentes, conduzindo o sujeito por “trilhas” pré-determinadas de sentido.

Nesse processo de escolhas, as múltiplas leituras possíveis se fariam metonimicamente, no sentido de que se estabeleceriam segundo diferentes percursos a serem escolhidos binariamente entre partes que compõem a sequência de um todo, como na comparação que faz Bellei (2006) entre a narrativa digital e os jogos de computador, em que os passos para se chegar ao final do fio narrativo estão pré-estabelecidos, ainda que as possibilidades de percursos sejam vários:

[...] O leitor de hiperficções difere, portanto, do leitor do livro impresso na medida em que é constantemente solicitado a COLABORAR com o autor, ao autorizar certas estruturas narrativas e a excluir outras, tudo a partir de uma matriz de combinações preestabelecidas no espaço geométrico hipertextual. Essa colaboração entre autor e leitor deve ser definida com um certo rigor, para que se evite generalização apressada sobre a necessidade, na leitura do hipertexto, de se abolir a distinção entre autor e leitor, ambos supostamente transformando-se em “lautores” (“*wreaders*”), já que ambos produzem estórias. A “produção” do autor não é evidentemente idêntica à “pro-

dução” do leitor, já que o primeiro programa a estruturação geral (o conjunto de possibilidades programadas) e o segundo ativa estruturas narrativas nessa escrita topográfica preestabelecida. Vale dizer, o autor continua a ter um certo controle da sua produção (o que significa que o leitor é, pelo menos em parte, controlado), mas não se trata do mesmo tipo de controle que o autor de um livro impresso tem sobre o seu leitor. O autor de uma hiperficção prepara seu texto de forma a forçar o leitor a realizar escolhas constantes. O leitor interativo, em outras palavras, “joga” com as possibilidades oferecidas e assemelha-se, pelo menos parcialmente, a um jogador de jogos eletrônicos. É que hipertextos e hiperficcões partilham, com os jogos eletrônicos, a estruturação geradora de interatividade, vale dizer, a estruturação de um banco de dados interligados por “links” (BELLEI, 2006, p.253).

Nesse “jogo”, o que colocaria o sujeito como função do suporte do texto digital seria a impossibilidade de coordenar um conjunto muito vasto de informações, para o que a limitação da memória humana exigiria, portanto, um instrumento auxiliar. Essa relação entre memória e excesso de dados não seria específico, ou mesmo possibilitado pelo meio digital, mas já algo explorado no próprio fazer literário, como discute Bellei (2010) quando trata dos recursos hipertextuais que poderiam ser associados à leitura do *Ulysses*, de James Joyce:

O que o leitor, mesmo o mais assíduo, acaba por perceber é que o crescente número de detalhes não pode ser controlado por sua memória. É o momento em que se torna inevitável o uso de guias, que nada mais são do que memórias suplementares ou protéticas necessárias para compensar as limitações da memória humana. Essa prática de “leitura” de resgate de fragmentos dispersos consiste mais em uma montagem de blocos de significado em uma dimensão espacial do que em uma percepção de sequências lineares de sentido na dimensão temporal. Nesse contexto, o texto torna-se uma estrutura programada para disjunção e conjunção de sentidos sobrepostos (BELLEI, 2010, p.2).

O que parece se alterar, a partir da virtualização do real / realização (reificação) do virtual, é o fato de que o processo metonímico — que se opera no eixo da combinação, em ordenações por contiguidade — em lugar de se caracterizar pela tomada da parte pelo todo, como dado em sua definição clássica, se caracteriza por tomar o todo pela parte (i.e.: o todo é submetido à parte).

Recoloca-se, assim, a questão sobre as relações diacronia/sincronia para o meio digital e o hipertexto: se o espaço digital é concebido como fundamentalmente topográfico, com a primazia do espaço sobre o tempo, os movimentos que se constroem sobre esse espaço se fazem sucessivamente, fundando-se, então, sobre um princípio diacrônico; entretanto, essa diacronia não chega a se estabilizar numa unidade sincrônica. Essa não solução do processo num elemento referencial estabilizado (como próprio ao processo analógico, em que um termo mais conhecido sustenta a construção de conhecimento a respeito de um termo menos conhecido) pode comprometer a possibilidade de simbolização, pois o movimento ininterrupto do sentido é impeditivo para que se estabeleça uma relação de representação de caráter arbitrário, própria ao símbolo.

O movimento (no espaço) se contrapõe, assim, à memória (no tempo) — daí talvez o *stress* cognitivo a que se submete o escritor/leitor em meio digital (MARCUSCHI, 1999), uma vez que na produção hipertextual não há um princípio de estabilização dos sentidos.

A continuidade temporal em que se assegura a permanência de uma determinada unidade não é considerada quando se pretende que essa unidade seja composta de uma conjunção ininterrupta de fragmentos. O fragmento não simbolizaria algo além, ausente, mas seria ele **presença**, índice do todo de onde partiu, do próprio real pré-existente — real que, ao contrário, num processo simbólico, deve se apagar para que outro real — da ordem simbólica — apareça.

Nessa ordem hipertextual, o simbólico seria paradoxalmente observado como auto-referente e se realizaria pela substituição de um elemento pelo seu elemento seguinte, já existente, e não com

a substituição do ausente por aquilo que o simboliza. Esse paradoxo se fundamenta no caráter sintático próprio ao meio digital: a linguagem digital não se resolve lexicalmente, pois, apoiada em base lógica, não apresenta unidades de significado, mas variáveis a serem preenchidas a cada vez. Assim, sintaticamente, o sentido deveria se resolver no movimento, tendo seu controle sustentado no princípio da recursividade, que, entretanto, não apresenta outra solução que a própria continuidade do percurso do sentido, do apelo à recursividade. O processo metonímico, se sustentado em bases sintáticas ou funcionais, do mesmo modo não se resolve num todo metafórico. A interrupção da recursividade pode se fazer apenas pelo fechamento do ciclo sintático numa circularidade, com o que se restringem as escolhas aos limites estabelecidos pelo jogo hipertextual, que, ao final, não leva à possibilidade da representação, mas à necessidade da repetição.

A fusão do metafórico com o metonímico

Nas considerações sobre hipertexto, parece haver a crença na fusão entre processo metafórico e processo metonímico, em razão de se projetar um princípio de realidade para a produção linguística que se organiza em meio digital — a representação se faria, paradoxalmente, como discutido acima, pelo caráter mostrado que se confere ao hipertexto.

No caso do hipertexto em meio digital, a base em que se operam as ações de produção de linguagem e conhecimento são resultantes de processos metafóricos e metonímicos; porém, da fusão de ambos, visualizada em razão de a atuação metonímica ser considerada como escolha entre recortes já dados, e não como trabalho de seleção para se definirem os limites dos recortes. Isto é: a metonímia se reduz a um processo metafórico, já que os recortes são efetuados e combinados por um princípio de semelhança e não de diferença, e a metáfora se reduz, então, a um processo metonímico, já que a semelhança se coloca em função do princípio de combinação, e não de escolha ou substituição. A imagem de real, de realidade, se projeta em decorrência da implosão das possibilidades de

simbolização que se constróem com base na competição entre os dois procedimentos em jogo:

A competição entre os dois procedimentos, metonímico e metafórico, se torna manifesta em todo processo simbólico, quer seja subjetivo, quer seja social. Eis porque numa investigação da estrutura dos sonhos, a questão decisiva é saber se os símbolos e as seqüências temporais usadas se baseiam na contigüidade (“transferência” metonímica e “condensação” sinedóquica de Freud) ou na similaridade (“identificação” e “simbolismo” freudianos) (JAKOBSON, 1981, p.61).

As imagens espaciais utilizadas para tratar da noção de hipertexto, e a consequente exclusão da temporalidade subjacente aos processos de elaboração simbólica, são indiciários quanto ao fato de o hipertexto ser concebido como o lugar do real — isto é: em que o real pode se manifestar em razão do suporte que o virtual lhe oferece.

A base formal do hipertexto exclui do processo qualquer elemento de variação: o princípio digital, oposto ao analógico, favorece a percepção da escolha fundada em elementos pré-definidos. A escolha entre um e outro elementos dados antecipadamente, enfraquece a observação da função subjetiva no processo de produção de sentidos, e enfraquece o próprio processo de simbolização, que passa a ser concebido não em função de uma temporalidade, mas de uma espacialidade, como discutido anteriormente. O simbólico, nesse caso, se define muito proximamente ao icônico, com o que se constrói a imagem de uma realidade sempre já representada, para o que as possibilidades de representação oferecidas pelo virtual são determinantes. Nesse sentido, é preciso recolocar em questão o apontamento de Marcuschi para o fato de que o hipertexto resolveria o dilema entre o virtual e o real, tal como proposto por Beaugrande (1997). Nos dizeres de Marcuschi (1999), é preciso considerar algum princípio de hierarquização, relacionado a processos de organização categorial ou taxonômica, o que reativa a arbitrariedade para o estabelecimento de princípios ordenativos:

Bastante complexas, nem sempre bem-resolvidas nas ligações hipertextuais são as relações **hiperonímicas**. Pois essas relações envolvem um tipo de inclusão com caráter hierarquizante, mas não necessariamente do tipo parte-todo, pois aí temos problemas relativos a categorizações que podem submeter-se a critérios de natureza cultural. As relações hiper- ou hiponímicas se dão na base das taxonomias hierárquicas em estruturas de redes nem sempre naturais, já que não há classificações impostas pela natureza de forma tácita, considerando-se que toda classificação ou taxonomia procede de algum princípio gerador estabelecido por convenção ou escolha teórica (MARCUSCHI, 1999, p.6, grifo do autor).

Apoiando-nos ainda nos termos de Jakobson, parece ser possível afirmar que o modo reificante como observado o processo hipertextual aponta para um princípio de deterioração da faculdade de seleção e de substituição (a que o autor denomina “deterioração das operações metalinguísticas”), ou da faculdade de combinação e contexto (que comprometeria “o poder de preservar a hierarquia das unidades linguísticas”). A colocação da metáfora como função de um processo metonímico reduzido, pois operado com base em unidades pré-estabelecidas, levaria à supressão das relações de similaridade e de contiguidade.

A saída para esse impasse parece significar o retorno a uma base sócio-cognitiva centrada no sujeito, e não mais na materialidade textual objetivada pelos recursos de produção digital. Novamente, é nos apontamentos de Marcuschi (1999, p.6) que essa possível solução se apresenta, quando se atenta para a anterioridade da relação do sujeito com o texto, não no momento do acesso à materialidade textual, mas no momento em que se opera a produção textual como resultante de um processo interativo, de decisões não *lógicas*, mas *dialógicas*:

Supondo que o princípio básico da hipertextualidade é uma associação mostrada, parece-se inadequado postular relações analógicas como formas de produção ou navegação hipertextual, já que a analogia não tem ainda a possibilidade de se materializar em nós conectáveis localizadamente, ou seja, **a analo-**

gia não é mostrável. A analogia é um princípio que a meu ver serve de **condição prévia** para a elaboração das ligações (ou definição de *links*) e não é representável por ações desenvolvidas na operação de um cursor sobre a tela do computador (MARCUSCHI, 1999, p.6, grifo do autor).

A produtividade do hipertexto talvez demande a observação de suas condições prévias, dos processos analógicos que garantam a construção de novos conhecimentos a partir de saberes de partida. Esse lugar de observação valeria, assim, não apenas para o trabalho de concepção de possibilidades digitais, mas também para os modos como usuários operariam com os recursos digitais de modo a atuarem criativamente. Talvez se anuncie a necessidade de um outro modo de fazer etnográfico, em que o escrever se volte para dizer não *sobre*, mas para conhecer o que se encontra *sob* a escrita, de modo que seja possível conhecer o que de fato se esconde sob o que se deseja cada vez mais e mais objetivo, não mediado, explícito, mostrável e mostrado.

Questões que se apresentam

Antes que observar o hipertexto em sua suposta possibilidade de realização do simbólico, no sentido de que objetivaria a produção dos sentidos, num processo de dessubjetivação, talvez seja mais adequado questionar de que modo os sujeitos se movimentam pelos espaços e tempos que os recursos digitais simulam (emulam?) como base para a atuação desses mesmos sujeitos.

De base lógica, em contraste com as bases analógicas da cultura não digital, que possibilidades criativas se colocam ao usuário dos recursos hipertextuais? Apenas o da coleta de informações, feita segundo uma trilha virtual já traçada pelo autor do hipertexto? Somente o deslocar-se de um bloco de informação para outro, num processo metonímico cuja solução sintática é, ou a recursividade, ou o fechamento do circuito? O mover-se de uma imagem a outra que não representa se não ela mesma, numa redução do simbólico ao icônico?

Nesse caso, é procedente denominar “autor” aquele que define a trilha de acordo com os parâmetros, os limites que lhe oferta a plataforma digital em que trabalha? Qual sua relação com o programador, com aquele que produz a própria plataforma? Seria o programador o editor levado à sua máxima potência de controle sobre a elaboração textual e a distribuição da obra de um outro? Seria já o programador um *hipereditor*? Que lugar deveria ocupar o leitor para poder decifrar a escrita oculta que faz surgir as imagens iluminadas nas telas, realidade brilhante e móvel que se re-vela ao usuário do mundo digital?

REFERÊNCIAS

BEAUGRANDE, R. de. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society. Norwood, NJ: Ablex, 1997.

BELLEI, S. L. P. Um hipertexto avant la lettre: o Ulysses de James Joyce. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.14, n.1, p.59-68, jan./jul., 2010.

_____. Narrativa, poesia e hipertexto. **Itinerários**, Araraquara, n.24, p.247-259, 2006.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: _____. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1981. p.34-62.

LANDOW, G. **Hipertexto**: la convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Barcelona; Buenos Aires; México: Ediciones Paidós, 1995.

MARCUSCHI, L. A. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n.3, p.21-45, 1999. Disponível em: <http://web.uchile.cl/facultades/filosofia/Editorial/libros/discurso_cambio/17Marcus.pdf>. Acesso em: 10 out. 2010.

PAIVA, V. L. M. O.; NASCIMENTO, M. **Processamento metafórico e metonímico na produção de texto/sentido:** um exemplo de compressão fractal. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/metomiltonvera.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ROMÃO, L. M. S. O cavalete, a tela e o branco: introdução à autoria na rede eletrônica. **DELTA**, São Paulo, n.22, v.2, p.303-328, 2006.

TENÓRIO, R. M. O pensamento por opostos e a emergência do par analógico-digital. **Ideação**, Feira de Santana, v.1, n.3, p.17-34, 1999.

PROCESSOS DE LEITURA NO ENSINO DE LÍNGUA

Marilia Blundi ONOFRE

Apresentação

O trabalho com ensino e aprendizagem de língua pode ser abordado sob várias perspectivas, dentre as quais, podemos dizer, grosso modo, opõem-se metodologias prescritivas e reflexivas. Há, assim, de um lado, práticas que se fazem por meio da apresentação de modelos já instituídos e, de outro lado, práticas que consistem na reflexão sobre processos linguísticos. Alinhando-nos a essas últimas, a nossa discussão pauta-se no princípio da invariância linguística, em conformidade com os fundamentos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), de autoria de Antoine Culioli (1990), a partir da qual se propõem articulações entre linguagem e cognição, linguagem e línguas naturais, entre modulações enunciativas e organizações léxico-gramaticais. Tendo em vista esse referencial teórico, que leva em conta a atividade geradora da linguagem, pretendemos observar, no exercício do ensino de produção de texto, relações fronteiriças entre produções que se adequam aos modelos linguísticos mais estabilizados, e validados academicamente, e produções que se distanciam desses modelos. Pretendemos, ainda, ressaltar que, em uma perspectiva construtiva, o objetivo primeiro é fazer os alunos observarem os processos linguagísticos, que se constituem na relação entre a linguagem e as

línguas, responsáveis por gerar as estabilidades ou as instabilidades linguísticas.

Considerações iniciais

A reflexão que fazemos nesse espaço instala-se na relação entre a linguística e o ensino de língua e objetiva pôr em pauta o processo de produção de texto na prática de ensino. Um primeiro ponto a se considerar para a temática em causa refere-se à vulgarização das abordagens, ditas, interacionais ou dialógicas, que passaram a circular no ensino de modo tão consensual que as diferentes configurações que se delinearão sob essa mesma filiação nem chegam a ser reconhecidas. E essas, ainda, convivem, pacificamente, na sala de aula, ao lado das tradicionais práticas prescritivistas e descritivistas aplicadas, em geral, ao ensino de gramática. Essa desarticulação entre o trabalho com a gramática, de um lado, e o trabalho com o texto, de outro, já indicia uma leitura, a nosso ver, equivocada pelo ensino daquilo que seria a adoção da perspectiva dialógica no ensino. Essa última questão, ainda que não seja central neste texto, serve de argumento para o que pretendemos apontar em relação ao que se entende por concepção dialógica.

Centrando-nos, então, no exercício de produção e interpretação de texto, podemos identificar entre as abordagens chamadas dialógicas, de um lado, aquelas que consideram o texto enquanto produto que traduz uma dada estabilidade sociodiscursiva; e de outro, aquelas que consideram o texto enquanto processo gerador da significação. No primeiro grupo, podemos dizer, objetiva-se a identificação de discursos tipificados e suas marcas características. Nesse sentido, reconhecem-se valores sócio-históricos, quer reproduzidos quer subvertidos, classificados sempre pelos parâmetros das estabilizações. No segundo grupo, por sua vez, consideram-se os processos geradores da atividade de linguagem. Observam-se, assim, as formas pelas quais uma enunciação se organiza, anteriormente aos paradigmas reconhecidamente mais estáveis, quer da língua ou do discurso. Alinhando-nos a essa última posição, ressaltamos a relevância de se trabalharem, no

ensino, os processos criativos pelos quais os alunos constituem-se como sujeitos.

Referenciamos-nos, para tanto, nos pressupostos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), quadro teórico-metodológico de autoria do linguista francês Antoine Culioli (1990), cujos princípios aproximam-se dos fundamentos construtivistas e, assim, julgamos que podem contribuir com os estudos sobre o processo de ensino-aprendizagem de língua, nos moldes que defendemos.

A TOPE e o ensino de língua

O diálogo entre a TOPE e o ensino de língua encontra-se, em especial, nos trabalhos apresentados por Rezende (2000) e sustentam-se na articulação entre a atividade de linguagem (onde se deflagra a invariância linguística) e as línguas naturais (ou variantes linguísticas que se constituem nos meios pelos quais a linguagem se materializa). Essa articulação entre a invariância linguística e as variantes linguísticas, que é central na TOPE, refere-se, no ensino, respectivamente, à articulação entre o processo de produção-interpretação de texto e as marcas léxico-gramaticais-discursivas pelas quais esse processo se constitui. Esse exercício, aplicado ao ensino, pretende fazer emergir a atividade epilinguística por meio da atividade metalinguística, a primeira concebida como a atividade linguística não-consciente, em uma forma embrionária, e a segunda como a atividade linguística provocada. Estabelecem-se, assim, paralelos resultantes da relação entre o empírico e o formal, os paralelos entre **linguagem = língua**, entre **produção de texto = marcas léxico-gramaticais-discursivas**, entre **atividade epilinguística = atividade metalinguística**, dos quais nos são acessíveis somente um dos lados da relação, aquele que consiste da formalização linguística, a saber, a língua, as marcas léxico-gramaticais-discursivas e a atividade metalinguística.

Nessa abordagem, o trabalho de análise consiste em recuperar as operações de linguagem resultantes da relação linguístico-cog-

nitiva, o que se propõe por meio das seguintes operações metalinguísticas:

- a) primitiva: lugar gerador das noções semânticas a partir do qual tais noções configuram-se-ão;
- b) predicativa: refere-se à localização das noções em relação, por meio da ordenação do enunciado, quando se estabelecem as relações de transitividade e tematização;
- c) enunciativa: lugar de instanciação enunciativa, que se traduz, predominantemente, pelas marcas de modalização, e de referenciação aspecto-temporais e espaciais.

Segundo Culioli (1990), as diferentes possibilidades de organização léxico-gramatical vão ser caracterizadas por meio de propriedades físico-culturais que se associam a uma noção. Tais propriedades definem-se no funcionamento da linguagem que se caracteriza por ser discreto, denso ou compacto. Funcionamentos característicos das noções, esses dizem respeito tanto aos nomes, quanto aos processos (se se considerar, como o faz Culioli (1990), que toda significação constrói-se pelo processo de predicação, desfazendo-se a distinção entre a morfologia e a sintaxe). Grosso modo, o funcionamento discreto refere-se aos objetos singularizados na instância enunciativa, o denso diz respeito às generalizações, as categorias que não se delimitam, e o compacto à eleição de um tema sobre o qual se vai qualificar/predicar.

Nessa perspectiva operatória, pretendemos levar o aluno a reconhecer movimento entre a estabilidade e a plasticidade linguística, sobre as quais se assentam os discursos tipificados e suas subversões. As nossas investigações que se tecem nesse movimento, voltam-se para a constituição dos planos enunciativos, dos discursos tipificados, das tipologias textuais, observados no processo de ensino da produção textual. Toda problemática em torno dessa questão, destacando-se a noção da criatividade, será reconfigurada nesse quadro que prioriza o processo de linguagem.

A hipótese sobre a qual trabalhamos, seguindo a TOPE, estabelece um lugarinvariante, gerador dos discursos, anterior às estabilidades discursivas. É nesse lugar que o ensino da produção textual deve apoiar-se para promover o desenvolvimento linguístico-cognitivo, explorando estratégias linguísticas que levem o aluno, enquanto sujeito, a centrar-se e descentrar-se no exercício dialógico (REZENDE, 2008).

No ensino de produção de texto, objetivamos observar as relações fronteiriças entre produções que se adequam aos modelos linguísticos mais estabilizados, e validados academicamente, e produções que se distanciam desses modelos, de modo que se possa ver o movimento gerador dessas produções.

Análise: uma amostra

Para exemplificar nossa proposta, apresentamos dois textos, no exemplo 1, uma poesia de Chico Buarque¹, compositor reconhecido academicamente, e, no exemplo 2, uma produção de aluno de ensino médio, com avaliação aquém da média.Exemplo 1:

Pedro Pedreiro
(Chico Buarque)

Pedro pedreiro penseiro esperando o trem
Manhã, parece, carece de esperar também
Para o bem de quem tem bem
De quem não tem vintém
Pedro pedreiro fica assim pensando
Assim pensando o tempo passa
E a gente vai ficando pra trás
Esperando, esperando, esperando
Esperando o sol
Esperando o trem
Esperando o aumento
Desde o ano passado
Para o mês que vem

¹ Conferir Buarque (1995).

Pedro pedreiro penseiro esperando o trem
Manhã, parece, carece de esperar também
Para o bem de quem tem bem
De quem não tem vintém
Pedro pedreiro espera o carnaval
E a sorte grande no bilhete pela federal
Todo mês
Esperando, esperando, esperando
Esperando o sol
Esperando o trem
Esperando aumento
Para o mês que vem
Esperando a festa
Esperando a sorte
E a mulher de Pedro
Está esperando um filho
Pra esperar também

Pedro pedreiro penseiro esperando o trem
Manhã, parece, carece de esperar também
Para o bem de quem tem bem
De quem não tem vintém
Pedro pedreiro está esperando a morte
Ou esperando o dia de voltar pro Norte
Pedro não sabe mas talvez no fundo
Espera alguma coisa mais linda que o mundo
Maior do que o mar
Mas pra que sonhar
Se dá o desespero de esperar demais
Pedro pedreiro quer voltar atrás
Quer ser pedreiro pobre e nada mais
Sem ficar esperando, esperando, esperando
Esperando o sol
Esperando o trem
Esperando o aumento para o mês que vem
Esperando um filho pra esperar também
Esperando a festa
Esperando a sorte
Esperando a morte

Esperando o norte
Esperando o dia de esperar ninguém
Esperando enfim nada mais além
Da esperança aflita, bendita, infinita
Do apito do trem

Pedro pedreiro pedreiro esperando
Pedro pedreiro pedreiro esperando
Pedro pedreiro pedreiro esperando o trem
Que já vem, que já vem, que já vem (etc.)

No texto acima, o sujeito enunciativo <eu> instaura um <ele = **Pedro pedreiro**>, que é, inicialmente, tematizado enquanto <**Pedro**>, e, em seguida, qualificado, como <**pedreiro**>. Essa tematização <**Pedro pedreiro**> (identificada como funcionamento compacto) chama por outras pré-construídas, <**Pedro pedreiro é pobre**>, <**Pedro pedreiro pobre pensa, é pensamento**>, <**Pedro espera o trem**>, <**Pedro pedreiro pensamento, enquanto espera o trem, espera a sorte, espera ganhar na loteria, espera poder voltar para o Norte**>. Ao mesmo tempo que se tematiza <**Pedro pedreiro**>, atribuindo-lhe propriedades, há um movimento de discretização quando se finge singularizar <**Esse Pedro**> por meio de suas ações e processos <**aquele que espera o trem**>. Paralelamente a esses movimentos, há um outro que se amplia em direção aos <**Pedros pedreiros <que o como esse Pedro pedreiro> são pobres, esperam o trem, são pensamentos, sonham com a sorte**>. Há, assim, um movimento que se alterna entre o tema <**Pedro**>, sua singularidade <**Esse Pedro que espera o trem**> e o seu plural <**a classe de Pedro**>, e essa alternância constitui-se pelo jogo entre as marcas compactas, discretas e densas. É possível observar nesse jogo, o predomínio do funcionamento denso, pois as ações e processos não caminham para um desfecho, não se singularizam, temos assim <**Pedro esperando, esperando, esperando o trem que já vem, que já vem ...**>. No entanto, no final, recorre-se mais uma vez à discretização em <**Pedro pedreiro pedreiro**> onde se lê <**esse Pedro pedreiro, assim como os outros Pedros pedreiros, esperou mudar sua sorte, mas continuou como pedreiro**>.

Essa amostra de análise possibilita-nos indicar as seguintes invariantes em relação, sobre as quais o texto foi gerado:

<Há um dado Pedro>;

<Pedro ser pedreiro>;

<pedreiro ser pobre>;

<Pedro ser pedreiro ser pobre> faz que <Pedro querer ser não-pedreiro, não pobre>;

<Pedro querer ser não-pedreiro, não-pobre> implica <Pedro tentar tornar-se não-pedreiro, não-pobre>;

<Pedro tentar tornar-se não-pedreiro, não-pobre> não implica necessariamente <Pedro tornar-se não-pedreiro, não-pobre>;

<Pedro tentar tornar-se não-pedreiro, não-pobre> não faz que <Pedro conseguir>;

<Pedro não conseguir> faz que <Pedro querer deixar de tentar tornar-se não-pedreiro, não pobre>;

<Pedro pedreiro mantém-se pedreiro>

Verificamos, pelas invariâncias, que o texto representa um lugar estereotipado, portanto poderíamos desqualificá-lo, tratando-se de um lugar comum. Porém, o diferencial do texto está na forma como o autor organiza o seu dizer, explorando as formas de qualificações e quantificações, ressaltando a rotina dos **<Pedros Pedreiros>**. Embora parta de **<um certo Pedro pedreiro>**, aparentemente discretizado, é de uma classe que vai falar, e, por isso ressaltam-se as marcas densas, responsáveis pelo sentido de rotina.

Feito esse recorte de análise, passamos a observar a produção de texto de um aluno de ensino médio, com avaliação aquém da média. Dos vários pontos que possam justificar tal avaliação, consideramos a questão do “lugar comum” como a problemática presente neste texto. Será sob essa ótica que desenvolveremos nossas discussões.

Exemplo 2

Tal produção fez-se em resposta a um exercício que propunha a elaboração de uma narrativa, cuja temática deveria basear-se em uma possível moral a ser extraída da leitura da fábula “*A reunião geral dos ratos*”².

Segue abaixo a produção do aluno, fiel ao original.

Título: Loteria (sabedoria/falta de sabedoria)

Em uma pequena cidade, morava um menino pobre chamado João, ele sempre teve uma vida difícil até que uma coisa incrível lhe aconteceu.

Desde pequeno a pobre criança passou por dificuldades, ele não teve uma boa escolarização, seus pais não lhe davam atenção e ele começou a trabalhar muito jovem.

Com quatorze anos foi procurar emprego em uma fábrica de refrigerante para ajudar a família com as despesas, esse trabalho era difícil, pois tinha péssimas condições de trabalho, entre outras coisas.

Aos dezoito anos João encontrou uma oferta de emprego em um posto de gasolina, aceitou-a sem nem pensar direito, foi correndo para o posto e começou a trabalhar na mesma hora e só saiu depois de dez anos.

² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/A_Reunião_Geral_dos_Ratos>. Relata que uma vez os ratos, que viviam com medo de um gato, resolveram fazer uma reunião para encontrar um jeito de acabar com aquele transtorno. Muitos planos foram discutidos e abandonados. No fim, um rato jovem levantou-se e deu a idéia de pendurar uma sineta no pescoço do gato; assim, sempre que o gato chegasse perto eles ouviriam a sineta e poderiam fugir correndo. Todo mundo bateu palmas, o problema estava resolvido. Vendo aquilo, um rato velho que tinha ficado o tempo todo calado levantou-se de seu canto e falou que o plano era muito inteligente, que com toda certeza as preocupações deles tinham chegado ao fim. Só faltava uma coisa: quem iria pendurar a sineta no pescoço do gato?

Moral: *Falar é uma coisa, fazer é outra.*

João tinha disposição para trabalhar por mais dez anos, mas um dia ele se sentiu com sorte e decidiu gastar o dinheiro que tinha na carteira em uma loteria.

Na semana seguinte ele recebeu o recado que tinha ganhado mais de trinta milhões de reais, então ele foi até a lotérica e retirou o prêmio.

Com todo aquele dinheiro comprou uma casa no litoral do Brasil, um carro potente e foi tirar férias em uma ilha paradisíaca.

Com o passar do tempo João parou de lavar roupas ele comprava novas todos os dias, assim ele gastava dinheiro com gasolina, multas e outras coisas, até parou de pagar alguns impostos.

Hoje João tem sessenta e cinco anos, vive na mesma cidade pequena, não tem um carro potente, roupas de marca, muito menos uma mansão nas praias do Brasil, e nem pensa em tirar férias em ilhas paradisíacas. João mora em uma casa simples e trabalha no mesmo posto de gasolina que trabalhou por dez anos. E foi por conta dessa falta de sabedoria e bom cenço que vive nas mesmas dificuldades que quando criança.

Diante da produção do aluno, colocamo-nos na posição de avaliador e observamos esse texto relacionando-o, primeiramente, com o texto *Pedro Pedreiro*, e, em seguida, com a fábula apresentada pelo exercício. No primeiro caso, a aproximação foi proposta tendo em vista mostrar que os dois textos pautam-se por “lugares comuns”, e então, essa justificativa não seria suficiente para desqualificar o texto do aluno, como, em geral, ocorre em uma avaliação tradicional. No segundo caso, em relação à fábula, a nossa intenção é ressaltar que o aluno procurou reproduzir em seu texto a estratégia discursiva que ele reconheceu como característica da fábula, e, nesse caso, tal mecanismo deveria ser considerado como um caminho válido explorado pelo aluno.

Pretendemos, dessa forma, mostrar a complexidade do processo de avaliação, que, quando pautada pelos parâmetros das estabilidades, ignora as possíveis leituras que o aluno traz para o

seu texto, fruto da relação estabelecida com o texto apresentado como motivador do diálogo, neste caso, a fábula, como também da relação com todos os outros a que ele pode recorrer dentre seu repertório linguístico-experiencial. Trata-se da criatividade do aluno, que não deve ser entendida como originalidade, no sentido de genialidade, mas no sentido de uma construção que traz impressa a leitura desse sujeito em causa. E é essa criatividade que interessa no trabalho de avaliação, concebido com o objetivo de se explorar a regulação entre interlocutores, visando a sua melhor adequação à situação de enunciação instaurada. Tal postura difere tanto de um “vale tudo”, como de uma proposta que vise à atribuição de conceitos positivos ou negativos, tendo em vista salvaguardar os valores preestabelecidos das tipologias textuais.

Pedro Pedreiro & loteria (sabedoria/falta de sabedoria)

Se olharmos para o texto *Pedro Pedreiro*, vemos que a sua temática constitui-se por um “lugar comum”, e, no entanto, é exatamente esse lugar estereotipado que o autor quer ressaltar, destacando-o por meio da organização linguístico-discursiva construída. Observamos, assim, que nem sempre os lugares estereotipados constituem-se como problemas, tal como se indica no ensino.

Se observarmos as invariantes geradoras do texto do aluno, podemos identificá-las, em grande parte, com aquelas descritas acima, do texto *Pedro Pedreiro*, com a diferença no desfecho, onde há o predomínio da discretização, ainda mesmo na parte final, quando se tenta reproduzir a construção de uma moral, porém singularizada. Assim, temos:

<João pobre tentar tornar-se não-pobre> e <João conseguir tornar-se não-pobre>;

<João conseguir tornar-se não-pobre> não implica <João ser definitivamente não-pobre>;

<João não-pobre não ter sabedoria> faz <João não-pobre tornar-se novamente João pobre>

Essa aproximação entre as relações invariantes leva-nos a observar que o texto do aluno, assim como o primeiro *Pedro Pedreiro*, mantém-se no mesmo lugar estereotipado, porém, diferentemente do primeiro, é desqualificado por tal. O aluno, pelas marcas léxico-gramaticais, discretiza <João>, porém essa discretização discursiva não se consolida ao longo da narrativa, uma vez que <João> é apresentado a partir de lugares comuns, pré-construídos. É como se o leitor já soubesse o que seria dito sobre ele, o que descaracteriza o ponto forte da narrativa. À medida que <João> não se discretiza, não há expectativa sobre <esse João>, os fatos não convencem. Trata-se mais de um exemplo sobre <Joões pobres>, para reafirmar uma verdade geral que o aluno quer apresentar sobre <Joões pobres que não tem sabedoria>. A estratégia do aluno é discretizar uma verdade geral, que ele defende, e busca consolidá-la por meio de uma particularização.

Fábula & loteria (sabedoria/falta de sabedoria)

Apesar das inadequações apontadas, se considerarmos o exercício proposto, podemos observar que o aluno está na emergência de compreender a instanciação discursiva em jogo, ainda que não o tenha feito de forma satisfatória. Aproximou-se, então, da organização léxico-gramatical ou do plano enunciativo característico de uma fábula, considerando que esse gênero textual faz-se na relação entre os funcionamentos discreto e denso. O primeiro, em geral, presente na narrativa, e o segundo, em geral, presente na moral. Na narrativa, as noções apresentam-se discretizadas, as ações e os processos que se encadeiam caminham para um final; as relações espaço-temporais e aspectuais podem ser identificadas; por exemplo: <Há os ratos que viviam com medo de um gato>, <Há um gato>, <Há os ratos que fizeram uma reunião>, <Há a reunião>, <O problema estava resolvido> etc. O conjunto de marcas densas, por sua vez, apresenta-se na Moral <Falar é uma coisa, fazer é outra>, onde ocorre a qualificação das noções em relação <falar-fazer>, porém essas não se discretizam. As ações e processos instalam-se no eixo das possibilidades e não há a instauração de espaços e tempos demarcados.

Essas marcas em concorrência possibilitam-nos afirmar que esse texto caracteriza-se por um movimento que se alterna entre noções singulares e plurais. Há dois planos enunciativos, o primeiro, aquele pelo qual se discretiza, e o segundo, aquele pelo qual se generaliza.

Estabelecidos esse dois planos, temos de considerá-los em relação, quando articulamos a narrativa com a moral. Delineia-se, agora, um terceiro plano, pelo qual podemos verificar um movimento entre noções *discretas-densas* na narrativa e *densas-compactas* na moral. Assim, no primeiro caso, observamos que as noções discretizadas <um rato jovem deu a idéia>, <um rato velho falou> passam a ser vistas como possivelmente ampliadas para uma classe <os ratos jovens que sempre dão idéia, mas não são sábios>, <os ratos velhos que sempre são sábios e deixam ver a falta de sabedoria dos jovens>. Essas noções válidas para uma classe, uma vez generalizadas operam como sustentação ou argumentação para a tese defendida, que se amplia ainda mais, valendo como uma verdade geral. Trata-se, neste caso, da tese apresentada na moral, onde se articulam as noções densas e compactas, tais como, <falar é uma coisa e fazer é outra>, tese válida para qualquer situação em que possa haver relação entre <falar e fazer> .

Em síntese, por meio da análise apresentada, constatamos que o texto compõe-se por uma conjunção de planos, que se instauram pelo funcionamento discreto-denso, na narrativa, e denso-compacto, na moral, considerando que o texto parte de noções discretas, particularizadas, para, então, ampliar essas particularidades, generalizando as predicções instauradas, e apresentar, ao final, uma tese ou verdade geral.

Entendemos que o processo criativo está nessa conjunção de planos responsável por gerar um texto, pode-se dizer, argumentativo, embora se apresente sob a estrutura narrativa.

Na produção de texto, o aluno parte do funcionamento denso, ou de uma verdade geral sobre sabedoria <Loteria (sabedoria/falta de sabedoria)>, para, em seguida, discretizá-la, no caso de <João>. Temos, então, <Aqueles que não tem saber, permanecem nos mesmos lugares e isso se aplicou a João>.

Conforme dissemos acima, o aluno trabalhou com a estratégia característica da fábula, demonstrando que está na emergência da compreensão do jogo dialógico em causa. Reafirmamos, pois, que tais dados devam ser o ponto de partida para o trabalho com a produção textual no ensino.

Considerações finais

As observações que fizemos sobre essa produção textual objetivam mostrar que a prática que defendemos para o ensino da produção textual pretende levar o aluno a trabalhar sobre o seu processo criativo avaliando e reavaliando as suas estratégias discursivas, tendo em vista sustentar o diálogo proposto. O aluno constrói sua estratégia discursiva e é sobre essa estratégia que o professor deve se instalar para discutir a adequação ou inadequação desse mecanismo frente à modalidade solicitada, nesse caso, a narrativa. Julgamos que dessa forma é possível refinar o desenvolvimento linguístico-cognitivo do aluno, tal como vimos sustentando.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, C. Pedro Pedreiro. Chico Buarque [Compositor]. In: _____. **Chico Buarque de Hollanda**. São Paulo: RGE, p1995. 1 CD (30 min). Faixa 6 (2 min 35 s). Letra disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/letras/pedroped_65.htm>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation: operations et representations**. v.1. Paris: Ophrys, 1990.

REZENDE, L. M. A atividade epilinguística e o ensino de língua portuguesa. **Revista do GEL**, São José do Rio Preto, v.5, n.1, p. 95-108, 2008. Disponível em: <http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/5/RG_V5N1_06.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Léxico e gramática:** aproximação de problemas linguísticos com educacionais. 2000. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

LES MODAUX DE L'ANGLAIS: DE LA RECHERCHE A L'ENSEIGNEMENT

Lionel DUFAYE

Introduction

Cet article s'intéresse au problème de l'enseignement de la grammaire d'une langue étrangère en prenant comme illustration le cas du paradigme des auxiliaires de modalité de l'anglais enseigné à des locuteurs francophones. Comme pour tout enseignement, l'approche se détermine par des finalités pédagogiques, qui diffèrent selon qu'on se situe dans le cadre d'un enseignement universitaire ou pré-universitaire ; selon qu'on intervient en premier cycle universitaire, qui vise le renforcement des acquis¹, ou en cycle recherche, qui s'intéresse plus au pourquoi qu'au comment. En tout état de cause, la conception d'un cours, qu'il s'agisse des modaux ou d'autres points de grammaire, interroge de fait la relation de la recherche et de son application à l'enseignement. Indirectement, c'est la question de la distinction entre "grammaire" et "linguistique" qui se pose. Ainsi, nous commencerons par aborder ces deux points, avant de considérer la façon dont la théorie peut venir en appui de l'élaboration d'un cours visant l'acquisition.

¹ En France les élèves suivent des cours d'anglais depuis l'âge de 12-14 ans jusqu'à leur entrée à l'université, on considère donc qu'en début de licence ils possèdent des acquis généraux en langue anglaise.

L'enseignement grammatical en Licence

Le terrain de réflexion sera celui de l'enseignement de la grammaire/linguistique au niveau Licence en France (voir note en bas de page 2), en restant volontairement imprécis dans un premier temps sur les distinctions de L1 à L3 dont les contenus peuvent d'ailleurs varier d'une université à une autre en fonction des maquettes d'enseignement. La question qui se pose d'emblée est : que cherche-t-on à faire dans un cours de grammaire/linguistique à ce niveau ? On est à la fois dans un niveau post-baccalauréat (le diplôme français autorisant l'accès à l'enseignement supérieur), où les connaissances grammaticales sont censées faire l'objet d'un renforcement plus que d'une véritable acquisition ; et à un niveau pré-Master, de sorte que l'on ne peut pas attendre des étudiants une maîtrise des concepts techniques qui interviennent au stade de la recherche. Concernant la compétence grammaticale, on schématisera en considérant que l'on travaille en deux temps : d'abord un **rebrassage des acquis**, puis un **raffinement de la compétence grammaticale**.

Par ailleurs, dans la mesure où un cursus d'angliciste ne saurait se résumer à un simple renforcement de l'aptitude grammaticale, on peut reconnaître à ces deux premiers objectifs, une dimension méthodologique parallèle :

Introduction d'une métalangue avec laquelle les étudiants vont devoir se familiariser, et qui doit éventuellement leur permettre de se préparer à l'optique de la recherche.

Une prise de conscience que **chaque langue est un système spécifique et cohérent**, et qu'il existe une forme de rationalité derrière le foisonnement en apparence désorganisé des phénomènes langagiers.

Autrement dit, le niveau Licence peut se concevoir comme une phase transitionnelle où l'explication métalinguistique vient progressivement renforcer la description des règles grammaticales. Avant d'approfondir la question de l'articulation entre grammaire et linguistique, on peut cependant s'arrêter un instant sur le problème de la langue elle-même.

Le corpus grammatical

Si l'on choisit d'appréhender les faits selon une approche énonciative, la grammaire ne peut être une grammaire de la compétence idéalisée, comme cela a été le cas pour d'autres approches à d'autres époques. On doit viser une grammaire de la compétence effective, avec tous les problèmes de constitution et de vérification de corpus que cela implique². Par exemple, un énoncé comme :

Il a appelé après que tu sois parti.

est aussi valide, si ce n'est plus, qu'un énoncé comme :

Il a appelé après que tu es parti.

qui est de moins en moins relevé en performance, bien que conforme aux prescriptions académiques³. Si la linguistique doit pouvoir rendre compte de ce type d'évolution il est évident qu'elle doit être pleinement intégrée à la grammaire de la langue. Et néanmoins on ne peut pas non plus intégrer n'importe quelle forme dans un cours de grammaire au prétexte qu'il s'agit d'une forme générée par les locuteurs natifs. Ainsi, des cas de double modaux (BOURDEL, 1997), même aussi répertoriés que *might could*, seront certainement exclus d'un cours de Licence, d'autant plus qu'on cherche à ce que les étudiants évitent des calques de double auxiliaires comme en français *Il devrait pouvoir le faire* / **He should can do it*. Autrement dit, l'objectif de la compétence grammaticale du niveau Licence impose de fait des restrictions normatives sur la grammaire. Ce n'est sans doute qu'au niveau Master que l'introduction de données non standard peut venir compléter le registre de reconnaissance grammaticale des étudiants. On va ainsi voir en Licence une évolution depuis la recherche d'une compétence grammaticale standard jusqu'à une théorisation linguistique qui va autoriser une complexification progressive du fond empirique. Il convient cependant de revenir sur la distinc-

² Pour une discussion de fond sur cette question, voir notamment Rudy Look (2012), qui offre une synthèse intéressante des différents points de vue.

³ Pour un ordre de comparaison cf. chiffres Google (octobre 2012).

"après que tu sois parti" (Google = 30 000)

"après que tu es parti" (Google = 72)

tion entre *grammaire* et *linguistique*, distinction souvent plus tacite que formelle.

Grammaire et linguistique

Distinguer grammaire de linguistique pose des complications dès lors qu'on cherche à délimiter ces deux champs avec un peu de précision. On peut néanmoins, à titre de repère, reconnaître pour la grammaire une tendance plus descriptive et moins théorisante que pour la linguistique, même s'il y a nécessairement une porosité entre ces deux approches de la langue. Sans doute faut-il commencer par noter que l'étiquetage "linguistique" dans les cursus universitaire permet au minimum de poser une rupture vis-à-vis du terme "grammaire", qui évoque une discipline ancrée dans la tradition scolaire, souvent avec une connotation normative, et de suggérer une garantie scientifique qui fait défaut à la grammaire normative. Toutefois, présenter la linguistique comme une grammaire plus élaborée nécessite des précisions. D'autant plus que si l'on part d'une définition telle que celle proposée par Antoine Culioli, selon qui "[...] la linguistique a pour objet l'activité de langage appréhendés à travers la diversité des langues naturelles" (CULIOLI, 1990, p.14), parler de linguistique dans le cadre de l'étude d'un système de langue isolé ne se présente pas comme une évidence. Au demeurant, sans doute peut-on, dans un sens plus lâche, considérer que l'on s'inscrit dans une perspective linguistique dès lors l'on recourt à des modes d'analyse susceptibles d'être applicables de manière trans-langagière, là où la grammaire se préoccupe des spécificités de chaque langue indépendamment de toute implication sur le langage. Une autre façon de schématiser à gros traits cette distinction serait de considérer que la grammaire occupe le terrain du *comment*, là où la linguistique occupe le terrain du *pourquoi*. Autrement dit, on peut partir de l'idée qu'on a d'un côté la description des règles de bonne formation et de l'autre un discours portant sur ces règles, de sorte que la linguistique se présente comme un métadiscours sur la gram-

maire, voire comme un métadiscours sur *les* grammaires. Il ne s'agit ainsi pas de renier à la grammaire une dimension explicative, mais de considérer que ses modes d'explication passent par des stratégies pré-théoriques. On doit en effet reconnaître que la grammaire, même en Licence, emprunte nécessairement des biais " pré-linguistiques ", qui peuvent intervenir simultanément dans le processus d'apprentissage :

- Règles de distribution
 - Traduction et paraphrase
 - Explication pragmatique et contextuelle
- Citons ainsi quelques exemples:

Les règles formelles

Les règles sont généralement le premier type d'indications formelles fournies sur le fonctionnement grammatical. Par exemple, la réalisation phonétique pleine ou faible des modaux, leurs formes négatives clitiques, l'absence de *-s* à la 3^e personne, l'absence de forme en *-ing*, etc. On reconnaît le type d'informations et d'instructions présentes dans n'importe quelle grammaire classique (voir par exemple les entrées 103-105) (MALAVIEILLE; ROTGE, 2008), et nécessaire à un stade ou à un autre de l'acquisition. Cela concerne toutes les contraintes formelles telles que les accords de genre et de nombre, les déclinaisons, les conjugaisons, les formes irrégulières... et bien sûr les exceptions qui, comme le veut l'adage, auront pour vertu de confirmer la règle.

Traduction inter-linguistique

Là encore, la consultation d'une grammaire française standard telle que celle de Berland-Delépine (2000) révèle immédiatement dans quelle proportion la traduction peut participer de la stratégie d'assimilation. Si en soi la traduction ne saurait tenir lieu d'explication, on constate néanmoins que dans certains cas elle se présente comme un appui utile de l'explication. Par exemple, une traduction telle que :

*I **may** be stupid, **but** I know when you're lying.*
*Je suis **peut-être** stupide, **n'empêche que** je sais quand tu me mens.*

Jette un éclairage révélateur sur le principe argumentatif des énoncés concessifs qui veut que la vérité de première proposition, contrairement à ce que l'on pourrait penser, ne bloque pas la vérité de la seconde proposition. On peut alors récupérer la traduction pour sa valeur métalinguistique :

La vérité de la proposition 1 **n'empêche pas** la vérité de la proposition 2.

En outre, on peut passer par le biais de la traduction, qui dans certains cas permet d'introduire des nuances métalinguistiques :

*It may rain > Il se **peut** qu'il pleuve.*

*It can rain even in August in this part of the island > Il **peut pleuvoir** même en août dans cette partie de l'île.*

Un cas tel que celui-ci peut ainsi être l'occasion de se lancer dans un commentaire sur le positionnement *de re* (il pleut pleuvoir) ou *de dicto* (il se pleut qu'il pleuve...) de la modalité et sur ce que cela implique. Dans d'autres cas, on le sait, la traduction est impuissante à rendre compte de certaines nuances :

*Elephants **can/may** be dangerous > Les éléphants peuvent être dangereux.*

Traduction intra-linguistique (paraphrase)

L'autre forme de " traduction paraphrastique " est la reformulation dans la langue seconde:

*You may leave the table. > **I allow you** to leave the table.*

*You can leave the table. > **You are allowed** to leave the room.*

Du reste, cette technique est problématique notamment dans les phases introductives des phénomènes, puisqu'elle réclame déjà une certaine maîtrise de la langue seconde.

Pragmatisation et contextualisation

La pragmatique et la contextualisation sont sans doute les formes d'explication pré-théoriques les plus constructives avant l'étape linguistique dans la maîtrise des subtilités entre marqueurs. Elles fournissent en quelque sorte un mode d'emploi qui permet d'acquérir une certaine autonomie dans la sélection de la forme correcte. Par exemple, on pourra distinguer :

*Elephants **can** be dangerous.*

*Elephants **may** be dangerous.*

En expliquant que si je veux exprimer une caractéristique générique des éléphants j'emploierai plutôt le premier énoncé, alors que si j'envisage une situationnalisation, par exemple parce que je veux exprimer une mise en garde dans l'optique d'une mise en situation, potentielle ou fictive, j'emploierai plutôt le second énoncé . Ce genre de pragmatisation peut alors être appuyé par une contextualisation :

*An elephant **can** be dangerous.*

*An elephant **may** be dangerous.*

*An elephant **may** be dangerous **if you attack it.***

D'une certaine manière, ces différents modes de présentation de la langue sont sans doute suffisants pour atteindre le niveau de compétence grammaticale souhaitable pour un étudiant de Licence. Toutefois, cette logique implique que l'on sélectionne des contextes suffisamment représentatifs, en espérant que par induction l'apprenant sera à même d'apparier la bonne forme à une nouvelle contextualisation. De plus, la contextualisation laisse libre cours à la surinterprétation. Prenons ainsi le cas suivant, tiré de la grammaire du Bescherelle :

“May I borrow your car? *Puis-je t'emprunter ta voiture?*

Can I borrow your car? *Je peux t'emprunter ta voiture?*

En anglais contemporain, *may* n'est pas considéré comme plus poli que *can*.

C'était le cas autrefois. *May* est simplement plus formel que *can*.” (MALAVIEILLE; ROTGE, 2008, entrée 118).

On note que si on s'en tient à cette logique, on en vient à conclure l'énoncé suivant serait plus " formel " alors qu'il est tout simplement mal construit :

**May you borrow his car?*

Les instructions pragmatiques livrées ici fournissent ainsi des indications intéressantes, mais qui ne permettent pas une généralisation correcte. De ce point de vue, la linguistique, qui fonctionne plus en compréhension qu'en extension, est censée fournir un outil moins couteux dans ses explications et plus généralisable dans ses applications. Par ailleurs, avec la contextualisation, les données sont organisées de manière plus ou moins arbitraire, et non selon une logique théorique prédéfinie, et il n'y a par ailleurs aucun rapport direct avec le projet large de la linguistique : i.e. la description d'une langue en tant que système. Or, c'est bien cette dimension que la " linguistique ", en tant que composante d'enseignement, a pour but d'atteindre. Avant de revenir sur la conception formelle du paradigme modal et sur la manière dont cette formalisation permet de ré-organiser notre regard grammatical, nous nous arrêterons sur un exemple de grammaire classique afin de comprendre en quoi les stratégies de ces grammaires nécessitent une refonte des données pour faire l'objet d'une approche linguistique à part entière.

Du théorique à l'enseignement – Un exemple de grammaire classique

A titre d'illustration, on peut partir d'un chapitre de grammaire classique traitant de ce point: *Bescherelle anglais - la grammaire*⁴ (MALAVIEILLE; ROTGE, 2008). Le chapitre propose une approche composite, qui convoque des dimensions énonciative, scalaire, notionnelle-fonctionnelle, ou encore des distinctions tirées de la scholastique (i.e. modalités du sujet = *de re* vs. modalités de l'événement = *de dicto*). Ainsi, l'entrée 110 est introduite par le titre

⁴ La raison pour laquelle je retiens cette grammaire est qu'il s'agit du manuel de référence utilisé par les enseignants de L1 et L2 de mon université.

“ La capacité, propriété du sujet ”. Mais si cette dimension théorique est évoquée pour commenter la valeur de capacité de CAN, elle ne fait pas l'objet d'un contraste avec les emplois épistémiques (i.e. modalité de l'événement). Un autre aspect descriptif concerne le degré de certitude des modaux (voir entrée 106) si cette scalarité peut s'avérer utile à l'intuition à un stade donné de l'acquisition, on note là encore que cette propriété, isolée des autres emplois, est essentiellement appliquée aux emplois épistémiques. Il n'y a pas de lien explicite entre le ressenti scalaire (plus ou moins probable) et les propriétés du même modal dans des valeurs non-épistémiques (eg. plus ou moins obligatoire...). De même pour la dimension de la prise en charge énonciative, illustrée notamment à l'entrée 136 pour distinguer MUST et HAVE.

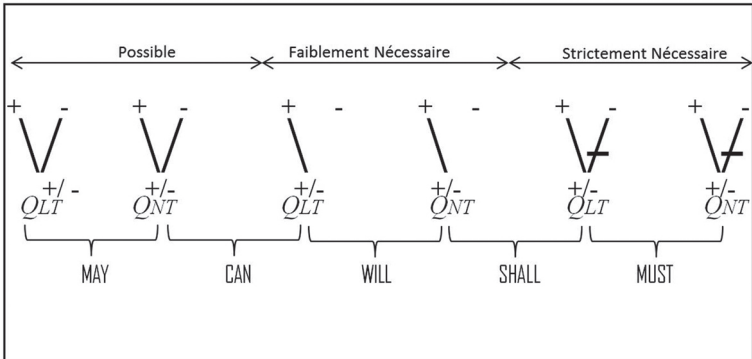
Cette dimension est évoquée mais ne fait pas l'objet d'un recouplement transversal sur l'ensemble du paradigme. On peut dire de ce point de vue que l'approche notionnelle-fonctionnelle (i.e. quel marqueur pour quelle valeur/fonction ?) est prépondérante : “ degrés de certitude ” (entrée 106), “ autorisation ” (entrée 118), “ obligation et conseil ” (entrée 116), “ capacité ” (entrée 110), etc. sont autant de titres de paragraphes. Ainsi, on retrouve l'approche pragmatique et contextuelle mentionnée plus haut à propos de la phase a-théorique de l'acquisition. Or, cette présentation grammaticale, utile une fois encore à un stade d'acquisition/renforcement, peut présenter un double défaut : d'une part, elle n'offre pas les conditions d'une transition vers la recherche, et d'autre part, elle a une tendance à l'éclatement et à la juxtaposition des valeurs plutôt qu'à une présentation articulée et cohésive du paradigme. Cela étant dit, dans quelle mesure peut-on néanmoins espérer proposer une feuille de route qui se fonderait sur un plan formel sans pour autant rendre la présentation inutilement théorique pour des étudiants en phase de renforcement grammatical?

La mise en place d'une feuille de route

Au niveau recherche, on pourrait décrire l'analyse des modaux comme une démarche motivée par une théorie de l'invariance de

chaque marqueur et de la cohérence du paradigme modal. Cette recherche d'opérations formelles (cf. les formes schématiques) et la façon dont elles s'articulent pour former un système n'est d'aucun intérêt en tant que telle dans l'optique d'une consolidation des compétences grammaticales. On peut pourtant estimer que la formalisation offre une prise de recul sur le paradigme, mais cette prise de recul, qui profite au linguiste, est trop abstraite pour être livrée en l'état aux étudiants. Aussi cela pose la question de la manière dont on va exploiter cette compétence métalinguistique complexe en vue de rendre l'approche grammaticale plus pédagogique et plus performante. Sans doute faut-il avant tout que le linguistique ait une perspective théorique claire et stable du paradigme ; toute les zones de flottement se répercutent, on le sait, sur la mise en place d'un cours, par le biais de sous-règles ou d'emplois exceptionnels qu'on ne sait pas où ranger. Pour les modaux, le paradigme théorique auquel a abouti la TOE, suite à la continuité des travaux de Culioli (1985), Gilbert (1987), Deschamps (1999) et Dufaye (2001), est le suivant (où QNT se lit " quantité ", et QLT se lit " qualité ") :

Figure 1 – Continuum des operations modales



Source: Dufaye (2001, p.36).

Il n'est pas envisageable d'expliquer le détail de cette schématisation en quelques lignes⁵. Mais on peut noter quelques principes importants. Pour commencer, les différents modaux sont agencés en fonction de critères formels définis, et non selon une intuition ou un ressenti. A ce propos, on peut comparer l'agencement des modaux avec celui proposé dans le *Bescherelle*, qui répond à une logique différente, probablement de type : *possible / nécessaire/ avenir*.

Entrée 102 du *Bescherelle de la grammaire anglaise*:

Tableau 1 – Organisation intuitive du continuum modal

Présent	may	can	must	shall	will
Prétérit	might	could	X	should	would

Source: Malavieille et Rotge (2008).

Les deux logiques peuvent évidemment se défendre, mais l'agencement selon des paramètres explicites offre sans doute une garantie supplémentaire pour la cohérence de l'articulation des marqueurs et de leurs valeurs.

Par ailleurs, suite à Culioli (1985), la scalarité peut s'appréhender selon 3 zones :

– le possible (qui comporte deux scénarios possibles: positif et négatif).

– le (faiblement) nécessaire (qui comporte un seul scénario possible du fait de *l'inexistence* du scénario inverse).

– le (strictement) nécessaire (qui comporte un seul scénario possible du fait du *rejet* du scénario inverse).

Autrement dit, le ressenti de scalarité est là encore organisé selon des critères prédéfinis, qui s'appliqueront autant aux emplois épistémiques qu'aux emplois dits " radicaux ", même si ce dernier terme est loin d'avoir un sens bien clair.

On note également que le paramètre subjectif, qui est une donnée primordiale pour les modaux, n'apparaît pas explicite-

⁵ Pour une présentation détaillée, voir notamment Deschamps et Dufaye (2009).

ment. Il est en réalité déductible des opérations QLT (qualitatives) qui impliquent une bifurcation : la prise en compte de l'altérité QLT (qualitative) va de pair avec la pondération subjective. Ainsi : MAY / SHALL / MUST sont tous les trois les modaux où l'énonciateur se signale à l'origine de la prise en charge de la modalité:

MAY / SHALL / MUST : So : validation

CAN / WILL / HAVE TO : So : validation

Enfin, contrairement au principe habituel de l'invariance, il n'y a pas dans ce modèle un rapport bijectif : un marqueur \Leftrightarrow une opération, mais une relation un marqueur \Leftrightarrow deux opérations, de telle sorte qu'une des deux opérations est partagée par au moins un autre marqueur, ce qui permet de proposer une explication pour les cas de recouvrement synonymique :

MAY-CAN : *Elephants can / may be dangerous*

CAN-WILL : *This tent can/will sleep up to 4 people.*

WILL-SHALL : *I will/shall ('ll) do it on time.*

SHALL-MUST : *You shall/must do as you're told.*

Autrement dit, cela répond aux 4 critères fondamentaux mis en avant pour définir le concept de " forme schématique " dans Dufaye (2009):

Tableau 2 – Critères de bonne formation d'une forme schématique

<p>1. Critère d'extensionnalité (<i>invariant</i> \Leftrightarrow <i>valeurs</i>)</p> <p>La forme schématique est compatible avec tous les emplois du marqueur qu'elle décrit.</p>
<p>2. Critère d'intensionnalité (<i>invariant</i> \Leftrightarrow <i>valeurs</i>)</p> <p>La forme schématique ne fait pas intervenir plus de composantes qu'il n'est nécessaire pour remplir le critère précédent (i.e. il s'agit de restreindre le nombre de composantes au strict minimum).</p>
<p>3. Critère d'oppositivité (<i>marqueur 1</i> \Leftrightarrow <i>marqueur 2</i>)</p> <p>La forme schématique d'un marqueur se distingue d'une composante au moins des autres marqueurs du même paradigme.</p>

4. Critère de **solidarité** (*marqueur 1* ⇔ *marqueur 2*)

La forme schématique d'un marqueur a **une composante partagée avec au moins un marqueur du même paradigme.**

Source: Dufaye (2009, p.138).

En d'autres termes, la configuration formelle proposée permet d'organiser le cours selon une feuille de route non aléatoire, par laquelle on peut néanmoins suivre les zones de scalarité qui rattachent les marqueurs à l'intuition :

Possible → faiblement nécessaire → strictement nécessaire (ou l'inverse)

Suivant ce schéma scalaire, on peut par ailleurs organiser les marqueurs en fonction des valeurs QLT (qualitative) ou QNT (quantitative) du tableau. Et, à un troisième niveau d'organisation, pour chaque valeur on peut envisager les cas d'alternance avec des marqueurs exprimant des valeurs comparables. Autrement dit, l'optique défendue ici consiste à considérer qu'une fois acquis les fondamentaux sur la compétence grammaticale, la linguistique doit pouvoir consolider la maîtrise métalinguistique en agissant de deux manières :

La confrontation systématique avec des formes concurrentes à mesure que l'on progresse. Ces formes peuvent être des modaux, des caténatifs, des adverbes, des prédicats adjectivaux.

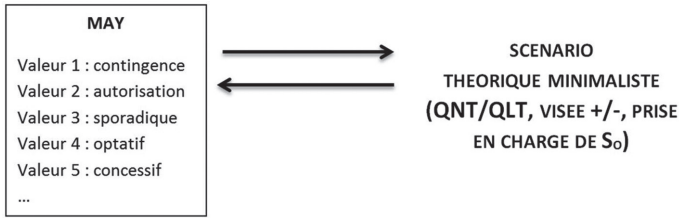
L'association répétée de chaque valeur du modal avec une invariance complexe, puisque composée de deux types d'opérations : QNT et QLT.

Au sujet de ce dernier point, l'utilisation des dimensions théoriques ne peut se faire qu'en relation directe avec des illustrations de valeurs, qui peuvent par ailleurs être appuyées par des traductions.

Valeurs ⇔ invariance

Ainsi, la stratégie d'enseignement adoptée dans cette optique passe par un aller-retour entre d'une part par une identification systématique des valeurs et d'autre part un scénario sémantique stable sur ces valeurs:

Figure 2 – Les criteres d'intensionalite et d'extensionalite



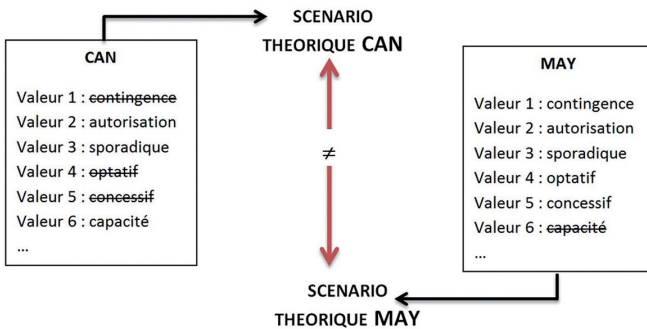
Source: Figure de l'auteur.

Une partie de la stratégie pédagogique repose ainsi sur une familiarisation progressive du scénario théorique par le biais d'une multiplication d'allers retours qui renforcent l'idée qu'il existe une cohérence sémantique derrière la pluralité apparente des valeurs.

Marqueur 1 ⇔ Marqueur 2

L'autre dimension pédagogique repose, non sur un traitement cloisonné des différents marqueurs, mais sur une comparaison systématique avec les marqueurs concurrents (auxiliaires ou pas) afin de saisir leurs relations de proche synonymie ou au contraire leurs contraintes distributionnelles. Cette dimension comparée est primordiale pour saisir la spécificité de chaque forme vis-à-vis des autres :

Figure 3 – Les criteres d'oppositivite et de solidarite



Source: Figure de l'auteur.

Cette approche croisée entre les valeurs du marqueur et une comparaison systématique avec les formes concurrentes permet :

De renforcer l'idée qu'il existe une invariance sémantique en dépit de l'impression de confusion que crée la pluralité des valeurs.

De renforcer l'idée que les marqueurs travaillent en paradigme.

Autrement dit, sans passer par une formalisation, on peut supposer qu'on en induit l'idée à condition de construire l'approche de telle façon qu'elle reflète ce principe, et non de manière arbitraire.

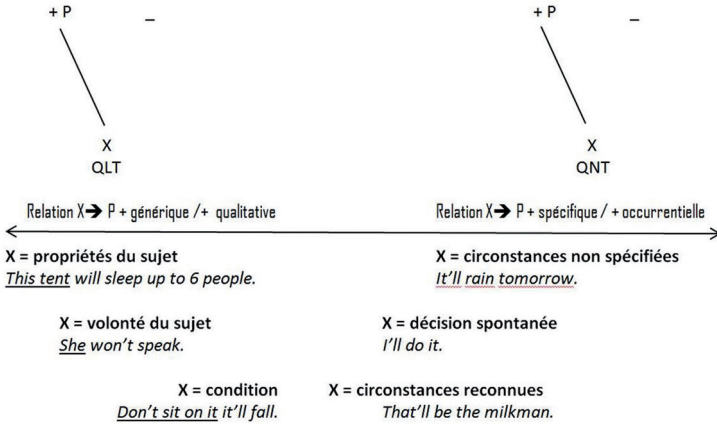
Mise en place d'une feuille de route : le cas du modal WILL

La théorie adoptée ici repose sur l'hypothèse que WILL se caractérise par deux dimensions formelles (l'une occurrenceielle ou 'Quantitative', l'autre appréciative ou 'Qualitative') qui se traduisent par un scénario uni-possible : on vise la validation de la relation prédicative sans même faire entrer en ligne de compte le scénario inverse. On peut traduire cette double propriété en un invariant plus accessible (pour les étudiants) qui dirait que " partant d'un ensemble de conditions (X), on envisage la validation de la relation prédicative P :

(If/since/based on) X → P.

On peut à partir de là formuler l'idée que les valeurs de WILL dépendent de la nature de X. Plus les conditions font l'objet d'une prise en compte explicitable, plus la valeur de WILL sera Qualitative, moins les propriétés de X sont spécifiées plus la valeur de WILL sera occurrenceielle (Quantitative). Sur ce principe, on peut organiser les différentes valeurs de WILL de la manière suivante:

Figure 4 – Forme schématique de *will*



Source: Figure de l'auteur.

Cette agencement permet ainsi de dessiner la trame d'un cours, qui reposerait sur un invariant $X \rightarrow P$, tout en possédant une plasticité : spécification +/- grande des conditions X et caractère +/- générique. On remplit à ce niveau le premier objectif : organiser les valeurs selon une représentation invariante compréhensible. Le deuxième objectif consiste à définir chaque emploi en le comparant à des formes concurrentes. A titre indicatif, voici un tableau illustrant quelques comparaisons possibles:

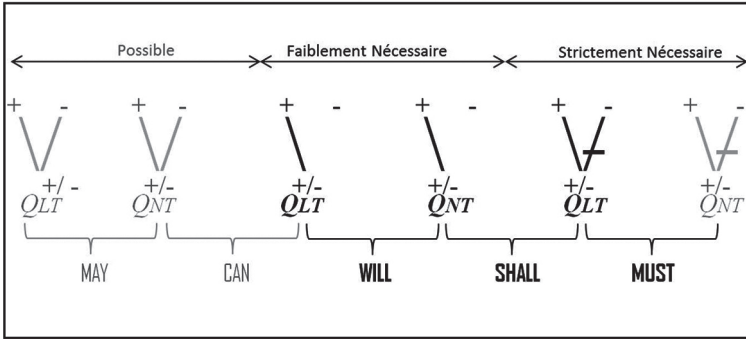
Tableau 2 – Valeurs modales et alternances

Valeurs	Exemples d'alternances
<p>X = propriétés du sujet <i>This tent will sleep up to 6 people.</i></p>	<p>→ CAN This tent can sleep up to 6 people. (et donc lieu de transition possible avec un cours sur CAN) → PRESENT SIMPLE <i>Iodine will dissolve in alcohol.</i> <i>Iodine dissolves in alcohol.</i> → WOULD <i>Jimmy would#used to go to the swimming pool every Monday.</i></p>
<p>X = volonté du sujet <i>The car won't start.</i></p>	<p>→ *SHAN'T/*SHALL NOT : non interchangeabilité en contexte volitionnel → ≠WILL : la volition uniquement en contexte négatif / hypothétique.</p>
<p>X = condition (If/since A) → B. <i>Don't sit on it it'll fall.</i></p>	<p>→ BE GOING TO (since A) → B. <i>Don't sit on that rock ; it will fall.</i> <i>Don't sit on that rock ; it's going to fall.</i> <i>If you sit on that rock, it will fall.</i> (PALMER, 1987)</p>
<p>X = circonstances reconnues : inductif. <i>The chances are you won't have seen a pint of mild in your local. Nationally, it accounts for around 3% of the beer market.</i></p>	<p>→ MUST : valeur deductive / indices. <i>Her father pushed her so high; she called for him to stop but he must not have heard her for he pushed again.</i></p>
<p>X = décision spontanée <i>"Don't worry! I'll fix it!"</i></p>	<p>→ BE GOING TO : phase décisionnelle déjà validée I'm going to fix the car (I planned it) → PRESENT V-ING / PRESENT SIMPLE : <i>I'll leave tomorrow.</i> <i>I leave tomorrow.</i> <i>I'm leaving tomorrow.</i></p>
<p>X = circonstances non spécifiées ; visée pré-processuelle <i>Tomorrow will be sunny for most of day.</i></p>	<p>→ BE GOING TO : processus engagé vers validation: <i>I think it's going to rain</i> → SHALL : transition avec SHALL en partant des (rares) emplois de renvoi à l'avenir.</p>

Source: Tableau de l'auteur.

Le cadre théorique offre ainsi un outil d'organisation qui permet un cheminement évolutif et intégré. On part en effet d'une superposition de valeurs avec le marqueur qui partage l'opération Qualitative (CAN en l'occurrence) pour aller vers le marqueur qui partage l'opération Quantitative (SHALL).

Figure 5 – Continuum des opérations modales



Source: Dufaye (2001, p.36).

Le même principe peut être appliqué aux autres marqueurs, jusqu'à boucler en quelque sorte le paradigme : ainsi, au niveau de MUST, on peut introduire la question de la négation par le biais de NEED NOT et retomber sur MAY : *You needn't stay* étant comparable à *you may go* d'un point de vue strictement formel.

Conclusion

Si la recherche puise souvent son inspiration dans des problèmes d'enseignement de certains phénomènes, il nous semble *a contrario* que la recherche appréhende généralement les phénomènes linguistiques sans se préoccuper de la manière dont ses conclusions se répercutent au niveau de l'enseignement. Et de fait, si la recherche vise des objectifs explicatifs dans l'absolu, les contenus et les enjeux de la grammaire se définissent relativement, nous l'avons rappelé, au stade d'acquisition visé. Toutefois, lorsque ce stade d'acquisition est le dernier niveau avant des cursus de recherche,

on peut estimer souhaitable de poser le contenu grammatical sur un squelette théorique, qui prépare le terrain d'une approche plus formelle des faits langagiers.

BIBLIOGRAPHIE

BERLAND-DELEPINE, S. **Grammaire anglaise de l'étudiant**. Paris: Ophrys, 2000.

BOURDEL, P. Les Doubles modaux. **Anglophonia**, Toulouse, n.2, p.239-253, 1997.

COATES, J. **The Semantics of Modal Auxiliaries**. London: Croom Helm, 1983.

CULIOLI, A. **Pour une linguistique de l'énonciation**. Gap: Ophrys, 1990.

_____. **Notes du séminaire de DEA 1983-1984**. Éditées par le Département de Recherches Linguistiques, Université Paris 7. Paris : 1985.

DESCHAMPS, A.; DUFAYE, L. For A Topological Representation of the Modal System. In: INTERNATIONAL CONFERENCE. Modality In English. 2., Pau, 2009. **Proceedings...** Pau: University of Pau: Mouton de Gruyter, 2009.

DESCHAMPS, A. Essai de formalization du système modal de l'anglais. In: DESCHAMPS A.; GUILLEMIN-FLESCHER J. (Ed.). **Les Opérations de détermination : Quantification / Qualification**. Paris: Ophrys, 1999.

DUFAYE, L. **Théorie des Opérations Enonciative et modélisation, collection l'Homme dans la Langue, Janine Bouscaren éd.** Paris: Ophrys, 2009.

_____. **Les Modaux et la négation en anglais contemporain**. Paris: Ophrys, 2001.

GILBERT, E. **May, Must, Can et les opérations énonciatives.** Gap, Ophrys, 1987. (Cahiers de recherche, t.3).

LOOCK, R. **De la collecte à l'évaluation des données en pragmatique du discours et en traductologie:** réflexions et expérimentations. Paris: Université Paris-Est, 2012. Document de synthèse pour l'HDR.

MALAVIEILLE, M.; ROTGE, W. **Bescherelle: anglais: la grammaire.** Paris: Hatier, 2008.

PALMER, F. R. **The English Verb.** London; New York: Longman, 1987.

SOURCES CONSULTÉES

BOYD, J.; THORNE, J. P. The Semantics of Modal Verbs. **Journal of Linguistics**, Cambridge, v.5, n.1, p.5774, 1969.

_____. **Les Auxiliaires de modalité.** Paris: Ophrys, 2006. (Collection GramVoc).

GRESSET, S. **CAN/MAY, MAY/MIGHT et MIGHT/COULD, ou L'Interchangeabilité en question.** 1999. Thèse (Doctorat en Langues et Cultures des Sociétés Anglophones) – Université Paris 7 Denis Diderot, Paris, 1999.

GUILLEMIN-FLESCHER, J. **Could See/Could Hear.** Notes non publiées suite aux travaux présentés lors du colloque 'Les Théories de l'Énonciation', Univ. Paris Est 2011 (avec mes remerciements), 2012.

KHALIFA, J.-C. Linguists Were Seen to Scratch Their Heads: Le Problème du "passif en TO" des verbes de perception en anglais. In: CHUQUET, J. (Ed.). **Verbes de parole, de pensée, de perception.** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003.

LAKOFF, G. The Pragmatics of Modality. In: PERANTEAU, P. M.; LEVI, J. N.; PHARES, G. C. **Papers From The 8th Regional Meeting**. Chicago: Chicago Linguistics Society, 1972. p.247-258.

LARREYA, P. **Le possible et le nécessaire**. Paris: Nathan Université, 1984.

LARREYA, P.; C. RIVIERE. **Grammaire Explicative de l'anglais**. London; New York: Longman, 1999.

LEECH, G. N. **Meaning And The English Verb**. London; New York: Longman, 1987.

MILLER, P.; B. LOWREY. La Complémentation des verbes de perception en anglais et en français. In: MILLER, P.; ZRIBI-HERTZ, A. (Ed.). **Essai sur une grammaire comparée du français et de l'anglais**. Saint-Denis: Presses Universitaire de Vincennes, 2003.

SWEETSER, E. E. **From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (Cambridge Studies in Linguistics, n.54).

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES

ANNA FLORA BRUNELLI

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – anna@ibilce.unesp.br

CLAUDIA ZAVAGLIA

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – c_zavaglia@hotmail.com

EDSON CARLOS ROMUALDO

UEM – Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – ecromualdo@uol.com.br

ÊMERSON DE PIETRI

USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação – Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada. São Paulo – SP – Brasil. 05508-040 – pietri@usp.br

EVELIEN KEIZER

UV – University of Vienna. Faculty of Philological and Cultural Studies – Department of English. Wien – Áustria. 43 1 4277 42422 – evelien.keizer@univie.ac.at

Jaurance Rodrigues Cavalcanti

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Letras. Uberaba – MG – Brasil – 38025-180 – jrodriguescavalcanti@terra.com.br

José Borges Neto

UFPR/CNPQ – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes – Departamento de Linguística. Curitiba – PR – Brasil. 80060-000 – borges@ufpr.br

Letícia Marcondes Rezende

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Didática. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – leticia@fclar.unesp.br

Lionel Dufaye

UPEMLV – Université Paris-Est. Faculté UFR Langues et Civilisations – Département de Linguistique Anglaise. Marne-la-Vallée – Ile de France – France. 77454 – lionel.dufaye@univ-mlv.fr

Lucie Gournay

UPEC – Université Paris Est. IMAGER. Créteil – Val de Marne – France. 94010 – lucie.gournay@u-pec.fr

Maria Cristina Hennes Sampaio

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação – Departamento de Letras. Recife – PE – Brasil. 52020-030 – mc.hennes@hotmail.com

Maria Emília Pereira Chanut

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Letras Modernas. São José do Rio Preto – SP – Brasil. 15054-000 – chanut@ibilce.unesp.br

MARILIA BLUNDI ONOFRE

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Letras. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – blundi@uol.com.br

MARINA CÉLIA MENDONÇA

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Linguística. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – marinamendonca@fclar.unesp.br

ODAIR LUIZ NADIN

UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Letras Modernas. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – odairnadin@fclar.unesp.br

SILVIA RODRIGUES VIEIRA

UFRJ/FAPERJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Letras Vernáculas. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-901 – silviavieira@hotmail.com

VIOLETA VIRGINIA RODRIGUES

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras – Departamento de Letras Vernáculas. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-590 – violetarodrigues@uol.com.br

SOBRE O VOLUME

Série Trilhas Linguísticas, n°26
Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 10 x 18,5 cm
Tipologia: Garamond 11/13,5
Papel: Pólen Bold 90 g/m² (miolo)
Cartão Supremo 250 g/m² (capa)
1a edição: 2014

Para adquirir esta obra:

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

Laboratório Editorial

Rodovia Araraquara-Jaú, km 01

14800-901 – Araraquara

Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234

E-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br

Site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

